

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Juliana Santos Graciani

**Envelhecimento Compartilhado:
Participação de Idosas no Grupo de Convivência da
Comunidade Nova Pantanal**

Mestrado em Gerontologia

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
Programa de Estudos Pós- Graduated em Gerontologia

Juliana Santos Graciani

**Envelhecimento Compartilhado:
Participação de Idosas no Grupo de Convivência da
Comunidade Nova Pantanal**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Gerontologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Nadia Dumara Ruiz Silveira.

Mestrado em Gerontologia

São Paulo
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GRACIANI, J. S.

Envelhecimento Compartilhado: Participação de Idosas no Grupo de Convivência da Comunidade Nova Pantanal – São Paulo: PUC-SP/ Programa de Estudos Pós Graduados em Gerontologia, 2009.

xi, 185 f. : il. ; 31 cm.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nadia Dumara Ruiz Silveira

Dissertação (Mestrado) – PUC-SP/Programa de Estudos Pós Graduados em Gerontologia / DIP, 2009.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos, desde que citada a fonte.

Assinatura: _____

Local: _____ Data: _____

BANCA EXAMINADORA

Dedico este Projeto Político Pedagógico a todos aqueles que nunca deixaram de sonhar
e amar

em construir um mundo pleno de Saúde, Paz , Prosperidade, Sobriedade, Felicidade,
Justiça Social e Igualdade!

(Nos reconhecemos pelas batidas do coração!)

O maior desafio de uma existência é transformar outra VIDA!

A minha vida! Que comece por mim... Envelhecer!

Meus Sinceros Agradecimentos

... a Deus, causa Maior

... a todos os Anciãos, Acentrais, Antepassados e Amigos da Espiritualidade que sempre me assistiram e me ampararam, em especial ao Sr. Meishu-Sama por me ensinar que a Partícula Divina não é maculável

... aos meus Avós: Lelinho, Tito e Waldemar e as minhas Avós: Nicota, Vera e Yolanda

... a Pontifícia Universidade Católica, Núcleo de Trabalhos Comunitários, Igreja Kleine Kirche, o Colégio Carolinium, Congregação Dom Bosco, pelo apoio, parceria e compromisso com a transformação da realidade brasileira nesse Projeto compartilhado com inúmeros colegas que efetivaram esta jornada comigo

... ao Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da PUC/SP por me ensinar que a velhice se faz no singular e se manifesta no plural

... a Professora, Doutora, Nadia Dumara Ruiz Silveira a GRATIDÃO por me tutelar, assistir e compartilhar neste trabalho

... a Comunidade Nova Pantanal por me ensinar a ser uma psicóloga comprometida com a teoria e a prática das transformações da realidade brasileira

... aos meus pais, mãe Estrela Guia, cheia de missão, dedicou sua vida a erradicação da pobreza e a meu pai querido que me ensinou que sempre é tempo para mudar

... a minha irmã que sempre me amparou e me ensinou, terna amizade

... a Ana Carolina minha filha, minha Flor de Formosura, pelo nosso AMOR

... a minha alma gêmea (Ela Existe), Nelson, meu marido querido

... a amiga Márcia Guerra, uma pessoa muito digna que tive a felicidade de conhecer

... ao Silvestre que se revelou meu grande parceiro, fiel, das balas no trem...à PUC/SP, um exemplo a ser seguido por todos

... a todas as pessoas que passaram pelo meu caminho, a todas as que estão e a todas as que virão, minha eterna gratidão! Agradecer sempre, em qualquer circunstâncias, esse é o segredo de uma vida feliz!

GRACIANI, J.S. ENVELHECIMENTO COMPARTILHADO: PARTICIPAÇÃO DE IDOSAS NO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA COMUNIDADE NOVA PANTANAL. São Paulo, 2009, 185 p. Orientação: Dra. Nadia Dumara Ruiz Silveira, Dissertação (Mestrado em Gerontologia) Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo refletir sobre o processo de envelhecimento de pessoas idosas e a importância da participação no Grupo de Convivência de Mulheres do Projeto Ônibus Ludicidade- Baú Encantado, uma intervenção do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, partindo do pressuposto que o envelhecimento é um processo que envolve as dimensões biopsicossocial. Na sociedade globalizada o envelhecimento pode favorecer a exclusão embora aponte, também, para a possibilidade da participação social e comunitária como uma estratégia de enfrentamento da situação de desigualdade. Utilizou-se, nesta pesquisa, a metodologia qualitativa e como procedimentos a técnica da observação participante e entrevistas. A pesquisa de campo foi realizada na Comunidade Nova Pantanal, com idosas participantes do Grupo de Convivência de Mulheres. A escolha dos sujeitos teve como critério o tempo de integração no Projeto e a aceitação para participar da pesquisa. A análise foi realizada destacando quatro grandes categorias a partir dos dados obtidos, considerando: relações pessoais, familiares, comunitárias e as relações com o envelhecimento. A discussão dos dados revelou que a família ocupa um espaço central na vida dos sujeitos, sendo que os maridos recebem destaque especial. A violência doméstica também se revela como parte da realidade estudada. A velhice aparece como uma fase natural do desenvolvimento humano, principalmente associada a doenças e incapacidades físicas. Reconhecem a situação de violação de direitos e a sua relação com a realidade da pobreza. A participação no Projeto é valorizada por ter promovido mudanças pessoais no que tange a confiança, auto-estima, auto-valorização e disponibilidade de renda para o sustento da família. Destaca-se, do ponto de vista social a participação nos processos de mudanças no bairro. O Grupo de Convivência de Mulheres representou um espaço social de superação do medo de aprender novas habilidades, a conquista da sociabilidade, da prática da solidariedade e da possibilidade de aquisição de uma nova profissão. Portanto, a partir da participação no Grupo de Convivência o idoso estabelece novas relações consigo, com seu processo de envelhecer, no grupo e na comunidade, criando um novo papel e função social.

Palavras-chave: Grupo de Convivência, Participação Social, Envelhecimento.

GRACIANI, J.S. AGING SHARED PROCESS: THE ELDERLIE'S PARTICIPATION IN THE NEW Living PANTANAL GROUP. São Paulo, 2009, 185p. Orientation: Dr. Nadia Ruiz Dumara Silveira, Dissertation (Masters in Gerontology) Program Post-Graduate Studies in Gerontology - Pontifical Catholic University of São Paulo.

ABSTRACT

This study is aimed to reflect on the aging process in the elderlies and the importance of participation in the Group of Women Living Project Bus Entertainment-Bau Encantado, an intervention by the Community Works of PUC / SP Center, built on the assumption that the aging is a process involving the biopsychosocial dimensions. In the globalized society aging can foster exclusion but point also to the possibility of social and community participation as a strategy for coping with inequality. It has been used qualitative methodology and procedures in this research, as the method of participant observation and interviews. The fieldwork has been conducted in the New Community Pantanal, with elderly women participants from the Group of Women Living. The choice of participants has been based upon the time which they have integrated into the group and their self-acceptance of taking part in the Project study. The analysis has been conducted taking into consideration four major categories from the data gathered: personal relationships, family, community and their relationship with the aging process. The discussion of the data collected revealed that the family occupies a central space into their lives where special emphasis is given to the husbands. Domestic violence is also considered as part of reality. Old age appears as a natural stage of human development, mainly associated with diseases and physical disabilities. It's recognize the situation of rights violation and their relationship with the reality of poverty. The participation in the project is valued for promoting personal change in terms of self-confidence, self-esteem, self-recovery and availability of income to support their family. Highlights also the importance of social viewpoint where participation is needed in order to promote the necessary neighborhood changes. The Group of Women Living has been a social space to overcome the fear of learning new skills, the conquest of sociability, the practice of solidarity and the possibility of acquiring a new profession. Therefore, from taking part in the Living Group the elderly establishes new relationship with themselves, with their own aging process, among the group and the community, creating a new role and social function.

Keywords: Group Living, Social Participation, Aging process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. Sociedade Contemporânea: participação social e suas interfaces com o envelhecimento	18
CAPÍTULO 2. Processo de Envelhecimento: múltiplas dimensões	39
CAPÍTULO 3. Pesquisa de Campo	65
3.1 Caracterização da Comunidade Nova Pantanal	65
3.1.2 Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado	68
3.1.3 Grupo de Convivência de Mulheres	73
3.2 Procedimentos metodológicos	82
3.3 Resultados da análise dos dados	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
BIBLIOGRAFIA	119
LISTA DE ABREVIATURAS	130
ANEXOS	133
A – Roteiro de Entrevista – Dados de Identificação	
B – Roteiro de Entrevista – Depoimentos	
C – Registro da Entrevista – Parte I Dados de Identificação “Sujeito Alfa”	

D – Registro da Entrevista – Parte II Depoimentos

“Sujeito Alfa”

E – Registro da Entrevista – Parte I Dados de Identificação

“Sujeito Beta”

F – Registro da Entrevista – Parte II Depoimentos

“Sujeito Beta”

G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

H – Relatório Descritivo das Entrevistas – “Sujeito Alfa”

I – Relatório Descritivo das Entrevistas – “Sujeito Beta”

*“O sujeito, uma vez sujeito, sempre sujeito?
Não, o sujeito pode voltar a ser objeto!
Aquelas representações que vêm do ambiente em relação ao velho, têm uma intenção,
no nosso país, de desabilitar o velho como sujeito.
A inclusão impõe uma série imensa de conflitos que o velho terá que enfrentar, se
quiser se habilitar ou se colocar como sujeito.
Daí penso a necessidade de instituições inclusivas, capazes de instrumentalizar os
cidadãos para essa luta”.*

Paulo Endo

INTRODUÇÃO

Meu interesse por intervenções sociais surgiu quando ainda era estudante do curso de magistério do Colégio Stella Maris, no ano de 1987. A escola oferecia estágios em comunidades sociais, instituições comunitárias ou na própria rede escolar, como parte importante da capacitação profissional e no desenvolvimento de uma formação humana.

Paralelamente a essas primeiras experiências, comecei a trabalhar na Pastoral do Menor na região central da cidade de São Paulo, como aprendiz de educadora social, foi nessa época que iniciei o meu processo de sensibilização social com as desigualdades, injustiças e angústias sofridas pela maior parte da população brasileira. No Brasil estas desigualdades se expressam pelos índices de renda da população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008), referentes à Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD realizada no ano de 2007, divulgadas no Portal do Correio, a grande maioria dos brasileiros tem rendimento per capita de até dois salários mínimos. *“72,6% dos lares urbanos no país têm rendimentos até R\$ 760,00 reais por pessoa, 53, 3% têm rendimento entre meio e dois salários e 19,4% tem rendimento até meio salário mínimo”*.

Neste sentido pode se observar que quase 20% da nação brasileira por ter rendimentos até meio salário mínimo, se encontram em situações de miserabilidade e subsistência precária. A pesquisa também constatou que quanto menor o rendimento, mais baixo é o grau de instrução e vive-versa. *“famílias que vivem até meio salário mínimo, apresentam 18% de analfabetismo e aquelas que têm rendimento superior a dois salários, encontram-se 1,4% de analfabetos”* (IBGE 2008). Esses dados revelam que quanto mais inserida socialmente e economicamente a família esteja dentro da sociedade, maior é o acesso à escolarização, a cultura, ao lazer, ao esporte e a prática da cidadania.

Em reportagem de Mendonça (11/04/2001) publicada na Veja On-Line sobre o balanço social baseada nos dados do IBGE pode-se identificar que a desigualdade social e econômica no país vem aumentando. *“Em 1992, os 10% mais ricos detinham 45,8%*

da renda nacional e em 1999, passam a deter 47,4% da produção do restante dos trabalhadores”.

A reportagem destaca, também, as diferenças considerando tempo de trabalho e a diferença de renda entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos. “*A camada mais baixa da população precisa trabalhar em média quase três anos [dois anos e oito meses] para atingir o rendimento médio mensal da camada mais rica*” (VEJA ONLINE, 2001).

Estudos como estes indicam que o Brasil é considerado um dos países mais injustos do mundo, superando a Guatemala. O estudo permite constatar também que os países mais pobres levariam dois anos e cinco meses para atingirem o salário mensal dos 20% mais ricos, sendo essa situação acentuada na África do Sul que levaria um ano e sete meses.

A população brasileira, segundo registros do IBGE, referente ao censo demográfico de 2000, é de 169.799.170 mil habitantes. Desse total, as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, ou seja, os idosos representam um contingente de quase 15 milhões de pessoas, totalizando 8,6% dos cidadãos brasileiros, sendo 8,9 milhões de mulheres e 6 milhões de homens.

Na cidade de São Paulo, segundo a Cartilha sobre o Benefício de Prestação Continuada¹ – BPC, de autoria da Prefeitura de São Paulo (2005) elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS existem 104.877 usuários contemplados nesse Programa, sendo 65.657 pessoas idosas e 39.220 pessoas portadoras de necessidades especiais.

Mais que a metade desse benefício é concedida à população idosa, revelando que muitos velhos estão sobrevivendo em situação de vulnerabilidade pessoal e social, pois 76,76% utilizam o benefício para custear sua alimentação, 61,72%, para auxílio na

¹ “*O Benefício de Prestação Continuada é um direito constitucional regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, destinado à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, com renda, inferior a ¼ do salário mínimo, que não tenham condições de prover sua subsistência nem tê-la provida por sua família*”. (Cartilha Quarta Revisão Benefício de Prestação Continuada, Prefeitura da Cidade de São Paulo – SMADS, 2005, p. 9).

manutenção da saúde através de medicamentos e 33,44% com moradia. (Cartilha Quarta Revisão Benefício de Prestação Continuada, 2005, p.24).

O processo de envelhecimento no contexto brasileiro e contemporâneo traz grandes desafios aos idosos, no que se refere às desvantagens sociais, físicas, culturais, a busca por superação das limitações econômicas e o enfrentamento político das vulnerabilidades pessoais e sociais.

Essa conjuntura contribui para que a população idosa esteja mais exposta aos maus-tratos familiares, à violência doméstica, à negligência social, ao descaso político, à omissão comunitária e predisposição às doenças degenerativas.

A estrutura sócio-político-econômica brasileira, onde estão inseridos os idosos, ou seja, o sistema capitalista baseado na exploração do trabalhador, na mais valia, no lucro, vem favorecendo o aumento das desigualdades sociais, econômicas e culturais e em decorrência disso, temos a miséria se acentuando, o aumento da violência, a invasão de espaços públicos na busca de moradia, a alienação dos sonhos pela sobrevivência e um desânimo da grande massa populacional.

Frente a esse cenário existem ações alternativas que vêm sendo desenvolvidas por um conjunto articulado entre o Poder Público e a Sociedade Civil, as Organizações Não-Governamentais, os Fóruns, os Movimentos Sociais, os Sindicatos dos Idosos, as Universidades e as Entidades de Atendimento, enfim diversos setores, todos buscando a superação da conjuntura atual.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, ao longo de seus sessenta e dois anos de existência, vem se destacando ao implementar intervenções pioneiras, desenvolver produções científicas comprometidas com as transformações sociais e formar profissionais capacitados para atuar de modo a atender às necessidades e demandas da sociedade brasileira.

Através da extensão comunitária, envolvendo alunos e ex-alunos, a PUC-SP tem possibilitado a realização de experiências de intervenção na conjuntura sócio-político-econômica do país.

A PUC de São Paulo oferece aos seus alunos vários espaços de aprendizagem, formação, pesquisa e intervenção social e comunitária, através de cursos, estágios, trabalhos voluntários, monitorias, participação em diversas atividades e eventos.

O Núcleo de Trabalhos Comunitários – NTC é um dos setores de extensão da Universidade, integrado à Faculdade e ao Centro de Educação, tendo como objetivo geral contribuir na formação profissional de alunos e ex-alunos, integrando-os em diferentes tipos de projetos sociais.

O NTC foi criado no ano de 1982, pela prof^a Dra. Maria Stela Santos Graciani², juntamente com alunos do curso de Pedagogia, tem como objetivo compreender a realidade brasileira e propor intervenções práticas voltadas para questões como: a desigualdade social, corrupção, violência, discriminação racial, preconceito, desagregação familiar, miséria, exploração sexual e do trabalho infantil.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo NTC incluem-se: diversas intervenções sociais e comunitárias com vítimas da desigualdade social, destacando-se o Programa Integração AABB Comunidade, que é considerado segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, o maior programa de educação complementar à escola no Brasil. A capacitação aos conselheiros tutelares em abrangência nacional e a formação preventiva e comunitária da Guarda Civil Metropolitana – GCM, realizada no período de 2001 a 2005, também compõem as programações.

Em relação às assessorias realizadas pelo NTC priorizam-se as que envolvem a execução de Planos e Políticas Nacionais, como o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA do município de São Paulo, criado pelo Secretário de Educação professor Paulo Freire, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993).

Atualmente está em andamento uma assessoria no estado do Espírito Santo, visando à implantação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo –

² Professora Titular da PUC/SP, Coordenadora do Curso de Pedagogia e do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP, membro do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA.

SINASE, destinado aos adolescentes que cometem atos infracionais, englobando a articulação com o Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos a Convivência Familiar e Comunitária.

Estas ações buscam favorecer mudanças na condição de vida das pessoas, proporcionam reflexões sobre a forma de convivência na família, no trabalho, no bairro e nos movimentos sociais, além de promover a articulação das políticas públicas dos municípios, contribuindo para a conscientização da cidadania e gestão democrática participativa.

Nas diversas atividades que realiza, o NTC envolve estudantes da PUC-SP de múltiplos cursos, estagiários de outras universidades, professores, além de representantes das comunidades onde os projetos são desenvolvidos. Os trabalhos de intervenção ocorrem paralelamente à realização de um processo contínuo de estudo e pesquisas visando à constante integração entre teoria e prática.

Em 1999, ingressei na equipe do NTC como estagiária do curso de psicologia da PUC-SP, como coordenadora do Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado, desenvolvido na Comunidade Nova Pantanal no município de São Paulo, na Sub-Prefeitura da Cidade Ademar, zona sul de São Paulo, divisa com o distrito de Diadema.

Inicialmente as atividades foram desenvolvidas com jovens moradores da região através de oficinas artísticas e culturais. Posteriormente, esses jovens iniciaram uma ação comunitária com as crianças do bairro, o que favoreceu a motivação de mães e avós a participarem do Projeto, através do Grupo de Convivência de Mulheres, voltado para a aprendizagem de pintura e da reflexão de temas relacionados à vida pessoal, do bairro e da cidadania.

O Grupo de Convivência de Mulheres é composto por mulheres idosas ou não que queiram compartilhar, conviver e aprender a pintar panos de pratos e telas. Com o tempo de convivência no grupo e a realização de reflexões sobre as condições de vida no bairro, foram sendo criadas coletivamente metas para produzir avanços na execução das políticas públicas na região. Na ocasião, algumas mulheres passaram a participar das reuniões da Sub-Prefeitura da Cidade Ademar.

Ao longo desses dez anos de existência o Projeto, junto com os moradores da Comunidade Nova Pantanal, os estagiários da PUC de São Paulo e de outras universidades, a Igreja Kleine Kirche, o Colégio Carolinium (Alemanha), funcionários e amigos do NTC, entre outros parceiros, pode-se construir, aprender, realizar e observar as conseqüências de como uma parceria entre os atores sociais envolvidos pode e deve interferir na gestão pessoal e pública de uma região.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de envelhecer de idosas engajadas num Grupo de Convivência e participantes do Projeto Social Ônibus Ludicidade – Baú Encantado realizado na Comunidade Nova Pantanal, região de vulnerabilidade pessoal e social.

Acreditamos que os resultados desta pesquisa puderam contribuir para a compreensão do perfil do envelhecimento de um Grupo de Convivência de idosas atuantes dentro de um Projeto social, realizado em uma região de vulnerabilidade pessoal e social, a Comunidade Nova Pantanal.

Partimos do pressuposto que a participação em trabalhos comunitários pode favorecer a qualidade de vida das idosas, gerando melhorias no bairro assim como na luta pelos direitos humanos do idoso.

No **capítulo 1**, o processo de envelhecer é estudado num contexto global e contemporâneo, destacando os impactos da globalização na vida pessoal e social, a participação como perspectiva de enfrentamento da exclusão, considerando o conceito de comunidade.

No **capítulo 2**, foram destacados alguns aspectos que caracterizam o envelhecimento a partir de suas múltiplas dimensões: biológica, psicológica e social e como um processo plural, multifacetado, singular, natural e inevitável.

A pesquisa de campo é explicitada no **capítulo 3** identificando-se o bairro onde foi realizados a pesquisa, o Grupo de Convivência, os procedimentos metodológicos utilizados, a caracterização dos sujeitos e os resultados das análises dos dados.

Nas Considerações Finais são apontados às contribuições deste estudo e evidenciados alguns aspectos a serem aprofundados em pesquisas posteriores.

CAPÍTULO 1. Sociedade Contemporânea: participação social e suas interfaces com o envelhecimento

“Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluarte do presente, estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos” (MILTON SANTOS, 2004, p. 46).

Os efeitos da globalização sobre as diversas formas de manifestação no modo de produção capitalista neoliberal estão contidos nos estudos de Ianni (1996), Vieira (1997), Hesselbein e Drucker (1998), Giddens (2005), Antunes (2007), Gohn (2001/2003) e Santos (2004). Estes autores fazem uma análise estrutural sobre os efeitos da globalização e as situações da conjuntura da sociedade capitalista, ao mesmo tempo, apontam as novas formas de sociabilidade e os novos paradigmas de sociedade.

Nas últimas três décadas, com a derrocada do socialismo e a queda do Muro de Berlim, o sistema capitalista neoliberal potencializou-se em conjunto com as regras da globalização protagonizadas pelos países considerados desenvolvidos, ditando regras econômicas e políticas para o resto do mundo. Esse modelo gerou profundas crises nas economias nacionais, na cultura, na organização política, no comércio e no sistema de justiça. O Estado democrático de direitos perde seu caráter de gestor e protetor dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Os direitos fundamentais sofrem forte ataque e são violados pelos grupos sociais dominantes que se mantêm no poder.

A crise de paradigmas gerou profundas manifestações de violência em todos os setores da sociedade. A precarização das condições de trabalho gerou o desemprego em massa, a falência de indústrias, o aumento da desigualdade social, além das violações dos direitos humanos no que diz respeito aos segmentos mais vulneráveis da sociedade –os idosos, as mulheres, crianças e adolescentes, os negros e os indígenas. Estes são sujeitos sociais que se encontram excluídos do novo modelo de sociedade que vem se

consolidando: moderno, tecnológico, global e composto pela multiplicidade de comunicação e informação.

Conforme afirma Ianni (1996):

“[...] ocorre que o globo não é mais exclusivamente um conglomerado de nações, sociedades nacionais, Estado-Nações, em suas relações de interdependência, dependência, colonização, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo... o centro do mundo não é mais voltado só ao indivíduo, tomado singular e coletivamente como povo, classe, grupo, minorias, maiorias, opinião pública” (IANNI, 1996, p.4).

Dessa forma, não se pode reduzir a análise de um fenômeno a um olhar que abranja apenas o âmbito micro, ou seja, o aspecto local. Pois, uma vez que com a globalização a percepção do ser humano ampliou-se, tal análise deve considerar o que ocorre mundialmente e que interfere nas atuações locais.

Vieira (1997, p.71) aponta que o caráter local e global compõe-se de forma inseparável e interligada sobre o impacto que sofre uma comunidade, redimensionando as noções de espaço e tempo: *“Fenômenos globais influenciam fatos locais e vice-versa”*.

A comunidade local está interligada à comunidade global, por isso, a economia nacional não pode ser compreendida de forma isolada. As fronteiras físicas e políticas - símbolos da idéia de Estado-Nação— foram quebradas, as culturas locais e o consumo foram internacionalizados e as indústrias, transnacionalizadas.

Para Antunes (2007, p.49), *“[...] o mais brutal dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global”*.

Nos anos 90, os impactos da globalização continuaram atingindo diversos setores da sociedade, do Estado e do convívio social, envolvendo privatizações das empresas estatais e crises econômicas internacionais. Além disso, no mundo do

trabalho, milhares de pessoas ficaram desempregadas, seja pela desqualificação profissional para o novo modelo tecnológico ou pelo fato de as máquinas terem-nas substituído em sua função. Tudo isso acarretou um grande aumento da violência e da violação dos direitos humanos.

Segundo Ianni (1996, p.14), “[...] a Terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica”.

O homem é um ser social, que constrói e reconstrói suas representações e está permeado pelo tempo histórico em que vive suas experiências. Assim, a Terra mais do que simbolizar um astro no céu, representa um local onde se vivencia uma história de acolhimento dos seres terrestres, cujas escolhas interferem em seu funcionamento e vice-versa.

Acrescenta Ianni (1996), sobre a amplitude do processo da globalização:

“[...] a fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, vídeo-clipe, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agilizou os mercados, generalizando o consumo”
(IANNI,1996, p.18).

Neste contexto, a reflexão expande-se e se configura o caráter da nova ordem mundial e o quanto esse novo modelo contribui para o fluxo de mercadorias e para a ampliação do consumo - valores fundamentais do sistema capitalista, baseado na produção, escoamento, especulação e no consumo massificado com vistas à maximização do lucro. A dimensão humana é subvertida, a ética que se estabelece é aquela em que o mercado funciona livremente, sem interferência do Estado.

Sennett (2005), em seu estudo sobre a reengenharia³ (advinda do poder da globalização), afirma que, seja no modo de produção do trabalho, nas relações trabalhistas ou na reinvenção burocrática da flexibilização do capitalismo, o trabalhador permanece sendo controlado, porém agora pelo poder da operacionalização do botão correto da máquina (a especialização das tecnologias) ou pelos programas de padronização de procedimentos operacionais (SIMS).

No contexto da globalização, o trabalhador é iludido com a flexibilização de horário ou de local de execução do serviço, porém a rotina padronizada, vigiada e controlada é a mesma, uma vez que ele permanece sendo avaliado pelo cumprimento de metas de produção ou sendo monitorado através de rádio, telefonemas da gerência ou por e-mail. Ou seja, ele tem a liberdade de executar o trabalho como quiser, mas não se apropria do processo, da discussão e da reflexão do trabalho em si.

A esse modelo de produção trabalhista (*“Faça-o como quiser, contanto que seja feito”*) Sennett (2005, p.10) denominou de liberdade amoral, que corrói o caráter do trabalhador, definido por *“[...] traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”*.

Ainda de acordo com Sennett (2005), esse tipo de situação pode ser ilustrado com o exemplo de um padeiro, que quando a máquina de produzir pão emperrou, simplesmente aguardou o suporte técnico, pois não fazia parte de sua função executar esse tipo de serviço e ele não sabe confeccionar pães manualmente, por ter faltado no dia do seminário; na época pensou: *“não me importo, não vou precisar fazer”*.

O exemplo caracteriza o impacto que a globalização exerce na subjetividade de uma pessoa, ela se comporta de forma indiferente à função que exerce, sem interesse por novos aprendizados, fluídica, adaptável, superficial e com pouco interesse em compreender aquilo que vive.

Sennett (2005), então, descreve os principais paradigmas que compõem a globalização a partir do Homem de “Davos”: competidor brutal, ganancioso, indiferente à desigualdade gerada pelo capitalismo, altamente tolerante à fragmentação, lida bem

³Segundo Sennett (2005), a reengenharia é uma técnica para reinventar a gestão de instituições, na qual os administradores usam um programa de computação que padroniza os procedimentos operacionais (SIMS), e todos os que compõem a célula têm acesso e controle sobre a produção individual, sobre o grupo e sobre o andamento das metas.

com o caos, tem confiança em permanecer na desordem e acredita prosperar tendo desprezimento do passado.

Giddens (2005, p.69) nomeia essas tendências na era da globalização, como a ascensão do individualismo, marcado por um afrouxamento dos códigos sociais e da maximização das escolhas pessoais na construção dos valores, estilo de vida e ética privada. A “[...] *criação e recriação de nossas auto-identidades*”, a partir da influência da ordem mundial, está favorecendo a construção de um novo modelo de individualismo.

Santos (2004, p.23) aponta que, sob ponto de vista do indivíduo, a globalização é *“o ápice do processo de internalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política”*.

A mundialização do neoliberalismo efetivou-se por meio destes dois instrumentos –tecnologia e política— e através deles consolidou-se em diversas realidades. O Estado como promovedor dos direitos individuais e sociais da nação vem deixando a desejar em suas funções. Segundo o modelo neoliberal, o Estado deveria minimizar sua influência, diminuindo as intervenções na economia e abrindo espaço para que o mercado funcione livremente para atender aos interesses dos grandes grupos financeiros internacionais.

Neste sentido, a globalização não pode ser reduzida a um novo sistema de técnicas. *“Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes”* (SANTOS, 2004, p. 24).

A realização de uma análise conjuntural do Brasil, levando em conta as três últimas décadas (70, 80, e 90), revela uma transformação profunda em sua estrutura de sociedade: temos um país que deixou de ser rural e passou a ser urbano. A migração em massa foi um fenômeno social que contribuiu para a mobilidade da sociedade. Milhões de pessoas deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida.

Quando uma pessoa migra, ela está em busca de um sonho, de libertar-se das violações dos seus direitos: o sofrimento por falta de médicos ou medicamentos, a fome,

o desemprego, a violência, o coronelismo, a falta de água, de escolarização, de atividades esportivas, de lazer, de saneamento básico, de segurança, enfim, as opressões sociais, culturais, econômicas e política.

Portanto, a migração no Brasil ocorreu quando a globalização ainda estava sendo implantada por aqui, enquanto nos países capitalistas desenvolvidos ela já havia sido consolidada. Assim, os trabalhadores não eram absorvidos para o mercado de trabalho e as cidades cresceram com um planejamento aleatório, o que contribuiu para que houvesse uma ocupação desordenada e a expansão da exclusão social.

Segundo Giddens (2005, p.265), o conceito de exclusão social “[...] *diz respeito às formas pelas quais os indivíduos podem acabar isolados, sem um envolvimento integral na sociedade mais ampla*”, seja pela falta de habitação, pela ausência de equipamentos de educação, saúde, cultura, lazer e esporte na região em que residem, ou pela exposição a áreas de risco de criminalidade, desabamento ou violência.

Em geral, os segmentos da sociedade que são excluídos socialmente apresentam também a exclusão econômica (caracterizada pela falta de acesso à produção e ao consumo, gerada pelo desemprego) e a exclusão política, marcada pela desinformação, pela falta de oportunidade, pela ausência de recursos ou tempo para participar de uma reunião ou por descrença.

Giddens (2005, p.268) identifica que em comunidades marcadas pela exclusão social as pessoas apresentam dificuldades em superar essa condição através de medidas cabíveis para sua transformação; e descreve como causas dessa dificuldade os seguintes aspectos: “*As redes sociais podem ser ineficazes, o que reduz as circulações de informações, a respeito de empregos, atividades políticas e eventos comunitários*”.

Goffman (1975, p.224) também aponta algumas posturas que os indivíduos podem ter, em decorrência da grande desigualdade social, como as práticas religiosas acentuadas e uma flexibilização diante das obrigações do exercício da cidadania, gerando um mascaramento diante da realidade: “[...] *levam menos a sério todo o drama cívico do que nós e atravessarão as barreiras sociais com gestos simples, que dão mais reconhecimento ao homem por trás de máscaras do que poderíamos julgar permissíveis*”.

Dessa maneira, Goffman (1975) revela o caráter contraditório que compõe a articulação entre as representações pessoais e as sociais. Se do ponto de vista jurídico os direitos humanos e cívicos são estabelecidos e ao mesmo tempo são negligenciados por quem os criou, por que um cidadão acreditaria que esse mesmo sistema precisaria dele para transformá-lo? Por que uma pessoa que sofreu graves violações em seus direitos acreditaria que seu voto em uma eleição faria diferença? Há que grupos ideológico e político interessam que o cidadão não perceba que é de extrema relevância que ele participe de grupos sociais organizados que produzem as mudanças na sociedade?

Berger e Luckmann (1974, p.11) afirmariam, a respeito de tais dilemas, que a realidade é construída socialmente, definindo essa realidade como “[...] *uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa volição (não podemos desejar que não existam)*”.

A realidade é interpretada pelos homens segundo seus parâmetros subjetivos – construídos pelas representações sociais impostas aos indivíduos, que são internalizadas — e por suas percepções objetivas dos fenômenos. “*A realidade da vida cotidiana é partilhada com os outros*”, face a face mediada pelo processo das tipificações internalizadas (Berger e Luckmann, 1974, p.46).

Estas tipificações interferem na qualidade da relação que se estabelece consigo, com o outro e com o social, pois são criados a partir de esquemas padronizados de aproximação de categorias semelhantes, os que criam os estigmas sociais, preconceitos e julgamentos estabelecidos, mesmo quando o fenômeno social apresenta-se distante.

Assim, a observação ou o pensamento de que uma pessoa é velha, por exemplo, remete a todas as representações sociais e pessoais que se tem a respeito desse tema e, quando se aproxima do idoso ou da idéia do próprio envelhecimento, recaem sobre esse encontro todos os conceitos já pré-concebidos e que são expressos no olhar, no sentir e reagir diante dessa pessoa ou da idéia sobre envelhecer.

A estrutura social da realidade, segundo Berger e Luckmann (1974, p. 52), “[...] *é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas*”, um pólo destinado às ações recíprocas face a face, formando o círculo

interior das vivências, e outro pólo relacionado às delimitações das conjecturas abstratas e anônimas, ambas interferindo no substrato da vida cotidiana.

A estrutura social, na era da globalização, ficou marcada por uma relação de interdependência das ações globais interferindo nas perspectivas locais. Sobre este processo, Santos destaca que:

“[...] na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas” (SANTOS, 2004, p.25).

A globalização também afetou o gerenciamento das políticas públicas, pois o Estado perdeu o seu caráter universalista, reduzindo o orçamento destinado ao investimento na área social, na educação, na saúde, na segurança, no trabalho e na distribuição da renda – políticas estas, de enfrentamento da desigualdade social, mas que não se concretizaram em sua plenitude.

Em países como o Brasil, a globalização só beneficiou as grandes indústrias, as multinacionais, o agronegócio, os banqueiros, que lucraram bilhões e ampliaram seus negócios para diferentes regiões do mundo. O sistema capitalista de tipo neoliberal tem como característica a privatização do lucro, da riqueza e dos bens, e, em consequência, a socialização da miséria, da fome, da violência e a violação dos direitos humanos.

Boff (2003), em relação à centralização da globalização no mercado e na regulação da economia, destaca que:

“A predominância deste tipo de economia gera a monopolização e carterização, vale dizer, a dominação do mais forte [...] a insistência só nessa vertente desconhece e deixa de valorizar outras dimensões importantes para uma sociedade, como o desenvolvimento humano, a economia do dom e da distribuição, as atividades sem fim lucrativo, mas de utilidade social” (BOFF, 2003, p.25).

Em todos os setores ocorreram mudanças, no estilo de vida, no consumo, na influência cultural, na construção de identidade, na tecnologia, nas técnicas e nos meios de produção, enfim, tudo se transformou numa velocidade permanente para atender aos interesses do capital.

Segundo Giddens (2005, p. 61), “*a globalização está mudando o modo como o mundo se parece e a maneira como vemos o mundo*”. Por exemplo, as novas tecnologias (o uso da internet, correio eletrônico, a venda de produtos virtuais e as redes solidárias virtuais) estão modificando a economia, o convívio social, a expansão cultural, os acordos políticos e as novas gestões públicas.

Marx e Engels (1977, p. 44), a partir da concepção materialista histórica, afirmam que a relação que se estabelece com o capital regula a determinação da ordem social de acesso, produção e consumo dos bens de uma nação:

“A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é à base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e o modo de troca de seus produtos” (MARX e ENGELS, 1977, p.44).

Esta concepção parte do pressuposto de que no processo histórico realizado por homens e mulheres, nas diversas etapas do desenvolvimento da sociedade, estiveram presentes produtores e consumidores, com interesses contraditórios e complementares, gerando a concentração de renda para alguns e a exclusão para outros.

A globalização é um processo potencializador dessa integração, da informação, da comunicação, da tecnologia e da troca de produtos de maneira rápida para todas as partes do mundo. As pessoas são os principais sujeitos deste processo, pois estão atreladas aos meios de produção, ao consumo e ao escoamento dos bens.

Marcílio (2008, p. 19) ressalta que a globalização trouxe novas experiências para o mundo, beneficiando a humanidade inteira: “[...] *o desenvolvimento explosivo das telecomunicações, do comércio e da expansão financeira, a extraordinária rapidez de movimentação das pessoas e das mercadorias pelo planeta todo*”.

Porém, Bauman (2003, p. 89) ressalta que a rapidez da rede da globalização no âmbito mundial não foi acompanhada na mesma proporção e extensão “[...] *pelas instituições passíveis de controle político, que permanecem, como antes, locais. Isso leva inevitavelmente ao enfraquecimento do Estado-Nação*”, que pela falta de controle dos processos econômicos e culturais, fica submetido às forças do capital de mercado, que funciona extra-territorialmente.

Gohn (2001, p.11) destaca que:

“Na última década observamos que a economia brasileira foi desregulamentada, as leis e políticas sociais flexibilizadas, trabalhadores perderam ou tiveram seus direitos sociais reduzidos, empresas estatais foram privatizadas, impostos provisórios se tornaram permanentes, os juros atingiram cifras altíssimas, a política cambial foi controlada e depois deixada em nome da busca do equilíbrio fiscal/financeiro, da necessidade de atrair o capital externo para investimentos. Plano de conter a inflação via estabilização da moeda esgotou-se, os especuladores internacionais ganharam muito dinheiro com juros altos que lhes foram oferecidos, o país ficou mais endividado, mais pobre e com menos reservas financeiras”.

Neste contexto, a autora faz uma reflexão significativa acerca dos efeitos da globalização em nossa sociedade nos anos 90, identificando que a economia está colocada como a chave mestra da globalização e que o setor da organização social foi o mais atingido, entre outros, pelo modelo capitalista globalizado com as ideologias do neoliberalismo colocadas em prática.

Gohn (2001) acrescenta que a falta de investimento nos produtos internos gera insegurança no cidadão no que diz respeito ao mercado, ao consumo, ao investimento e ao planejamento de perspectivas futuras:

“[...] dentro de um modelo globalizado que privilegia não o investimento produtivo, mas o capital financeiro especulativo. Tudo isso tem gerado apreensão sobre a natureza do processo civilizatório que está sendo construído na virada deste novo milênio” (GOHN, 2001, p.11).

O processo civilizatório de uma nação marcada pela globalização e pela apologia à economia mundial subverteu os princípios dos direitos humanos em imposições do capitalismo.

O princípio universal do direito a terem direitos, como um valor fundamental a ser fortalecido, foi suprimido pelo discurso fabuloso e mundial da globalização da economia. Os impactos dos resultados foram danosos para os diversos segmentos sociais, sobretudo para os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O sistema de garantia de direitos sofreu impactos em sua universalidade, indivisibilidade e em seu caráter inalienável. Na história da humanidade, nunca antes foram geradas tantas guerras e violências nos centros urbanos e nas zonas rurais.

A violação dos direitos humanos passou a fazer parte, de maneira latente, do convívio social, o que fez com que se criasse uma banalização e uma apatia das pessoas frente a tais violações. A falta de políticas públicas para atender a população fortaleceu a desigualdade e a exclusão social, e isso fez com que o cidadão se indignasse e se organizasse em movimentos sociais reivindicatórios e contestatórios diante da forma de governo e fomentassem a implantação de políticas que garantam a justiça social, a igualdade de direitos e a paz, a partir da efetivação dos direitos fundamentais que atendam suas necessidades.

Os direitos humanos só podem ser consolidados a partir da efetivação das políticas públicas, com o fortalecimento dos espaços democráticos de participação da sociedade na gestão, efetivação e implantação dessas políticas.

A garantia de execução das políticas públicas contribuirá de maneira significativa para o enfrentamento dos desafios gerados pela globalização.

A superação da influência da globalização passa por um processo que exige conhecimento e uma visão política, considerando outros paradigmas de sociedade, de sociabilidade, de economia e produção da vida. O sistema capitalista neoliberal já não corresponde ao interesse da sociedade, principalmente ao dos segmentos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica.

A partir dos anos 90, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, a sociedade civil e os movimentos sociais articulam-se com as novas formas de participação social e ações coletivas, através dos Fóruns, Conselhos Municipais, Estaduais, Nacionais, Centros de Defesa e de Referências, visando a uma co-gestão no planejamento, monitoramento e fiscalização das políticas públicas. Isso configura uma maneira ativa e deliberativa de atuação e de se fazer política, do ponto de vista pessoal, social e coletivo.

Gohn (2003, p.15) destaca que os movimentos sociais progressistas atuam “[...] segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes⁴, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.

Os movimentos sociais, neste sentido, passam a contribuir com o gerenciamento das políticas públicas, fazem críticas baseadas em pesquisas/diagnósticos e apontam perspectivas de avanços diante das problemáticas detectadas.

A construção de um novo paradigma social passa por uma nova prática no fazer humano e por uma nova concepção do ser no mundo. Para Santos (2004, p. 55), “[...] nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmistificar a competitividade e consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos”.

⁴ Para Gohn (2003, p.15), as redes são “[...] estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada” e atuam segundo as estratégias dos movimentos sociais, tendo como objetivo a produção de articulações relevantes para a sociedade em geral.

Neste aspecto, o sujeito de direitos é compreendido como um ator social ativo, que interfere significativamente nas relações pessoais e sociais, contribuindo para gerar transformações na sociedade, a partir de críticas ao status quo globalizado, propiciando uma desestabilização e uma desconstrução dos valores, modelos e paradigmas pré-estabelecidos. Conforme afirma Ribeiro (2005, p.47) quando os sujeitos têm uma atuação política na sociedade, eles se “[...] tornam sujeitos de sua própria história, sujeitos que provocam uma perturbação no sensível, que modificam o que é visível, invisível e contável”.

De acordo com Zygmunt (2004), existe uma contradição social entre o visível e o invisível. Tomemos como exemplo a realidade do envelhecimento. “*Todo mundo sabe: a condição das pessoas idosas é hoje escandalosa*” (BEAUVOIR, 1970 A, p.265). Tal afirmação parte do pressuposto de que todos reconhecem as violações de direitos dos idosos, embora se comportem de forma invisível a essa situação.

Os segmentos da sociedade que se encontram inseridos nos maiores índices de vulnerabilidades (idosos, mulheres, deficientes físicos e mentais, negros, indígenas crianças e adolescentes) paradoxalmente são aqueles que se tornam mais invisíveis, por exigirem da sociedade, do poder público, das famílias e do próprio indivíduo, um posicionamento ético sobre as causas, os efeitos e os possíveis encaminhamentos com relação a essas situações.

É importante construir uma nova sociedade, balizada na justiça social, na garantia efetiva dos direitos humanos, na solidariedade, na democracia participativa e que agregue seus diversos segmentos, além de “[...] mesmo num mundo globalizado, fazer triunfar os interesses da nação” (SANTOS, 2004, p. 78).

Freire (2001) aponta que essa nova sociedade tem pela prática política a possibilidade de optar por configurar-se em outros paradigmas, baseados na dialética e no entendimento da história, como uma construção pessoal e social, a partir das contradições, do dinamismo e dos enfrentamentos frente à sociedade.

“A prática política que se funda na compreensão mecanicista da História, redutora do futuro a algo inexorável, ‘castra’ as mulheres e os homens na sua capacidade de decidir, de optar, mas não tem força suficiente para mudar a natureza mesma da História” (FREIRE, 2001, p.13).

A compreensão da história como possibilidade de construção, permite novas configurações de uma sociedade, balizadas na justiça social, no amor, na esperança, na solidariedade, na cidadania ativa dos grupos sociais, promovendo uma nova consciência de convivência pessoal, social e planetária.

A globalização se tornará uma estratégia para a paz se propiciar, através das políticas públicas, acesso para todos os segmentos da sociedade. Neste sentido, todos os países, todos os lugares devem ter as mesmas condições e possibilidades de existência frente ao mercado globalizado, enfrentando as exclusões e as violências que marginalizam as pessoas. Assim, a promoção da construção da cultura da paz passa pelo investimento na educação, na segurança, na distribuição de renda, no trabalho e na habitação.

Somente quando os direitos individuais, sociais e coletivos estiverem implementados na realidade da vida cotidiana de uma comunidade, é que a cultura da paz se consolidará.

Com o advento da globalização, a análise social, política, cultural e econômica de uma comunidade também vem sofrendo transformações. O conceito de comunidade é complexo, dinâmico e sócio-histórico. Michaelis (1998) apresenta algumas explicações sobre o termo:

“[...] qualidade daquilo que é comum, comunhão; participação em comum, sociedade. Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos, lugar onde residem esses indivíduos, Comuna e totalidade dos cidadãos de um país, o Estado” (MICHAELIS, 1998).

Santos (2004) aponta que, no limiar do século XXI, o conceito de comunidade vem sendo revalorizado a partir de noções de pertencimento, participação, solidariedade, laços afetivos, prazer na integração grupal, em uma globalização heterodoxa, na qual quem domina é a sociedade civil e não o mercado.

Hesselbein e Drucker (1998, p.23) analisam que um dos efeitos da globalização é a criação de uma comunidade do futuro planetária, demarcada pela diversidade e por um entrelaçamento de relacionamentos pautados entre duas forças conflitantes: a necessidade de autodeterminação e liberdade e o anseio de pertencimento, dependência e submissão. *“O indivíduo toma consciência da comunidade à medida que exercita sua liberdade de resposta”*.

A ética do cidadão planetário, visando ao pertencimento à comunidade, segundo Hesselbein e Drucker (1998, p.26), seria delimitada por duas indagações: *“O que nos reuniu? O que esperamos produzir unindo-nos uns com os outros?”*. Buber (1987, p.33) acrescenta mais uma reflexão, sobre os novos paradigmas para o encontro e convívio das pessoas: *“[...] Que finalidade tem a nova comunidade?”*.

Estas proposições remetem ao cidadão uma reflexão existencial sobre o papel ativo ou passivo de participação que tem em sua vida, na vizinhança, na comunidade em que habita, no trabalho que executa, enfim, nas escolhas dos grupos aos quais decidiu pertencer.

Hesselbein e Drucker (1998) definem três características estimuladas sistematicamente na convivência planetária: cuide de você, de todos e desse lugar. Essa perspectiva favorece a construção de um cidadão preocupado com o desenvolvimento pessoal, social e coletivo.

Boff (2003, p.72) também defende a criação de uma nova civilização planetária, construída a partir da articulação convergente de consciências. *“Ela significa a adequação da mente humana ao novo fenômeno da globalização, ou, o fenômeno da planetização/unificação do mundo manifestado na mente humana”*, tendo como meta principal à re-ligação de todos e de cada um.

Para Boff (2003 p. 92), o ser humano é um “[...] *nó de relações, voltado para todas as direções*”, possibilitando várias conexões entre dar, receber e compartilhar, pessoalmente, nos grupos a que pertence e no coletivo da nação.

A cidadania planetária faz-se a partir do encontro de uma unidade comum (o eu relacionando-se com o outro) articulando-se com a comunidade, ou seja, a comum – unidade (os outros se relacionando com o eu), construindo uma relação interligada com a civilização planetária (nós nos relacionando com o mundo).

Para que essa nova nação se concretize, Boff (2003) propõe quatro princípios a serem desenvolvidos: participação ativa no projeto coletivo; igualdade com equidade, promovida pela consciência da integração de todos e da sua colaboração pessoal na construção do social; valorização da diferença como construtora da riqueza potencial das pessoas e das culturas; e a comunhão de subjetividades, valores, diálogo interior e comunicação transcendental.

Assim, estes aspectos visam à promoção, do cidadão planetário e fomentam o desejo de construir uma “[...] *humanidade comunitária, participativa, solidária e espiritual*” (Boff, 2003, p.93).

O convívio social é um exercício proposto pela democracia, definida por Ribeiro (2005, p. 45) como “[...] *um conjunto de práticas sociais e culturais... onde é imprescindível o reconhecimento do direito próprio e do outro, legitimando a possibilidade de conflitos no campo democrático*”.

A prática da cidadania, como todas as outras da condição humana, é apreendida na prática coletiva do convívio em uma sociedade, a partir dos grupos sociais em que se estejam inseridos, participando ou representando.

Para Marcílio (2008, p.21), “*o cidadão está chamado a exercitar livre e responsabilmente o seu papel cívico com e pelos outros, ai está uma das colunas mestras de todo ordenamento democrático*”.

Evidência Bauman (2003, p.133) que na globalização “*somos todos interdependentes, e devido a essa interdependência, nenhum de nós pode ser senhor de*

seu destino por si mesmo”. Faz-se necessário, então, a compreensão das condições sobre as quais se enfrenta a vida, a partir da participação na comunidade local e global.

Bordenave (1983) define três tipos de participação dentro de uma comunidade, a partir do pertencimento a um grupo: fazer parte, tomar parte e ter parte. Fazer parte de um grupo social é participar da convivência deste agrupamento de pessoas de maneira passiva, sem interferir nas regras decisivas do coletivo. Tomar parte é participar de forma ativa das atividades do grupo, sem decidir sobre os processos de convivência das pessoas. Diferentemente das condutas anteriores, ter parte é participar de maneira ativa dentro do grupo, contribuindo no planejamento, andamento e melhorias dessa convivência.

A maneira como um cidadão participa da convivência social revela o grau de envolvimento que ele tem com o desenvolvimento sócio-político-econômico-cultural da sociedade brasileira. O que importa em um processo de participação não é o quanto se toma parte, mas a maneira como se toma parte.

A democracia representativa demonstra o nível de participação, em que o cidadão delega aos seus representantes, promulgados por uma eleição direta, as atribuições de administrarem seus interesses no gerenciamento da nação. Já a democracia participativa proporciona um monitoramento da gestão das políticas públicas no nível municipal, estadual e federal de forma direta, a partir das decisões colegiadas nos Fóruns, Conferências e Conselhos.

A democracia participativa seria, então, aquela em que os cidadãos sentem que, por fazerem parte da nação, têm parte real em sua condução, nos avanços e recuos da construção de suas transformações.

Segundo Meister (1999), existem dois níveis de participação, o micro e o macro. A micro participação ocorre através da associação voluntária de duas ou mais pessoas em uma atividade com objetivos comuns nessa convivência.

A macro participação ou participação social compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a estrutura da sociedade,

sua história, seus meios de produção, de aquisição dos bens materiais e culturais, sua administração e distribuição.

Bezerra (1984) define a participação social como sendo o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.

Cada setor da sociedade, embora tenha acesso à participação democrática, exerce esse direito de uma maneira particular. Esses e outros aspectos devem ser considerados na construção de uma sociedade participativa que exige a criação de uma mentalidade cultural participativa, estimulada, apoiada e treinada pelos sistemas educativos formais e informais. Já as participações familiares, escolares, profissionais, esportivas, espirituais e comunitárias constituem um meio de aprendizagem e um caminho para a atuação no nível macro.

A aprendizagem da participação social desenvolve-se com a compreensão e apropriação dos interesses do grupo no qual a pessoa está inserida, a partir de atividades organizadas que expressem necessidades e objetivos comuns e que defendam interesses econômicos, políticos e sociais das pessoas envolvidas.

Bezerra (1984) defende que a participação social também pode ser compreendida como meio de produção, gestão e usufruto, com acesso universal a todos. Porém, destaca que a participação política é direito de todos, mas, correspondentemente, a participação social não ocorre de forma equitativa. Com efeito, na democracia liberal os cidadãos tomam parte nos rituais eleitorais e escolhem seus representantes, mas, por não possuírem, nem administrarem os meios de produção material e cultural, sua participação macro-social é fictícia.

A articulação da participação social no processo do envelhecimento é de suma importância, como em outros setores da sociedade, e se constrói no desafio da conscientização de uma nação que gesta, delibera e está presente nas diretrizes e efetivação das políticas públicas.

“Hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, ‘o idoso’ é um ator que não mais está ausente do conjunto de discursos produzidos” (DEBERT, 2004, p.11).

Desta forma, o idoso constitui-se como sujeito de direitos, construtor de sua cidadania, articulador de suas necessidades e mobilizador de suas conquistas.

A história da conquista dos direitos dos idosos é perpassada pelos movimentos sociais relacionados à participação do idoso na vida política. Até a década de 60, o principal movimento social dos idosos relaciona-se à atuação dos aposentados, e seu foco restringia-se às reivindicações da categoria profissional.

Segundo Paz (2004), dos anos 60 aos 80, os idosos tiveram uma participação indireta em movimentos sociais, apoiando iniciativas de instituições e associações na produção de denúncias de negligência e maus-tratos de idosos, através da mídia, de manifestos e Cartas Abertas visando à implementação de políticas públicas na área do envelhecimento.

Foi a partir dos anos 90, após a sanção, em 1994, da Lei do Idoso, e do decreto-lei 1.948/96, que regulariza o Plano Nacional do Idoso - PNI, que o movimento social de participação dos velhos (incluindo os aposentados), passou a configurar-se como uma categoria política baseada em outras demandas, tais como: a preocupação com a desigualdade social, a violência, o retardo na implantação das diretrizes do PNI e a falta de investimento público na área social.

Paz (2004, p. 239) destaca que a organização social e política dos idosos puderam avançar na medida em que se ampliou sua visão acerca da realidade do envelhecimento, “[...] levando em conta as questões da assistência e maior proteção à *velhice*” e pôde se fortalecer a partir dos anos 90, aliando-se a outros segmentos de reivindicação social (Movimento de Mulheres ou do Negro) ou organizações como os Fóruns e Conselhos de diversas áreas.

Atualmente, a conquista da visibilidade da velhice vem se fazendo presente pela implementação do Estatuto do Idoso, em consonância com a articulação da sociedade civil, as parcerias entre as ações da política pública e as Organizações Não - Governamentais, visando à efetivação dos direitos dos idosos, as conquistas sociais e a prática da cidadania.

A verdadeira participação do idoso ocorre quando este se torna um cidadão emancipado, protagonista na luta pelos seus direitos, sem que “[...] dependam que se lute por eles, mas que estejamos aliados na luta com eles” (PAZ, 2004, P.250).

Paz (2004, p.229) observa ainda que envelhecer é um direito do cidadão e que o fato de a velhice ser tratada com dignidade “[...] não é só uma aspiração dos velhos, mas um dever de atenção por parte de todos os grupos etários e de toda a sociedade”.

Beauvoir (1970 A, p.12) destaca que a incorporação do processo de cidadania é perpassada por um posicionamento político frente à velhice em todas as fases da vida: “[...] o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamos nos neles”.

Neste sentido, o Estatuto do Idoso (2003, art.4, inciso I) também impõe aos cidadãos o dever de cuidar dos idosos, zelando por seus direitos: “É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso”.

O artigo 43 da mesma legislação especifica quem são os responsáveis por zelar ou desrespeitar os direitos dos idosos e descreve simultaneamente os tipos de violações e ameaças que podem ocorrer: “I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; III - em razão de sua própria conduta (o próprio idoso)”.

O idoso também pode violar ou ameaçar os seus direitos (“[...] vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária”), quando se negligência,

maltrata-se, recusa-se aos cuidados básicos ou a participar de sua cidadania (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, art.3).

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), existe uma caracterização básica para análise da violação dos direitos: identificar o agente violado (vítima) e o agente violador (autor da infração); posteriormente, especificar quais direitos foram violados, para executar possíveis encaminhamentos a todos os envolvidos.

Esta estrutura de análise possibilita uma compreensão, da visão pessoal, familiar, societária, das instituições, do papel das políticas públicas, das ações comunitárias e do próprio idoso frente ao envelhecimento, já que tipifica todos os envolvidos e suas possíveis intervenções como zeladores ou infratores dos direitos.

Envelhecer é um direito do cidadão, promover a dignidade do envelhecimento é um dever de todos nós!

CAPÍTULO 2. Processo de Envelhecimento: múltiplas dimensões

“As ações de convívio desenvolvem a (re) descoberta de possibilidades, o investimento em novos desafios, além de momentos de prazer e alegria. Estimulam a independência, autonomia e auto-estima dos idosos, além da promoção do autoconhecimento e desenvolvimento de sociabilidades, de modo a favorecer um processo de envelhecimento ativo e saudável” (CENTRO DE REFERÊNCIA DA CIDADANIA DO IDOSO –CRECI@, 2004, p.18).

Refletir sobre o processo de envelhecimento envolve a desconstrução e a construção das múltiplas imagens e representações biológicas, sociais e psicológicas que englobam a velhice e a sociedade, considerando os costumes da época, a estrutura social e econômica e as diretrizes promovidas e estimuladas pelas políticas públicas.

Envelhecer, do ponto de vista biológico, pode ser considerado como um processo natural, inerente ao desenvolvimento de qualquer ser vivo, que ocorre a partir de sua criação. Uma planta tende naturalmente à inclinação de buscar os raios solares para encontrar energia, força e luz para crescer, produzir oxigênio e passar pelo processo de fotossíntese.

Sharp (1996) caracteriza as interfaces entre as influências biológicas que tendem⁵ naturalmente ao desenvolvimento dos seres humanos, promovendo a preservação do direito à vida, articulando com as influências psicológicas, que se apresentam com um caráter mais relativo, devido à maneira particular de cada um lidar com as perspectivas da vida, incluindo as cobranças sociais e determinações societárias, da vida social a que aquele cidadão pertence.

Compreender o envelhecimento somente do ponto de vista biológico é reduzi-lo a uma visão parcial de sua investigação. Segundo Mercadante et al (2005, p.25), é necessário que se desenvolva uma visão ampla e profunda da velhice, compreendendo-a

⁵ Segundo Sousa (1986), a análise de uma tendência dentro de um fenômeno pessoal ou social é indicada pelos fatores intrínsecos que se atraem, a partir de uma força que impulsiona para que algo aconteça segundo sua natureza, sobre influência dos determinantes dessa situação.

“[...] como um fenômeno multifacetado em que ao lado dos fatores biológicos, temos também as diversas situações socioculturais e históricas constitutivas deste mesmo fenômeno”.

As abordagens biológicas, psicológicas e sociais demarcam uma visão pluralista e interdisciplinar na forma de conceber o envelhecimento. Morin (2002) destaca que para compreender um fenômeno é importante analisar a sua complexidade, ou seja, sua abrangência com as diversas áreas do conhecimento.

A vida tem sua evolução demarcada pelas intempéries dos caminhos e trajetórias. O envelhecer como processo vital é uma realidade que será vivida por todos, porém a maneira como cada um irá conceber esse envelhecimento é particular, singular e única. Não existe uma forma única de envelhecer, mas diversas velhices, o que rompe com a lógica do modelo hegemônico e homogeneizador de velhice. Mercadante (1998, p. 67) aponta as contradições contidas no entendimento desses conceitos: *“A heterogeneidade, que está presente no cotidiano dos idosos parece não ser suficiente para anular uma visão homogênea de se pensar a respeito do velho e da velhice”.*

Para Mercadante (2004) o modelo hegemônico de velhice está associado às representações generalistas de perdas biológicas e sociais, construído a partir de um modelo contrastivo e comparativo com o jovem, criando noções de identidades estáticas, onde um define em que categoria o outro se encontra, gerando idéias de supremacia de uma categoria em contraposição a rivalidade de outra.

Ressalta Mercadante (2004, p.197 e 198) neste sentido, que o papel do pesquisador é *“[...] desfazer um modelo homogêneo, mostrando as várias formas de ser velho. Ou seja, desconstruir essa generalização e contrageneralizar”*, dessa maneira as novas particularidades criam um novo modelo social do velho, onde as *“diversas realidades singulares”* podem ser manifestadas e serem inclusas.

Com a negação do modelo generalista composto por representações sociais estigmatizadas da velhice, onde o idoso não se sente incluído, surge segundo Mercadante et al (2005, p. 33) *“[...] a construção de uma identidade social paradoxal: o velho não sou ‘eu’, mas é o ‘outro’”*, que esta incluso nas idéias do modelo geral de

envelhecer, porém, paralelamente cria-se um novo sujeito velho com suas particularidades.

Segundo Mercadante et al (2005, p. 32) em relação à visão de um corpo em declínio, este é percebido como imperfeito e enfraquecido e essa sensação vai se ampliando “[...] *para além do corpo, sobre a personalidade, o papel social, econômico e cultural do idoso*”.

Destaca também, Mercadante et al (2005) que a superação das representações sociais que associe a velhice, a decadência corporal, há um lugar de memorização histórica de lembranças e aguardo para a morte futura, faz com que o velho possa resignificar e particularizar sua experiência temporal, podendo investir no seu presente e projetar um futuro a partir de suas perspectivas pessoais.

Para a corrente da psicologia que se pauta na psicanálise o sujeito não envelhece, mas sim o seu corpo é demarcado por expressões de envelhecimento que são percebidos pela consciência, conforme descreve Mucida (2004).

Para Freud (1915) o processo de envelhecer é perpassado pela constituição da subjetividade, que vai se formando por aspectos simultâneos e entrelaçados a partir da demarcação do tempo cronológico, em relação com as imagens do inconsciente, das experiências atuais e das lembranças do passado vivido. As vivências atuais integradas com as marcas do traçado da história vivida fazem surgir no inconsciente uma nova reinscrição do sujeito, a partir de rearranjos com as circunstâncias de realização dos seus desejos e um tempo delimitado pela equilíbrio dos aspectos inconscientes e a influência externa, permeado por suas lembranças.

As experiências inconscientes não são lineares com o tempo cronológico, possibilitando diversas perspectivas ao sujeito em sua subjetivação. Mucida (2004, p.46) aponta que “*Tal concepção traz a idéia de um tempo que passa, mas passando, pode retificar um tempo já passado, atualizando-o no presente... já que o escrito será re-escrito e reatualizado a partir de cada um*”.

Dessa maneira, as lembranças do tempo que se foi demarcam a existência e são perpassadas pelas teias da experiência das representações possíveis no presente vivido e vislumbram o que poderá vir a ser. O existir humano é pautado em questionamentos acerca do sentido da existência, composto de múltiplas possibilidades num corpo: a morte, o nascimento, o aborto, a deficiência física, a escolha sexual, o gozo sexual, as mudanças na puberdade, o peso, a altura e as doenças.

A dimensão corporal inclui um corpo real, imaginário, virtual, que nasce, que envelhece, que delimita os fenômenos internos dos externos pela demarcação da pele, explicitando os limites do Eu. O corpo expressa um modo de ser, uma maneira de enunciação e uma expressão do existir. Ele acolhe em uma roupagem a essência do ser, deixando suas marcas no social e em si mesmo.

Olievenstein (2001, p. 14) revela que existem dificuldades biológicas, sociais e psicológicas em delimitar o início da velhice, tanto para a própria pessoa, quanto para os familiares e entes de sua convivência. *“Nascer para a velhice não é tarefa para alguns meses. É um longo caminho, retardado por muitos subterfúgios”*.

O idoso vai estabelecendo gradualmente uma relação com o seu processo de envelhecimento, a partir de sua auto-imagem, transformações corporais, comparações com outras pessoas que também estão envelhecendo, comentários sociais e estímulos externos advindos da vida profissional, ida ao médico, morte de parentes próximos ou revendo pessoas distantes. Para Lopes (2006, p. 88), *“[...] sem o outro é impossível o conhecimento de si próprio, assim como o discurso sobre si mesmo tem um caráter transitório”*.

A partir de sua existência, o idoso revela-se e impõe-se na sua condição ao social e a si próprio. Nessa inter-relação as várias facetas do social posicionam-se frente a essas manifestações da velhice e, paralelamente, vão se estabelecendo vivências de aprovação, repulsa, vergonha, isolamento, acolhimento e possíveis satisfações e frustrações conjuntas ou isoladas (Olievenstein, 2001, p.16).

Segundo Pacheco (2005), as imagens e representações sobre o envelhecimento são socialmente construídas e expressam diversas formas de compreensão desse fenômeno.

Envelhecer pode estar associado à degradação progressiva do físico, a debilidade mental e psicológica, aos cuidados emergentes para evitar envelhecimento precoce da pele (cremes anti-rugas), a negação do envelhecimento, a associação da velhice à sabedoria ou a regressão a fases anteriores para realização de desejos reprimidos (idoso de 79 anos namorando uma pessoa de 21).

Portanto, não existe hegemonia no conceito de envelhecimento, o que há são diversas representações do processo de envelhecer. Não existe velhice, mas velhices, no plural.

O ciclo do desenvolvimento humano é composto por fases (Erikson, 1968), que ocorrem em um sucessivo e natural crescimento. Constantemente estamos envelhecendo, não só na fase da velhice. Tal conceito torna-se um paradoxo da condição humana, pois se objetivamente estamos envelhecendo, paralelamente, na subjetividade, não o percebemos ou tentamos ao máximo esconder essa percepção de nós mesmos, dos outros e da sociedade.

A sociedade moderna baseada no consumo, acúmulo de bens, individualismo arraigado, cria um modelo de representação social baseado na valorização de um corpo sadio, produtivo, apto para o trabalho e para a reprodução sexual, favorecendo uma cultura do corpo jovem. Esse paradigma contribui num comparativo para as representações sociais de hiper-valorização da juventude, depreciando o idoso e sua fase de desenvolvimento humano, a partir de associações relacionadas a um corpo inválido, improdutivo, inapto para o trabalho e a reprodução sexual.

Neste sentido, a representação social do idoso passa a ser pejorativa, depreciativa e estigmatizada. Goffman (1975, p. 112) aponta que o estigma é uma expressão de uma relação interiorizada do indivíduo e não uma noção de atributos, pois, *“um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso”*. Ainda segundo

Goffman (1975), a representação social de uma identidade, no seu caráter virtual, contém a expressão dos estigmas, em que características externas que nem sempre condizem com a realidade são impostas aos indivíduos. Ocorre que, pela pressão e supervalorização das representações sociais, o indivíduo acaba por acreditar nos atributos impostos pela sociedade e a vivenciá-los como sendo seus.

A reportagem do jornal Folha de São Paulo (30/04/2006), “*Famílias `Esquecem` Idosos em Hospitais*”⁶, relata que muitos idosos são abandonados por seus parentes e amigos em unidades hospitalares e de tratamentos, por diversos motivos, envolvendo principalmente questões sociais, econômicas e familiares. A matéria destaca ainda que no Hospital da Santa Casa de São Paulo apenas um terço dos pacientes recebe visitas regularmente.

O Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, define no artigo 98:

*“Abandonar idoso em hospitais, casa de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado: **Pena:** Detenção de 6 meses a 3 anos e multa.”.* (ESTATUTO DO IDOSO, art.98).

O que essa realidade pode nos revelar?

A cultura do abandono de idosos com debilidades de saúde? Um sistema de justiça que não cumpre com as suas penalidades? Medo de entrar em contato com nossa própria velhice convivendo com pessoas idosas próximas a nós? Falta de compaixão ou vinganças familiares por experiências desfavoráveis vividas em fases anteriores? Será que se o idoso estivesse em sua comunidade, no seu lar, a convivência seria diferente? Participar de um Grupo de Convivência interfere na rede de apoio solidária no processo do envelhecimento?

⁶ Jornal Folha de São Paulo, *Famílias Esquecem Idosos em Hospital*, Caderno Cotidiano, C1, 30/04/2006.

Froma (1995, p. 285) observa “[...] que o preconceito contra a velhice decorre da tentativa de evitar a realidade pessoal do envelhecimento e da morte”.

Por outro lado, existem outras possibilidades que podem ocorrer na velhice: o sucesso financeiro, a qualidade de vida, o sustento da extensão familiar, encontro amoroso, a convivência com netos, ampliação da rede de relacionamentos sociais, do tempo para lazer, motivação cultural, ócio criativo, enfim, aceitar o envelhecimento e conviver com as mudanças em todos os setores da vida.

Varella (2003) destaca que quando uma pessoa encontra um sentido para envelhecer, a velhice passa a ser compreendida como uma nova fase, cheia de possibilidades, contendo uma oportunidade de começar uma nova proposta de vida, a partir de uma postura de disponibilidade em aprender e apreender novos conceitos através das experiências vividas:

“Construções do dia-a-dia que dependerão de reformulações e esforços pessoais. Se o ser humano conseguir uma nova forma de encarar a vida, a velhice pode ser um momento natural, sem tantas preocupações para si e para a sociedade” (VARELLA, 2003, p. 3).

Guardini (1987, p.82) defende que em qualquer fase o aspecto mais importante para a realização da vida é a aceitação da etapa em que se esteja, assumindo seus desafios, limitações e perspectivas: *“Aceitar a realidade foi sempre o ponto de partida para poder fazer o que é devido”*. O autor ainda complementa, afirmando que muitas pessoas não aceitam envelhecer, sofrem e disfarçam os traços deste envelhecimento: mentem a idade, fingem disposição e ânimo, usam cremes anti-rugas, pintam o cabelo, relacionam-se com pessoas mais jovens, fazem plásticas, utilizam remédios anti-envelhecimento, enfim, sentem vergonha e não assumem sua velhice.

As representações sociais que o idoso faz do seu processo de envelhecer, bem como a valorização familiar e social que se faz desse processo, interferem nas maneiras de perceber, idealizar, sentir, aceitar e assumir essa fase da vida.

Existe uma inter-relação entre a imagem que o idoso faz de si mesmo e a imagem social predominante no país, incluindo as relações que estabelece com a família e a sociedade. Medeiros (1998, p.7) reflete apropriadamente sobre essa realidade ao expor: “*Ser velho traz um conjunto imenso de conotações pejorativas. Todos querem viver mais, mas ninguém quer ser velho*”.

As atitudes sociais em relação à velhice influenciam as construções de representações sociais e contribuem de modo concreto para a auto-aceitação ou não da fase do envelhecimento pela sociedade em geral e pelo próprio idoso.

Guardini (1987, p. 99) defende que é necessário superar o paradigma de que só a vida jovem é portadora de valor humano e de que a velhice é composta de uma decadência. Destaca também a importância de que todos os setores do convívio humano valorizem o envelhecimento, seja do ponto de vista do próprio idoso, do seu ambiente, de sua família, das relações de amizade, como também da conjuntura social, do convívio comunitário e das políticas de Estado.

O papel das políticas de Estado, neste sentido, é contribuir na construção de representações sociais de valorização da condição humana em todo o seu ciclo de desenvolvimento, como forma de enfrentamento dos preconceitos predominante e muitas vezes, reforçado pelo próprio idoso.

Debert (2004) destaca que a reinvenção do envelhecimento é perpassada pelo paradigma de que o conceito de juventude deixou de relacionar-se a um estágio do desenvolvimento humano e transformou-se em um valor a ser cultivado, conquistado em qualquer idade, através de um estilo de vida saudável, baseado numa alimentação balanceada, prática regular de exercícios e no consumo de produtos de embelezamento, bronzamento, plásticas e transformações corporais que visem à manutenção da aparência jovial.

Tótoro (2008, p.29 e 31) aponta que a velhice, na atualidade, “*tornou-se alvo de inúmeras estratégias de poder*”, nas quais o marketing e os clichês das políticas públicas fazem uma apologia da vida saudável para que se envelheça bem, o que gera um modelo de controle social em que se busca regular o modo de vida de toda a população, através da ideologia de “[...] *tornar todos igualmente jovens e belos*” e

consumidores dos produtos, institutos, clínicas de tratamento e academias de ginástica. Assim, a homogeneização da representação social que associa a velhice às doenças crônicas e degenerativas, em oposição à juventude saudável, favorece um amedrontamento social frente ao envelhecimento e um esforço de adaptação do idoso a uma aparência e performance de juventude (Tótorá, 2008).

Ao longo da história, a velhice vem ocupando espaços diferenciados e, através de pesquisas científicas e novas abordagens de políticas públicas, vêm ocorrendo transformações na imagem do idoso, e da contribuição na área da saúde, social, cultural, política e econômica que ele vem exercendo na sociedade, nos grupos em que atua, na família e em sua própria categoria, através de conquistas dos seus direitos, da participação democrática e do exercício da cidadania em diversas atuações pessoais, sociais e em órgãos consultivos e deliberativos do idoso.

Não existe um consenso mundial referente ao início do envelhecimento, nem um parâmetro único de idade para a execução das políticas públicas nacionais e internacionais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece o parâmetro cronológico de 65 anos para o início da velhice nos países desenvolvidos, e de 60 anos nos países em desenvolvimento.

No Brasil, segundo o Estatuto do Idoso, é considerada idosa, a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos (primeiro artigo) e, paralelamente, perante a Lei Orgânica da Assistência Social – LOA —, no capítulo IV, art.20, sobre Benefícios de Prestação Continuada – BPC —, o idoso que poderá ser incluído neste programa de assistência financeira terá que ter sessenta e cinco anos ou mais.

O impacto do reconhecimento do envelhecimento dentro de uma família pode ocorrer de diversas maneiras: a chegada da aposentadoria, o nascimento de um neto, a demissão de uma empresa devido à idade, proposta nova de emprego, início de doenças crônicas, perda do direito a dirigir, passar a usar óculos, filhos que se casam, enfim, ocorrem rearranjos nas estruturas de convívio entre as pessoas que co-habitam a mesma residência ou fazem parte da família. Além disso, os cuidados básicos, exercidos anteriormente com plena autonomia, passam a ser dividido com os familiares: ida ao

médico, tratamentos de beleza, massagem terapêutica, vacinações públicas, rotina de compras domésticas, administração de remédios e outros.

A Constituição Federal (1988, art.226) estabelece que a “*família é à base da sociedade*” e o Estatuto do Idoso (2003, art.3) aponta que “*É obrigação da família, da sociedade e do Poder Público, assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais*”. A Política Nacional do Idoso – PNI (art.3, subitem I) destaca que é dever da família, da sociedade e do Estado “[...] *assegurar ao idoso todos os direitos à cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida*”.

É impossível ficar indiferente às transformações que vão ocorrendo no convívio com um idoso. As questões existenciais ficam latentes: será que quando envelhecer ficarei assim? Até quando vou viver? Será que vou ficar totalmente dependente de cuidadores? Por que a morte parece ficar mais próxima quando convivo com um idoso? Por que conviver com um idoso faz com que eu me lembre de que estou envelhecendo?

Essas são algumas reflexões, presentes na vertente que assola e faz temer o auto-engano, por puro mecanismo de negação e autodefesa, o que gera uma dicotomia entre o corpo que envelhece e a mente que não quer envelhecer, negando-se a aceitar e a perceber que constantemente estamos envelhecendo.

Guardini (1987, p. 69) ressalta, a esse respeito, que o idoso deve exigir de si mesmo, e não só dos familiares, uma conduta frente ao seu processo de envelhecimento. O modo de lidar e o quanto o idoso e a família aceitam o envelhecer determinam a qualidade das relações a serem estabelecidas, por exemplo, com “[...] *a inveja que se sente dos jovens [...] do ressentimento contra tudo que é moderno [...] da alegria malsã por falhas e insucessos dos tempos atuais*”. É neste sentido que a psicanálise freudiana pode contribuir com seus conhecimentos, auxiliando o idoso e sua família a compreenderem que existem processos mentais reprimidos que interferem na vida cotidiana dessa relação e das representações que se tem sobre o processo de envelhecer, seus sintomas e manifestações.

“Ensinamo-lo a compreender a maneira pela qual essas formações mentais altamente complicadas são compostas, remetemos os sintomas aos impulsos instituais que os motivaram; assinalamos ao paciente esses motivos instituais, que estão presentes em seus sintomas, e dos quais até então não tinha consciência [...]” (FREUD, 1919, p. 174).

Segundo a psicanálise freudiana (1923), constitucionalmente os seres humanos são compostos por um processo de influências entre três instâncias: os desejos internos (Id), as pressões externas (Superego) e um aspecto responsável pela regulação entre as duas possibilidades (Ego).

Para Freud (1923), o Ego é a instância que mediará a subjetividade interna (composta pelas necessidades, desejos, contradições, sentimentos e as sensações de prazer de uma pessoa) em relação às influências externas, às cobranças, as obrigações profissionais e sociais, os deveres cívicos, as interdições, os limites, a censura e os parâmetros da justiça frente aos seus atos. O modo de lidar com essas duas instâncias, a do prazer e a do dever, caracteriza a singularidade do ser humano e sua maneira de conceber, viver e expressar o envelhecimento. Portanto, de acordo com a psicanálise, é o ego que administra a conduta frente ao envelhecimento.

Porém, como explicita Olievenstein (2001, p.13), *“é possível enganar com seu próprio olhar, minimizar a gravidade dos fatos, dissimular sintomas”* do processo de envelhecer, mas *“[...] é infinitamente mais difícil escapar à surpresa dos outros”*, aos comentários, constatações, elogios e críticas, advindos do mundo exterior sobre sua idade, a conservação da pele, a ausência ou presença de doenças, a morte de cônjuges, etc. Olievenstein (2001) acrescenta que, mesmo quando percebemos o envelhecimento de uma pessoa, fazemos um pacto de silêncio social, não revelando, se possível nem a nós mesmos, as impressões que temos.

Beauvoir (1970, B) revela que o tratamento dado à velhice está permeado por uma “conspiração do silêncio”, nos diversos setores que compõem a sociedade. Esta postura de negligência e discriminação frente ao ser que envelhece ocorre até os dias atuais e deve ser amplamente transformada.

A criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos⁷ - SEDH é uma tentativa de dar visibilidade nacional, criar parâmetros e possíveis encaminhamentos a respeito da violação dos direitos, agentes violados e agentes violadores, envolvendo os diversos segmentos da sociedade englobados em um processo de exclusão social, inclusive o setor do idoso.

Minayo (2004) aponta, a partir da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para a ocorrência de três grandes manifestações de violência contra os idosos, que simultaneamente coincidem com aquelas vivenciadas pela sociedade brasileira:

“a estrutural, aquela que ocorre pela desigualdade social e é naturalizada nas manifestações de pobreza, de miséria e de discriminação, a interpessoal/familiar, nas formas de comunicação e de interação cotidiana e a institucional, na aplicação ou omissão na gestão das políticas sociais pelo Estado e pelas instituições de assistência, maneira privilegiada de reprodução das relações assimétricas de poder, de domicílio, de menosprezo e de discriminação” (MINAYO, 2004, P.15).

Em relação à violência estrutural, Minayo (2004) evidencia que apenas 25% dos idosos aposentados no Brasil sobrevivem com três salários mínimos ou mais. Isto aponta para o fato de que a grande maioria da nação (75%) sobrevive com até três salários, sustentando suas famílias, fato este que sinaliza um empobrecimento do idoso e de sua família.

A violência institucional é marcada por uma violação cometida em nível macro-social, pela leniência do Estado, por abusos e maus-tratos reproduzidos nas instituições públicas e privadas de atendimento ao idoso e pelo descaso e abandono das famílias.

A família é apontada como o principal agente violador dos direitos humanos dos idosos, “[...] eles vão desde castigos em cárcere privado, abandono material,

⁷ A Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com o Ministério da Saúde, produziu um estudo, em 2004, sobre a violência contra os idosos, com texto de Maria Cecília Minayo.

apropriação indébita de bens, pertences e objetos, tomada de suas residências, coações, ameaças e mortes” (MINAYO, 2004, p.12).

A Coordenadoria do Idoso, com apoio da Secretaria de Participação e Parceria (2005, p.18) desenvolveu um Manual sobre Envelhecer com Dignidade, Saúde e Qualidade de Vida, no qual foram acrescentadas algumas violências que o idoso pode sofrer por parte da família: na saúde (recusa em comprar ou ajudar a administrar os medicamentos), higiene (precária, ocasionando a geração de feridas e assaduras), alimentação (desnutrição) e lazer (isolamento social).

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM —, em 2004, na Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso de São Paulo, destaca-se que em 60% das queixas estão relacionadas aos conflitos de posse de bens ou às dificuldades em arcar com a manutenção dos idosos, em ambos os casos os agentes violadores são os familiares.

Na maioria dos países, a violência contra os idosos é praticada principalmente pelos filhos e, logo em seguida, pelos cônjuges. Esta situação é confirmada em pesquisa realizada no município de Belo Horizonte, com relação às queixas na Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso, onde 45,3% dos agressores foram os filhos, 15,4% os cônjuges e 8,2% genros e noras (Chaves e Costa, 2004).

Desta forma, pode-se considerar que a violência contra o idoso ocorre, em geral, no ambiente doméstico, onde, normalmente, o agressor é um membro da própria família, o que torna difícil um posicionamento de enfrentamento do idoso e de sua família, instituindo-se, assim, a cultura da convivência e do pacto silencioso, que tornam a situação invisível socialmente.

Mercadante et al (2005, p.22) constata que os idosos, em relação aos abusos, negligências e maus-tratos, “[...] *se calam, omitem e até mesmo justificam a agressão sofrida, ao dizerem ‘já sou velho mesmo’*”. Isso ocorre devido ao fato de o agressor ser geralmente uma pessoa conhecida, da convivência direta e membro da família.

O Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas (2002, p. 25), desenvolveu algumas observações sobre a violência intrafamiliar e apontou que os principais fatores de risco⁸ para o idoso são: “*várias doenças crônicas ao mesmo tempo, dependência física e mental, déficits cognitivos, alterações do sono e incontinência urinária ou fecal*”.

A definição de violência, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS — apud Camarano et al (2006) é a seguinte:

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Segundo Camarano et al (2006), com relação à velhice, a definição mais utilizada para as violações de seus direitos é a adotada pela Rede Internacional de Prevenção aos Maus-Tratos, elaborada em 1995: “*O maltrato ao idoso é um ato (único ou repetido) ou omissão que lhe cause dano ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança*”.

Os maus-tratos ao idoso podem ocorrer de diversas formas, incluindo violências físicas, psicológicas, sexuais, abandono, negligência, abusos financeiros e autonegligências.

A Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (2001), promovida pelo Ministério da Saúde, em pesquisa realizada no período entre 1991 e 2000, aponta que as principais causas da mortalidade envolvendo violência contra os idosos foram: em primeiro lugar, as relacionadas aos acidentes de trânsito, destacando a dificuldade de locomoção, desrespeito dos motoristas e negligências do Poder Público; em segundo lugar vêm as quedas, causadas

⁸Segundo o Ministério da Saúde (2002, p. 23), os fatores de riscos são “[...] *condições particulares individuais, familiares e coletivas que aumentam o risco de ocorrência do problema*”.

principalmente nas moradias, calçadas e na travessia de vias públicas, devido à fragilidade física, instabilidade visual ou negligência familiar e pública; a terceira consiste nas taxas de homicídios, que seguem o mesmo padrão para outros grupos de idade, sendo maior a incidência no sexo masculino.

Segundo Minayo (2004, p.29), “*um terço do grupo de idosos acima de 60 anos que vive em casa e a metade dos que vivem em instituições sofrem pelo menos uma queda anual*”, que podem gerar lesões, traumas e muitas mortes. A maioria dessas quedas domésticas ocorre entre o quarto e o banheiro e poderia ser evitada através do posicionamento, por parte dos familiares e dos funcionários, pela adequação do ambiente para a inclusão do idoso.

A reportagem do Jornal Folha de São Paulo (18/10/2008), intitulada “*Greve Faz Justiça Soltar Acusadas de Tortura*”, ilustra o desrespeito, até mesmo por parte do sistema judiciário, com relação à apuração dos maus-tratos praticados contra idosos. No fato em questão, a família registrou com câmeras escondidas duas mulheres adultas (uma com 25 anos e outra com 45) empurrando o idoso contra o sofá e agredindo-o com tapas e socos. O Tribunal de Justiça alegou a falta de policiais civis para fazer a escolta, devido à greve da categoria, e o excedente do prazo dado pela justiça para a apuração dos fatos com prisão preventiva, o que favoreceu o *habeas-corpus* de soltura das acusadas.

O idoso, neste caso, foi duplamente violado em seus direitos. Primeiro, sua vida, saúde e dignidade foram agredidas por dois cuidadores e, em segunda instância, pela morosidade da legalidade e pela negligência da justiça.

É nesse cenário que o idoso deve constituir-se como um importante ator político para produzir transformações sociais, políticas, culturais, psicológicas e econômicas.

Em 1995 a Organização Mundial de Saúde (OMS) renomeou o Programa de Saúde do Idoso para Envelhecimento e Saúde que, em 2002, passou a ser denominado como Envelhecimento e Curso de Vida, abrangendo o envelhecimento como um processo contínuo da condição humana e dando enfoque simultâneo à prevenção de doenças e à promoção da saúde no decurso da vida.

Na sequência, o Programa de Envelhecimento e Curso de Vida da OMS, em parceria com o Ministério da Saúde, no Programa Brasil Saudável, contribui com posicionamentos da Segunda Assembléia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento (Madrid, 2002), desenvolvendo um estudo referencial destinado a formulação de Políticas Sociais e Programas Públicos, voltados para os países que enfrentam o rápido e amplo envelhecimento populacional. Os dados resultantes dessas discussões revelaram que a realidade da população mundial de idosos nos países desenvolvidos será o dobro do índice atual até o ano de 2025, representando 70% dos idosos no mundo.

No Brasil, em 2002⁹, o índice de pessoas acima de sessenta anos era de 14% da população. Já em 2025, a proporção será de 33,4%, representando mais que o dobro no aumento desse segmento.

A Prefeitura da cidade de São Paulo lançou, no ano de 2006, uma Cartilha do Idoso, com referências e dados baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Tais referências e dados possibilitam a caracterização do idoso no Brasil e na cidade de São Paulo. Destaca-se do documento:

“O Brasil é o sexto país no mundo em taxa de envelhecimento populacional, aumentando 3,2% ao ano, há mais idosos no país do que crianças, (120 idosos para 100 crianças), a expectativa de vida aumentou em 60%, de 1940 a 2004, passando de 45,5 para 71,7 anos e existem mais mulheres idosas (56,1%) do que homens (43,9%), a maioria dos idosos é aposentado ou pensionista (77,4%), 29,9% ainda trabalham, apresentam renda mensal de R\$ 657,00 e 64,6% são referências para as famílias” (p.18- 22).

Nota-se, a partir desses dados, que o Brasil é um país que possui uma parcela significativa da população envelhecida, tendo proporcionalmente mais idosos do que

⁹ Fonte: Nações Unidas, 2001, In: WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002) *Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde*, tradução Suzana Gontijo, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, p.10.

crianças. Além disso, a expectativa de vida aumentou em média quase três décadas no período de 64 anos e existe um índice maior de mulheres idosas do que de homens velhos.

Segundo estudo do IBGE (censo de 2005) existe, na cidade de São Paulo, 1.085.150 pessoas com 60 anos de idade ou mais, o que representa 10% da população geral.

Os dados apontados pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (2006), a respeito da caracterização da população idosa na cidade, complementam as reflexões:

“Em São Paulo¹⁰, o número de idosos cresceu 16 vezes no período de 1940 a 2005, passando para 1 milhão de pessoas, em 2025 as estimativas são de 2 milhões, 59,5 % de mulheres e 40,5% de homens, sendo 55,5 % entre 60 a 69 anos, 32,5% entre 70 e 79 anos e 12% têm mais de oitenta anos, os distritos com maior índice de idosos são Pinheiros e Mooca e os com menos incidência são Cidade Tiradentes e Grajaú.” (p. 23-26).

Observa-se, a partir destas informações, que a população mundial, no Brasil e em São Paulo, vem aumentando amplamente, fazendo-se necessária, assim, uma reorganização de todos os setores da sociedade, na reconstrução das políticas públicas, nas novas formas de conceber as cidades, na reengenharia do trabalho, nas demandas da saúde e na superação das vulnerabilidades pessoais e sociais de boa parte da população.

O velho, perante o Estatuto do Idoso, tem prioridade no atendimento (artigo 3º, pg. único), bem como os deficientes, crianças e adolescentes, devido ao caráter peculiar de desenvolvimento em que se encontram. Este aspecto vai de encontro às transformações que estão ocorrendo na atualidade, ou seja, o número de crianças

¹⁰PREFEITURA DE SÃO PAULO (2006) *Cartilha do Idoso – Mitos e Verdades sobre a Velhice/ Guia de Serviços*, São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

diminuiu e o de idosos aumentou, fazendo-se relevante a readequação das políticas públicas.

Com o aumento da população idosa e o índice elevado de expectativa de vida, ocorre uma grande visibilidade social da velhice em situações como: nas ruas, nos serviços públicos, nas universidades, clubes de lazer, nos hospitais, e isso geram novas demandas de intervenção profissional, social e familiar, ocorrendo, assim, uma redefinição de papéis e funções sociais.

A grande maioria dos idosos no Brasil apresenta algum tipo de renda (pensão ou aposentadoria); 29,9% estão atualmente trabalhando e 64,6% são referência no trato familiar. Isto demonstra que economicamente os velhos ocupam um lugar de relevância no amparo e condição de vida dos membros da família.

A compreensão sobre a realidade do envelhecimento exige o reconhecimento de que existem diferenças de gênero, sendo que as mulheres sobrevivem, em média, 12,2% a mais que os homens no Brasil, e na cidade de São Paulo esse índice aumenta para 19%, o que caracteriza a feminização da velhice. Neste sentido, Debert (2004) destaca que os programas de políticas públicas têm sido prioritariamente destinados ao público feminino, devido ao interesse e motivação desta demanda, em contraposição à atitude reservada e indiferente dos homens no que diz respeito à participação em atividades de convivência social.

O entendimento acerca do fenômeno da feminização da velhice passa por duas vertentes. A primeira delas retrata que as mulheres sofrem de dupla vulnerabilidade, baseada na discriminação por ser mulher e idosa, sendo que tal discriminação é demarcada por salários mais baixos em relação aos homens, embora exerça as mesmas funções, subempregos, viuvez, perda do papel reprodutor e da beleza jovial e, finalmente, pela restrição do papel de cuidadora, que ocorre devido à gradual degradação de suas habilidades.

Já a segunda vertente caracteriza a velhice feminina de forma mais otimista, defendendo que as mulheres, por estarem mais habituadas às mudanças físicas, procriação, gravidez, menstruação e amamentação, desenvolvem uma melhor

capacidade de lidar com as transformações do envelhecimento. Também se destaca que a ruptura com o trabalho formal e a preparação para a aposentadoria é mais suave para as mulheres, uma vez que seus vínculos afetivos (entre mães e filhos, amizade no trabalho e no convívio social) são mais intensos.

No que diz respeito ao papel social da mulher e a história da feminização mundial e brasileira, além do processo de empoderamento dos direitos individuais, sociais, políticos, econômicos e ambientais, delineia-se a relação desses fenômenos com as conquistas dos movimentos sociais.

“O feminismo tem sido delimitado por suas etapas históricas: [...] a fase universalista ou das lutas igualitárias, pela aquisição de direitos civis e políticos; a fase das lutas de afirmação das diferenças e da identidade, ou da mulher-sujeito e dos direitos específicos e uma terceira fase denominada de relacional, na qual mulheres e homens posicionam-se com suas respectivas identidades, tempos, situações políticas e sociais” (SCAVONE, 2004, p.15).

A história da construção dos direitos da mulher como cidadã revela que as conquistas deram-se a partir de um posicionamento coletivo e social com vistas à superação dos modelos universais de dominação do gênero masculino e à igualdade perante as leis, com reconhecimento das diferenças. Enfim, o gênero feminino reivindicou e conquistou o espaço de sujeito de direitos, alterando sua condição de domesticação, subjugação aos maridos, pais e chefes.

A dominação dos homens sobre as mulheres perpassa todos os setores da sociedade, como o civil, o penal, a desigualdade das relações, a divisão sexual do trabalho, a administração de bens, a autonomia, as responsabilizações domésticas e o acesso ou impedimento à vida pública e privada.

Paterman (1993) defende que diante de um contrato social de convivência, internamente encontra-se também um contrato sexual de desempenho, no qual os

homens exercem a liberdade civil sobre o corpo das mulheres e estas, a sujeição diante do patriarcado familiar.

“Quando uma mulher se torna ‘esposa’, seu marido ganha o direito de acesso sexual ao seu corpo (já chamado de ‘direitos conjugais’ na linguagem Legal) e a seu trabalho como dona de casa” (PATERMAN, 1993, p. 169-170).

Até o início da década de sessenta, a mulher casada era considerada incapaz de praticar determinados atos sem a assistência do marido, como, por exemplo, manter a posse de uma propriedade em seu nome, o que equipararia a mulher à condição de uma jovem adulta menor de 21 anos.

Rocha (2007, p. 61) destaca que a Lei 4.121/62, do Estatuto Civil da Mulher Casada, propiciou alterações no Código Civil de 1916, promovendo várias emancipações na condição de mulher. Assim, inclui-se o “[...] *direito da esposa, exercer uma profissão sem prévia licença do marido, dispor livremente do produto de seu trabalho e dos bens adquiridos, praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa*”.

O fenômeno da feminização na velhice, associado à vulnerabilidade social e econômica, aumenta as desvantagens da mulher no enfrentamento da realidade, da sobrevivência e da qualidade de vida:

“... Por serem mais longevas, mas ao mesmo tempo mais frágeis em termos biológicos [acesso à saúde, estética e aceitação social], as idosas estão mais expostas ao isolamento, à carência de cuidados, ao abandono e à violência do que os idosos, principalmente nos estratos sociais mais pobres” (NERI et al, 2007, A, p. 50).

Neri et al (2007, A) também aponta que as mulheres com mais de sessenta anos são chefes de família¹¹ (27,5%), em contraposição a apenas 17,7% dos homens nessa mesma faixa etária, indicando como fatores sustentadores desta situação a maior longevidade das mulheres, renda trabalhista e o apoio das políticas públicas, como o Benefício da Prestação Continuada. No entanto, tais fatores não se constituem em vantagem, pois a maioria das idosas não teve emprego remunerado ou com carteira assinada.

Segundo os dados da PNAD (2006) as mulheres idosas relacionam-se mais frequentemente com a família, com os amigos e outras pessoas conhecidas. Participam de centros de convivência, áreas de lazer, movimentos sociais, trabalhos voluntários, Centros de Saúde e trabalhos temporários. Esse aspecto, segundo Neri et al (2007, A, p. 56-57), “[...] confere vantagens em relação ao funcionamento psicossocial [se comparado com homens idosos] e também em relação à disponibilidade de proteção e cuidado quando se tornam incapacitadas”.

O envelhecimento e a velhice caracterizam-se como fenômenos sociais heterogêneos, compostos por uma variedade de contextos e determinações. A classificação dos idosos pode ocorrer “[...] segundo a classe social, o sexo, as relações de gênero, características étnico-raciais e até conforme seus diferentes grupos de idade” (MOTTA, 2006, p.78).

A constatação do envelhecimento global e suas particularidades, no século XXI, é um fenômeno que gera novas demandas e desafios sociais, políticos, culturais e econômicos.

Pensar nessas novas possibilidades, em uma rede de política de atendimento ao idoso, segundo o Estatuto do Idoso (art.46), exige uma articulação entre ações governamentais, sociedade civil, o próprio idoso participante e a rede intersetorial do Estado, da Federação, da União e dos Municípios.

¹¹Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD —, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE —, referentes ao ano de 2006.

O idoso, neste sentido, não é visto como um agente social passivo, mas como um ser humano composto de direitos fundamentais, sujeito ativo que pode alterar o pensar e repensar das políticas de atendimento. A participação do idoso passa a ser compreendida como fato de extrema relevância no planejamento e execução de programas de políticas públicas voltadas para essa faixa etária. Sobre isso, a Organização Mundial da Saúde (2002) define o Envelhecimento Ativo como sendo a priorização da manutenção da saúde referente ao bem-estar físico-mental-social, da participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis do país e da segurança social, física e financeira para aqueles que necessitem, visando estabelecer melhorias na qualidade de vida das pessoas acima de sessenta anos.

A manutenção da autonomia e a maneira de lidar com a independência são dois indicadores sociais para qualquer fase do ciclo do desenvolvimento humano e também servem como parâmetros para o planejamento e gestão de políticas públicas voltadas para o envelhecimento ativo ou dependente (Carter e McGoldrick, 1995).

De acordo com Caldas, citado por Veras (2006), a promoção de saúde para o envelhecimento ocorre pela manutenção ou recuperação da autonomia¹² e da independência¹³, ou seja, “[...] *adiar ao máximo o início das doenças, em sua maioria crônica, de progressão demorada e de difícil resolução depois de instalada*” (p. 142).

A Lei 8.842/94 institui, em seu primeiro artigo, que “*a Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade*”. A autonomia permite ao idoso o exercício do livre arbítrio pessoal, grupal, familiar e profissional, em sua participação na sociedade.

Alguns dos aspectos que contribuem para a autonomia e independência do idoso são os benefícios da aposentadoria, a manutenção da saúde e o apoio familiar e comunitário.

¹²Autonomia: O indivíduo autônomo é aquele que mantém o poder decisório e o controle sobre sua vida, toma decisões pessoais de acordo com sua suas próprias referências.

¹³Independência: Habilidade de executar funções relacionadas à vida diária, independentemente da ajuda dos outros. Contrapõe-se à dependência, em que se requer auxílio para a execução das atividades do dia a dia.

Segundo a pesquisa Idosos no Brasil¹⁴, o benefício da aposentadoria abrange 64% dos idosos, sendo que os do gênero masculino aposentam-se, em sua maioria, por tempo de serviço (15%, contra 41% das mulheres), enquanto que as idosas aposentam-se, sobretudo, devido à idade (28% contra 24% dos homens). (Neri, 2007, B).

Acima de tudo, o que esses dados revelam é que a maior parte dos idosos está contemplada por uma renda. Isto aponta que:

“A grande maioria dos idosos tem controle de sua própria despesa, o que denota autonomia, dado interessante que contrasta com o senso comum, segundo o qual os idosos são dependentes” (NERI, 2007, B, p.106).

Tais reflexões indicam que o entendimento sobre envelhecimento ativo deve basear-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas, que estão efetivados nos direitos fundamentais assegurados pelo Estatuto do Idoso: Vida, Liberdade, Respeito, Dignidade, Alimentos, Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Profissionalização, Trabalho, Cidadania, Previdência Social, Assistência Social, Habitação e Transporte (Art.3).

A proposta de política de saúde pública denominada Envelhecimento Ativo¹⁵ está articulada com os parâmetros estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU (2002), voltados para pessoas idosas, envolvendo os seguintes setores: direitos humanos, capacidade de independência, participação, auto-realização e assistência.

O conceito de saúde relacionado à ausência de doença (ao longo dos anos 80) vem sendo superado por novos paradigmas promulgados nos pressupostos da promoção da saúde, que contemplam um bem-estar físico, mental e social, que permite aos

¹⁴A Pesquisa Idosos no Brasil foi realizada no ano de 2007, em parceria com a Fundação Perseu Abramo e o Serviço Social do Comércio (SESC), com o objetivo de levantar dados sócio-demográficos sobre saúde, inserção social, qualidade de vida e atitudes em relação à velhice e à juventude.

¹⁵ “*Envelhecimento Ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas*” (VERAS, 2006, p. 142).

indivíduos identificar e realizar suas aspirações e satisfazer suas necessidades (Organização Mundial de Saúde – OMS —, 1996).

Desta maneira, a saúde passa a ser compreendida como uma produção social no qual determinantes econômicos, culturais e sociais interferem na qualidade de vida dos cidadãos, gerando uma nova postura das políticas de saúde pública, levando-se em consideração outros aspectos para interpretação do que ocorre no tipo de vivência do idoso com sua realidade: acesso aos serviços, condições de dignidade, justiça social, grau de exposição ao estresse, pobreza, desemprego ou isolamento social.

Veras (2006) destaca a importância e os aspectos que estão mobilizados nessa nova compreensão da promoção de saúde pública e a mudança que exige na gestão de políticas públicas relacionadas a esse conceito:

“[...] a proposta vai além da simples prestação de serviços clínico-assistenciais e estimulam ações intersetoriais que incluem educação, saneamento básico, habitação, renda, trabalho, alimentação, meio ambiente, lazer, acesso a bens e serviços essenciais” (VERAS, 2006, p. 141).

Assim, a participação em um Grupo de Convivência possibilita o exercício da promoção da saúde, profilaxia de doenças, rede de proteção social, convívio humanitário e comunitário, criação de vínculos, aprendizagem coletiva de regras e sonhos, enfrentamento social dos desafios da vida, articulação de ações entre os diversos setores públicos e construção da gestão das políticas públicas levando em consideração a opinião do idoso.

A Prefeitura Municipal de Lorena-SP, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS), oferece em seus serviços a possibilidade de o idoso participar de oficinas de Grupo de Convivência, tendo como objetivo, por meio de encontros periódicos com pessoas que vivenciam interesses comuns, criar um espaço de maximização da dimensão da convivência, oportunizando o compartilhar experiências,

o refletir sobre as relações, a elaboração das regras do grupo, a organização das dinâmicas e a socialização de objetos produzidos no local. Destaca-se também que:

“A segurança de convívio/convivialidade que orienta a proteção social da Assistência Social busca fazer transitar a atenção, de situações de âmbito pessoal para o social, fortalecendo a malha social, a cidadania e rompendo com apartações, discriminações, estigmas e desfiliações. O isolamento, a vida fragmentada, a solidão, o abandono são expressões de vulnerabilidade no âmbito das relações humanas e sociais” (PREFEITURA MUNICIPAL de LORENA-SP, 2008, item XVI.VI).

A participação em um Grupo de Convivência contribui para a ampliação e criação de novos vínculos a partir das relações estabelecidas no grupo, assim como também pode contribuir para o exercício da autonomia pessoal e da construção coletiva de valores para a cidadania do idoso, superando, desta maneira os isolamentos pessoais, familiares e sociais. Assim, os grupos de convivência podem ser utilizados como estratégias de promoção pessoal e social em diversas áreas do conhecimento.

O Núcleo de Convivência em Situações Crônicas de Saúde (NUCRON), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado ao Departamento de Enfermagem (2005), realizou uma pesquisa em busca da compreensão de como a prática educativa desenvolvida em um Grupo de Convivência pode contribuir na qualidade de vida de pessoas portadoras da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC)¹⁶. Os dados da pesquisa revelaram que o Grupo de Convivência pode auxiliar em quatro categorias que interferiram na qualidade de vida dos participantes: “[...] controlar sentimentos conflitantes, manter-se na luta por uma vida melhor, contar com o apoio da família, superar os limites trazidos pela doença e pelo tratamento” (SILVA et al., 2005, p.32).

Nesta perspectiva, o Grupo de Convivência possibilitou o reconhecimento e a elaboração dos sentimentos que geravam sofrimento, contribuiu para a motivação para o

¹⁶Segundo Oliveira et al. (2000, v.26), estima-se que existam 7,5 milhões de portadores de DPOC no Brasil, incluindo, por exemplo, as seguintes doenças: Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar e Insuficiência Renal. Cerca de 5% da população geral estão imersos nessas patologias.

viver, possibilitou a reflexão sobre a importância do papel da família como apoio nesse processo e auxiliou na compreensão das limitações da doença e de seu tratamento.

O Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Políticas de Saúde (2002, p.78), define como política preventiva à violência contra o idoso, a valorização do convívio social e o ingresso em um grupo de ação comunitária, como clubes de convivência, associações culturais, esportivas e de lazer. Destaca-se ainda o fato de que tais intervenções podem ajudar no orçamento da gestão pública na área da saúde: “[...] *ações comunitárias podem reduzir o custo social provocado pelo repetido atendimento médico em emergências*”.

O decreto Nº 1.948/96 (art. 4, subitem I) regula as diretrizes da Política Nacional do Idoso - PNI (Lei Nº 8.842/94), que define os Centros de Convivência como uma modalidade não-asilar de atendimento, caracterizada por ser um “[...] *local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania*”.

Paz (2004, p.246) faz uma crítica às atividades realizadas em espaços de convivência de idosos nas áreas da saúde e educação, apontando que se os trabalhos realizados se reduzirem a oferecerem atividades com fim em si mesmas, “[...] *podem comprometer níveis de cidadania e retardar processos de participação social, democratização e garantias de direitos*”, por não estimularem a atuação social e política.

Se ainda existe muito que se conhecer sobre o processo de envelhecimento no geral, o desafio torna-se ainda maior quando se pretende entender o envelhecer em situação de vulnerabilidade pessoal e social e num contexto de participação em projeto social. O Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado, guiado por esses conceitos, toma-os como referenciais para desenvolver ações que promovam e garantam a efetivação dos direitos dos idosos a partir de um Grupo de Convivência.

CAPÍTULO 3. Pesquisa de Campo

3.1 Caracterização da Comunidade Nova Pantanal

O Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado é desenvolvido na Comunidade Nova Pantanal, situada no bairro Guacuri, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, Sub-Prefeitura da Cidade Ademar, distrito da Pedreira e divisa com o município de Diadema.

O nome do bairro foi dado em homenagem ao político Adhemar Pereira de Barros, fundador e presidente do Partido Social Progressista. Ele foi prefeito de São Paulo, deputado estadual e interventor federal. Sua gestão contribuiu com a abertura do Hospital das Clínicas, que é referência nacional e a construção de duas rodovias a Anhanguera e a Anchieta.

A origem do bairro remonta a explosão industrial de 1960, com o impulso do progresso e a decadência de fazendeiros que precisaram vender suas terras, assim a comunidade foi se constituindo de forma emergente e desordenada.

Segundo a Prefeitura de São Paulo (2008), localizam-se na Cidade Ademar 198 favelas, correspondendo a 10% do total existente no município que é de 2.018. A região é composta por cerca de 400 mil habitantes. A renda média familiar é de R\$ 600,00 reais e a segunda maior causa mortis na região são os homicídios, sendo sua média anual de 214 violações.

A população dessa região é formada principalmente por migrantes de estados das regiões Nordeste e Norte do país, advindos em busca de trabalho e melhorias das condições de sobrevivência.

A maioria das moradias é popular, com saneamento precário e estão distribuídas em territórios de invasão de áreas de mananciais das represas Guarapiranga e Billings, situadas nos morros que foram devastados ou entre pequenos córregos de esgotos

localizados na região. A comunidade apresenta inúmeras carências, considerando-se estudos já realizados sobre realidade sócio-demográfica do município.

A cidade de São Paulo é dividida em 31 sub-distritos e os índices de vulnerabilidade são classificados a partir das condições de vida nas diferentes regiões, considerando nível de bem-estar da população e grau de exposição aos riscos sociais e econômicos. O Mapa da Vulnerabilidade Social¹⁷ é classificado a partir de seis categorias censitárias definidas diante das situações de privação e vulnerabilidade, englobando desde a inexistência de recursos mínimos de sobrevivência até a altíssima exposição a riscos das pessoas, famílias e comunidades.

A região do bairro Nova Pantanal, também chamado de Guacuri, em particular, é carente de equipamentos sociais, centros de saúde, escolas, áreas de lazer, espaços culturais, contato com a natureza, caracterizando-se como um bairro classificado entre alta e altíssima vulnerabilidade social e pessoal. (Koga, 2003).

Segundo o Portal da Prefeitura e o site da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, a altíssima vulnerabilidade se aplica à Comunidade Nova Pantanal, por ser essa região caracterizada pelo segundo pior índice de renda per capita e a pior taxa de alfabetização dos chefes de domicílio (somente 81,8% são alfabetizados). Em média, a idade dos chefes de família é de trinta e oito anos, convivendo com uma presença significativa de crianças em estado de vulnerabilidade econômica, social e cultural (13,7% do total da população), concentradas nas faixas etárias de crianças de zero a quatro anos e em relação aos adolescentes entre quinze e dezenove anos, que se encontram em maior vulnerabilidade.

A comunidade Nova Pantanal foi incluída nas ações do NTC – PUC/SP por englobar vulnerabilidades pessoais, sociais e econômicas. Os trabalhos desenvolvidos na região visam diminuir as desigualdades, promover a justiça social, o combate à pobreza, a gestão democrática dos direitos e o apoio à implantação e efetivação de

¹⁷ O Mapa da Vulnerabilidade Social foi desenvolvido em parceria entre o Centro de Estudos da Metrópole – CEM, vinculado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP e a Secretaria Municipal de Assistência Social, da prefeitura de São Paulo na gestão do governo da prefeita Marta Suplicy (2001-2005).

políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano e da região. As atividades foram iniciadas com base na primeira experiência do Projeto Ônibus Ludicidade na favela Raul Seixas, zona leste de São Paulo.

Ao longo de dez anos de intervenção pudemos notar grandes avanços na região, tais como: a maioria das ruas asfaltada, o telefone disponibilizado, acesso à eletricidade e à coleta de lixo, uma ampliação do comércio, aumento do número de escolas e a maior parte das casas terem sido construídas de tijolo e algumas com acabamento externo e saneamento básico. Acrescenta-se ainda, a criação do Centro Educacional Unificado - CÉU Alvarenga, uma nova Unidade de Saúde Básica Pedreira e a presença do Conselho Tutelar. Todas essas mudanças no bairro foram vivenciadas pelos moradores e contaram com o apoio e o envolvimento dos integrantes do Projeto, cujas ações desvelam também a realidade do processo de envelhecimento dos participantes.

3.1.2 Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado

O Projeto Ônibus Ludicidade foi idealizado no ano de 1992 por uma equipe de educadores sociais que compõe o Núcleo de Trabalhos Comunitários – NTC, da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. A primeira implantação ocorreu na favela Raul Seixas, na região leste da cidade de São Paulo, resultando na instalação de uma brinquedoteca, gerenciada por educadores da PUC que lá permaneceram e por moradores voluntários, com o apoio financeiro da empresa da Transurb e da Nestlé Ltda. Este equipamento permanece funcionando até os dias atuais, prioritariamente atendendo às crianças da região. Essa experiência inicial foi expandida para outros municípios do estado de São Paulo: Ourinhos, Garça, Presidente Wenceslau e São José do Rio Pardo.

Em 1999 o Projeto Ônibus Ludicidade teve sua proposta revista, quanto aos seus objetivos e metodologia, tornando-se objeto de uma pesquisa e intervenção longitudinal sendo re-aplicada na Comunidade Nova Pantanal.

Nesta nova fase, uma das mudanças se refere à faixa etária do público participante. O atendimento que era prioritariamente para crianças passou a incluir jovens, adultos e idosos. Com essa ampliação e diversificação, o Projeto recebe um novo nome: “Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado”. A parte lúdica é destinada principalmente às ações com as crianças. A palavra ludicidade, no latim significa “ludus”, ou seja, se refere ao jogo, à brincadeira, ao brinquedo, diversão e passatempo, já o encantamento está associado à capacidade de envolvimento pelos atrativos significantes que podem vir do meio externo ou interno, simbolizados no Baú, ou seja, na vida. Esses aspectos exigem maior potencial de elaboração para sua compreensão, portanto são destinados à intervenção com adolescentes e adultos.

O Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado tem como objetivo principal a criação de equipamentos autogerenciados pela própria comunidade e é desenvolvido a partir de quatro grandes etapas de intervenção: a primeira é a sensibilização comunitária para iniciação dos trabalhos, levantamento dos interesses locais e estabelecimento de vínculos. A segunda é a mobilização social, estabelecimento de metas elaboradas com a

própria comunidade e início de grupos de convivência a partir de oficinas culturais e cursos de formação em cidadania, gestão de equipamentos sociais e mobilização comunitária. A terceira é marcada pela entrada do ônibus lúdico na comunidade, promovendo diversas intervenções sociais a partir de jogos, leituras de contos, teatro, musicalidade, expressão corporal e palestras e a quarta etapa é a construção coletiva de equipamentos sociais gerenciados pela própria comunidade a partir dos grupos de convivência que se estabeleceram ao longo desse processo.

Atualmente, a aplicação do Projeto na Comunidade Nova Pantanal, encontra-se na quarta etapa, com a criação de dois equipamentos sociais: a Casa de Cultura Popular Pantanal, inaugurada em 2001 e o Espaço Cultural Carolina, iniciado em 2003.

Várias ações comunitárias se sucederam a partir desse momento. Na primeira etapa decidiu-se pela escolha do local para implantação do Projeto, seguindo-se da identificação e apresentação das principais lideranças da região e diagnóstico da realidade, segundo critérios do mapa da vulnerabilidade social e pessoal e do índice de exclusão social.

No momento seguinte, foi desenvolvida a formação de um grupo de adolescentes da região e a aplicação de uma pesquisa qualitativa com os moradores sobre a problemática vivida no bairro e suas perspectivas de avanços. Posteriormente, foi traçada uma linha de intervenção.

Do diagnóstico da realidade, destacou-se a reivindicação dos moradores por um trabalho com os jovens, a qual foi atendida com a realização de um curso de teatro e outro de dança. Após um ano de intervenção, deu-se início ao protagonismo juvenil, onde os participantes do teatro resolveram assumir um trabalho social com as crianças que ficavam sozinhas nas vielas.

Após seis meses de brincadeiras lúdicas com as crianças, administradas pelos adolescentes, o Ônibus Ludicidade – Baú Encantado passa a frequentar a comunidade no intuito de sensibilizar os moradores para o cuidado com o equipamento e sua conservação, através de procedimentos criados pelo exercício da mobilização ativa dos moradores da região.

O Ônibus Ludicidade – Baú Encantado é um ônibus padrão não mais utilizado para o transporte local, foi adaptado para ser um “grande brinquedão coletivo”, composto por mesas e bancos de baixa estatura, som e TV interna, espaços lúdicos, armário com livros infantis e um grande baú com vários brinquedos, fantasias de carnaval e adereços de circo. Seu objetivo é ser utilizado, temporariamente para sensibilizar a comunidade do valor de brincar, de ter acesso ao lazer, à cultura de forma coletiva e promovendo, nos que participam das atividades o desejo da construção de ter um equipamento social similar na sua região que atenda as suas necessidades.

Atingidos os objetivos previstos para as atividades do Ônibus Ludicidade – Baú Encantado, essa estratégia de ação comunitária não é mais utilizada e este se dirige a outras intervenções sociais do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP. Inicia-se a partir desse momento a quarta etapa, a criação do equipamento social idealizado pelos moradores, a Casa de Cultura Popular Pantanal, destinada ao atendimento de crianças em atividades como: brincadeiras livres e dirigidas, complementação escolar, capoeira, aulas de mosaico, computação e música.

A quarta etapa propicia uma ampliação das atividades na comunidade, priorizando a participação dos adolescentes, jovens, adultos e idosos, através das estratégias de articulação e mobilização social, viabilizando excursões, reuniões com os participantes na Sede dos Moradores, reivindicações na Sub-Prefeitura para melhoria das condições de vida no bairro (áreas de lazer e praça pública), participação de eventos na universidade e na sociedade (passeata da Paz, festa junina, homenagem ao Paulo Freire e exposição dos produtos da cooperativa em Feiras de Artesanato) e organização de movimentos para transformação da região (acesso ao lixeiro, asfalto público e rede de esgoto).

Neste contexto concretiza-se uma nova aspiração dos participantes, construir um novo equipamento para execução de suas atividades. No ano de 2003, inaugurou-se o Espaço Cultural Carolina¹⁸, destinado a atender prioritariamente, os adolescentes, jovens, adultos e idosos.

¹⁸ No ano de 2003, a coordenadora do Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado estava grávida e sua filha nasceu no dia 23 de agosto de 2003 e recebeu o nome de Ana Carolina. Os participantes do Projeto optaram por colocar o nome Espaço Cultural Carolina em sua homenagem, bem como ao colégio Carolinium de Osnabruck – Alemanha.

As primeiras atividades realizadas no Espaço Cultural Carolina envolveram mães e avós da comunidade no curso de pintura em pano de prato e nos atendimentos de orientação psicológica e temática, realizados por duas estagiárias de Psicologia (PUC-SP). Com a frequência regular no curso, afinidade entre as participantes e as reflexões realizadas pelas psicólogas, foram criados o Grupo de Convivência de Mulheres, que posteriormente inaugurou a cooperativa com os produtos confeccionados no curso de pintura, denominada Grupo de Mulheres do Pantanal – GMP.

Atualmente são oferecidos no Espaço Cultural Carolina, os seguintes cursos profissionalizantes: manicura, pedicura, tricô, crochê, capoeira, violão e computação, para jovens e adultos, que são ministrados por mães da comunidade, líderes locais, profissionais contratados de bairros vizinhos e estagiários da PUC-SP, que sustentam o sonho da criação de um Centro de Estética Popular, onde os alunos capacitados poderão ser contratados.

As atividades lúdicas e educativas da Casa de Cultura Popular Pantanal são desenvolvidas com a participação de educadores sociais, estagiários e apoio de professores titulares da Faculdade de Educação da PUC-SP, que integram o Núcleo de Trabalhos Comunitários. Contamos também com estagiários da Universidade de São Paulo – USP e com líderes comunitários adolescentes da comunidade Nova Pantanal.

As atividades realizadas no Espaço Cultural Carolina e na Casa de Cultura Popular Pantanal, visam desenvolver a cidadania, a autonomia, a mobilização social, a articulação com as políticas públicas da Sub-Prefeitura local, a educação complementar à escola para as crianças, o resgate da cultura popular, a valorização do lazer e do esporte, a profissionalização e o protagonismo dos jovens. Para os adultos são oferecidos cursos de gerenciamento de cooperativa de artesanato, atividades profissionalizantes e de apoio comunitário.

Ao longo de dez anos de sua existência, já passaram pelas Casas, estagiários de diversos cursos da PUC-SP, como também de outras universidades e de intercâmbios internacionais. Além dos estagiários, participam do projeto educadores de diferentes estados do Brasil, integrantes de outros projetos sociais e da própria comunidade.

A implementação dessas ações resultou em consideráveis avanços na região no que se refere à diminuição da violência física e dos índices de uso de drogas, foi dado início à coleta de lixo, asfaltamento de ruas, acesso a telefone, iluminação, enfim, atendimento de necessidades básicas, que promoveram o resgate da cidadania e melhor qualidade de vida. Acrescenta-se, ainda, o acompanhamento da criação do Centro Educacional Unificado Alvarenga – CÉU, a nova Unidade Básica de Saúde Pedreira e a presença do Conselho Tutelar.

As principais dificuldades encontradas tangem a construção de propostas idealizadas e gestadas no coletivo, a fim de conseguir parcerias, para enfrentamento de desafios como: a prática da violência em especial contra as mulheres e a grande influência do tráfico de drogas.

As oficinas temáticas e os cursos são desenvolvidos com base na teoria de Paulo Freire (1996) e na definição de procedimentos metodológicos, cuja referência básica são os temas geradores que enfatizam o exercício da cidadania e aspectos educacionais específicos de cada modalidade de atividade realizada com a população de moradores. Os conflitos surgidos no cotidiano são trabalhados em grupo durante o desenvolvimento das oficinas e em reuniões periódicas de avaliação e planejamento.

3.1.3 Grupo de Convivência de Mulheres

O Grupo de Convivência de Mulheres surgiu no ano de 2002, devido a uma reivindicação das mães e avós das crianças, que gostariam de participar do Projeto envolvendo-se em alguma atividade. Logo na primeira reunião, afirmaram que não gostariam apenas de se reunir para conversar, mas que precisavam ganhar algum dinheiro. Feito um diagnóstico inicial dos interesses do grupo, a opção foi pela atividade de pintura em pano de prato.

Os encontros semanais ocorrem aos sábados, a partir de duas estratégias: aprendizagem de pintura em pano de prato e a realização de oficinas temáticas voltadas para discussões sobre temas variados, tais como: cidadania, auto-estima, alcoolismo, dificuldades em criar e educar filhos e netos, sexualidade, projeto de vida, princípios do cooperativismo, retomada de conceitos de matemática e estudo das políticas públicas relacionadas a esses temas.

O desenvolvimento da prática artesanal resultou em novas aprendizagens, considerando os interesses do grupo e concretizou-se a idéia de construir uma cooperativa de artesanato, gerenciada pelas próprias mulheres, com a possibilidade de comercialização dos produtos confeccionados.

O Projeto contribui para os custos da professora de pintura, que também é uma moradora do bairro e as alunas compram suas próprias tintas a partir da venda dos panos de prato, demonstrando uma parceria, onde ambas as partes contribuem para o processo de aprendizagem e ao mesmo tempo promovem a autonomia de se autogerenciar.

As aulas de pintura inicialmente aconteciam na casa dos moradores, posteriormente na Casa de Cultura Popular Pantanal e com a compra de um novo espaço destinado para os cursos profissionalizantes, se oficializou no Espaço Cultural Carolina. Esse processo fortaleceu a união do grupo, a consciência da realização das propostas pela participação comunitária, a aprendizagem de tomar decisões coletivamente e a solidariedade entre os moradores.

O Grupo de Convivência de Mulheres está estruturado da seguinte maneira: uma coordenação geral e uma coordenação específica (pesquisador) do Núcleo de Trabalhos Comunitários, estagiários da PUC-SP e outras universidades, a professora de pintura, uma líder local e os participantes da comunidade Nova Pantanal.

A líder local foi escolhida entre uma das mães que desde que o Projeto iniciou suas atividades em 1999 no bairro Nova Pantanal, sempre esteve presente e disponível para auxiliar na articulação e mobilização local, principalmente por ser uma das pioneiras a habitarem o bairro. Exerce a função de acompanhar todo o processo que envolve o desenvolvimento do Grupo de Convivência: as oficinas temáticas, as aulas de pintura (frequência, lista de espera e inscrição), as reuniões externas na Sub-Prefeitura ou PUC-SP, as exposições dos produtos e o apoio nas atividades da cooperativa.

A primeira professora de pintura foi indicada pela líder local e permaneceu no Projeto durante cinco anos e se ausentou por ter sido contratada por uma escola profissional de artes no município de Diadema. Nesse período houve desistências de algumas participantes e após uma reunião coletiva uma das alunas do curso de pintura formada pela primeira professora, assumiu o seu lugar. Isso demonstra que uma formação eficaz faz com que surjam novos educadores multiplicadores dos conhecimentos apreendidos.

A Cooperativa 'Grupo de Mulheres do Pantanal' surgiu como uma idéia espontânea dos participantes do curso de pintura, após a percepção que algumas mulheres tinham mais facilidades em vender os seus panos na comunidade. A partir dessa constatação, o espaço ocupado pelas oficinas temáticas passou a funcionar como um Fórum de discussão.

Estes encontros possibilitaram a descoberta de novas formas de organização social de uma cooperativa comunitária. Dentre as alternativas surgiram idéias como: vender mais panos de pratos, comprar tintas em atacado para sair mais barato, verificar possíveis feiras de artesanato na região, propor ações na Sub-Prefeitura. A cooperativa possibilitou, também, dar visibilidade ao Projeto, as mulheres e aos idosos da região, demonstrando que o velho tem valor, produz, se sustenta e se articula para trazer transformações para si, para o grupo, o bairro e a região em que habita.

As intervenções relatadas sobre o Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado e, em especial sobre o trabalho realizado no Grupo de Convivência com Mulheres, se pautam nas concepções teórico-metodológicas que norteiam as ações do NTC – PUC-SP, que têm como princípio desmistificar a condição de alienação, refletir sobre as contradições sociais, políticas e econômicas e incluir reflexões sobre os conflitos no processo de aprendizagem, da vivência grupal e do convívio na comunidade.

A metodologia adotada pressupõe a compreensão histórica da realidade social constituída de um jogo de interesses cujas determinações sócio-econômicas afetam a vida das pessoas e das comunidades, exigindo um trabalho educacional condizente com esses desafios.

O papel de um educador social neste contexto é fundamental e deve favorecer um processo de aprendizagem, que desvele as contradições e conflitos vividos pelo grupo de educandos. Sua atuação deve ser norteada por reflexões e críticas constantes, num processo dialético que permite o confronto de idéias e a construção de novos conhecimentos, possibilitando uma nova vivência pessoal e social da realidade. A esse respeito Graciani (2001) destaca que o educador social deve estar comprometido com o desenvolvimento da educação popular.

“[...] para que a Educação Popular seja uma prática em que as camadas populares desenvolvam um conhecimento reforçado do seu poder de transformar a sociedade, é necessária uma atenção contínua e profunda às suas condições de existência” (GRACIANI, 2001, p. 34).

Este posicionamento se respalda na teoria de Paulo Freire (2002), sobre a Pedagogia do Oprimido, que defende e ressalta a importância da classe excluída, construída historicamente, de se apropriar do seu processo de perceber e interpretar a realidade, como meio de alcançar a sua libertação.

A Pedagogia do Oprimido (Freire, 2002) destaca, também, a importância do papel do educador na aprendizagem, como um facilitador do processo de compreensão e de apreensão dos conteúdos formais e informais, a partir dos conhecimentos prévios dos educandos.

Com base no pensamento de Freire (2002) podemos identificar diferentes momentos do processo de intervenção que são sintetizados na interação entre ação, reflexão, ação, o que depende de uma postura crítica do educador frente à estrutura sócio-político-econômica.

Nesta postura educacional, as contextualizações históricas, sociais e políticas são requisitos básicos para que ocorra a construção coletiva de conhecimentos pelos educandos, numa aprendizagem que prepara agentes de intervenção. Essa construção coletiva de conhecimentos capacita os cidadãos a exercerem a democracia participativa, potencializa a auto-estima do educando e sua qualificação como sujeito de direitos.

A proposta educacional em questão exige um plano de ação que seja estratégico para promover a emancipação, o protagonismo e a cidadania comprometida com a inclusão social, tendo em vista a libertação da condição de alienação.

Gadotti (2001, p. 13) aponta que a educação social pode contribuir na superação da condição de alienação, através da inversão de valores, compondo uma nova concepção de educação, pautada “[...] numa contrapedagogia que busca instaurar uma nova cultura, a cultura da solidariedade que possa neutralizar a banalização da vida à qual as elites brasileiras se acostumaram”.

Os princípios referenciais da metodologia adotada com o Grupo de Convivência de Mulheres são comuns aos Projetos sociais do Núcleo de Trabalhos Comunitários, desenvolvidos em áreas que englobam vulnerabilidades pessoais, sociais e econômicas, projetos que visam diminuir as desigualdades entre as classes sociais, promover a justiça social, combater a pobreza, propiciar a gestão democrática dos direitos e apoiar a implantação e efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano, em especial do segmento idoso. “Não se trata de oferecer quaisquer atividades para idosos,

mas que elas tenham relação com a sua identidade, com suas competências e suas necessidades". (Doll, 2007, p.118).

O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento¹⁹ (2003, p. 29, item10) destaca a importância da unificação de ações mundiais no que refere a três dimensões: os idosos e o desenvolvimento, a promoção da saúde e o bem estar até a chegada da velhice e a criação de ambientes propícios e favoráveis para o envelhecimento, visando garantir o objetivo que em todos os países *"[...] a população possa envelhecer com segurança e dignidade e que os idosos possam continuar participando em suas respectivas sociedades como cidadãos com plenos direitos"*.

As intervenções propostas pelo Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (2003) têm âmbito mundial e estão organizadas a partir de uma declaração política e por recomendações para execução de políticas nacionais.

Em relação à declaração política, é importante ressaltar que o artigo 13º (p.22) exalta a integração entre as políticas públicas e a sociedade civil para a promoção da qualidade de vida dos idosos, *"[...] temos que trabalhar com as autoridades locais, a sociedade civil, as organizações não governamentais, o setor privado, os voluntários e as organizações de voluntários e os idosos e suas associações"*.

O artigo 15º do referido Plano (p.22) aponta a relevância dos trabalhos de base comunitária para prestar apoio aos idosos e cuidados informais complementares aos proporcionados pelos governos, incluindo as famílias, os voluntários, a comunidade e as organizações de idosos. O artigo 4º (p.20) destaca a necessidade do apoio e da cooperação internacional para complementarem as iniciativas as políticas públicas nacionais.

Verifica-se a partir destas análises que o Grupo de Convivência de Mulheres do Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado é uma iniciativa da sociedade civil do bairro Nova Pantanal, em parceria com a PUC/SP, integrando a rede solidária da

¹⁹ Foi elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH em parceria com a Sub-Secretaria de Promoção, defesa e Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso no de 2003, tendo como referencial os documentos produzidos na II Assembléia Mundial do Envelhecimento realizada pela Organização das Nações Unidas, realizada em Madri no ano de 2002.

Alemanha, através da Igreja Kleine Kirche e do Colégio Carolinium. Neste sentido, os artigos 4º, 13º e 14º do Plano de Ação Internacional do Envelhecimento estão contemplados nessa proposta de intervenção social.

O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (2003), em relação às recomendações para execução de políticas nacionais voltadas para a promoção da saúde e bem-estar na velhice destaca:

“Promover a participação de idosos em atividades cívicas e culturais como estratégia de luta contra o isolamento social e facilitar sua capacitação [...] apoiando grupos de habilitação comunitária e assistência mútua, entre outras coisas, mediante programas de visitas de vizinhos, e facilitando a participação ativa de idosos em atividades voluntárias” (PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO, 2003, p. 54, itens E e F).

O Grupo de Convivência de Mulheres do Pantanal além de compartilhar vivências a partir das atividades de artesanato promove uma formação de temas relacionados à promoção da cidadania, visitas aos moradores para organização e administração da cooperativa de artesanato ou para empréstimo da residência para execução das aulas de pintura ou mobiliza a comunidade para reuniões na Sub-Prefeitura para regularização do saneamento básico.

Podemos constatar que as diretrizes propostas pelo Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (2003) estão sendo contempladas pelo Projeto. A oficina de artesanato promove a qualificação profissional, o aprendizado da administração da economia solidária através da cooperativa de artesanato e o desenvolvimento de temas possibilitam uma reflexão a respeito das relações pessoais, do Grupo de Convivência, das problemáticas da comunidade, visando dar encaminhamentos comunitários às propostas que forem surgindo.

O Grupo de Convivência de Mulheres do Pantanal ao longo de sua existência vem permitindo aos moradores do bairro que compartilhem suas experiências, desafios, avanços, medos e sonhos pessoais e sociais, a partir de encontros semanais.

Neste sentido, o processo pessoal de envelhecer é perpassado pela dimensão do compartilhar, do ser que se revela, é reconhecido pelo grupo e produz novas representações pessoais a partir da socialização no Grupo de Convivência.

Este contato com as pessoas que compõem o grupo produz uma relação de convívio social, onde ocorrem demonstrações de afeto e criação de vínculos. A subjetividade é convidada a vivenciar uma relação processual de elaboração afetiva: ser surpreendido pelos afetos recebidos pelos outros ou pelo grupo (ser afetado) ou por descobrir-se demonstrando afetos (afetar) a si próprio, aos outros e ao grupo.

Conforme Salgado (2007, p.70) descreve, os indivíduos que ingressam num grupo tendem a se modificar pela interação estabelecida no grupo e que este também se altera quando entra um novo membro. *“É um processo que tem propiciado aos indivíduos serem ao mesmo tempo sujeitos e agentes da ação”*, possibilitando novas descobertas sobre si, os outros, o grupo, a comunidade e o país.

Em relação ao autoconhecimento aponta Tótora (2008, p.33) que segundo o filósofo Sócrates *“[...] não pode cuidar dos outros, quem não cuida de si. É o poder sobre si que vai regular o poder sobre os outros”*. Destaca também que os gregos inventaram uma relação de ‘influenciação’ de se afetar a si mesmo, ou seja, de se auto-educar para perspectivas pessoais e sociais. Na medida em que a pessoa tem maior consciência sobre si mesmo, isso possibilita a criação de espaços de mediação das suas relações que estabelece no mundo, gerando um empoderamento sobre o saber, enquanto expressão de suas capacidades. Conforme explicita Tótora (2008, p.36) *“O sujeito esta sempre por fazer, segundo as dobras que subjetivam o saber e recurvam o poder”*.

O poder a que se refere Tótora (2008) é o de refazer-se nas relações que co-habita consigo, com as pessoas e o grupo. O compartilhar da vida num Grupo de Convivência é perpassado pela dobras e dobraduras que realizamos em nós mesmos, nos tornando um outro para nós mesmos e nos constituindo nas dobras das relações com

os outros. As dobras que se permite viver na vida deixam marcas, constituindo uma maneira de ser e conduzir-se.

A velhice partindo desses pressupostos é perpassada por muitas dobras (rugas) e por isso passa a assumir uma conotação positiva, por ser um momento privilegiado de estar consigo mesmo sem precisar corresponder aos ideais impostos pela sociedade devido à “[...] *ter vivido um longo tempo necessário para o cuidado de si*” e por ter incorporado a prática do exercício da elaboração e transformação em atingir um modo particular de existir. (TÓTORA, 2008, p.33).

Os grupos de convivência de idosos contribuem para o desenvolvimento pessoal quando favorecem a expressão da afetividade, o fortalecimento da auto-imagem e a promoção do amor próprio. Segundo Paz (2004, p.249) “[...] *apresentam um potencial de politização dos idosos através da troca, de circulação de informações, de preservação dos espaços de memória e de convivência intergeracional*”.

Defende Liberato (1993, p. 110) que a sociedade e as instituições que executem atendimentos para os idosos, devam promover ações que articulem vivências afetivas, criação de novas habilidades e a elaboração de mecanismo de ampliação de rendas, visando “[...] *recriar a imagem social que lhes assegure a importância de registrar suas marcas numa contínua inscrição no tempo vivido e no futuro ainda a viver*”.

O Grupo de Convivência de Mulheres do Projeto compartilha com essa visão, destacando a relevância de participar de atividades que informem, formem e capacitem para o bom desempenho na vida, abrangendo os campos: pessoal, o social, profissional e comunitário.

Segundo Salgado (2007, p. 71) a ação educativa proposta para os idosos deve “[...] *ter a competência e condições de se diferenciar de um simples entretenimento, por uma ação propositiva de educação social*”, favorecendo os contatos interpessoais, estimulando a criação de projetos comuns, a responsabilidade grupal, a socialização e a auto-estima, através do compartilhar valores sobre sua vida e o processo de envelhecer.

A vida é composta de várias fases e em cada uma delas o indivíduo assume um papel e uma função social diferenciada. Neste sentido, ressalta Salgado (2007, p.76) que um dos desafios do idoso é aprender a re-significar-se diante da aposentadoria, da ausência de um trabalho regular, dos impactos físicos do distanciamento da juventude e *“[...] procurar outras atividades que restabeleçam uma ocupação responsável e socialmente significativa”*.

O Grupo de Convivência de Mulheres é um espaço de vivências da cidadania construída coletivamente e do compartilhar da construção histórica pessoal e social do processo de envelhecer.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa teve como objetivo geral refletir sobre o processo de envelhecimento e a participação de idosas no Grupo de Convivência do Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado, na Comunidade Nova Pantanal. Foram abordadas também as seguintes questões: a caracterização da origem e da realidade atual da comunidade Nova Pantanal, a compreensão das múltiplas dimensões do processo de envelhecimento de idosas integrantes do Grupo de Convivência, a investigação das formas de participação das idosas nas atividades propostas e a repercussão das mesmas na sua vida pessoal e social, portanto, buscou-se identificar o envolvimento das idosas em relação à família e a comunidade em geral, a partir da participação no Projeto.

Foi utilizada a abordagem qualitativa, que segundo Haguette (1987, B), enfatiza a especificidade do estudo de um fenômeno, destacando suas origens, razões de existência, significados não explícitos, tendências ideológicas, motivações comportamentais e referências sociais revelados através de uma amostragem não representativa.

A investigação científica baseada na pesquisa qualitativa imbricada com as ciências humanas analisa o homem do ponto de vista de como ele se constitui (Martins, 2000) e de como constrói os sentidos de sua existência, descrevendo de que maneira ocupa os espaços sociais, considerando as etapas do desenvolvimento humano, a maneira de se posicionar frente à morte, as articulações com seu trabalho e sua realização profissional, seus sonhos e frustrações e as várias inter-relações que compõem sua vida, a família, as amizades, o lazer, a cultura, a cidadania, a política e a participação num Projeto social. Richardson (1999, p.90) ressalta que a pesquisa qualitativa é uma tentativa de compreensão dos fenômenos a partir de uma análise dos “*significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados*”.

O pressuposto desta pesquisa é de que, a partir da análise da ação social, identificam-se às configurações conjunturais e estruturais da sociedade, levando em consideração os fatores determinantes desta realidade. Parte-se da premissa que a participação no Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado pode contribuir na

qualidade de vida das idosas, nas melhorias do bairro e na luta pelos direitos humanos desse segmento.

Estes fatores justificam a opção pela metodologia da pesquisa-participante, caracterizada pela presença do investigador no ambiente pesquisado, rompendo com a neutralidade da relação entre o sujeito que pesquisa e o objeto de estudo. A possibilidade de construir um estudo conjuntamente com os sujeitos pesquisados, através de uma observação participante favorece segundo Schwartz e Schwartz (1987), não só a coleta de dados, mas as ações no lócus da pesquisa, podendo contribuir assim, para as mudanças sociais.

Lindeman (1987, p.72) acrescenta que a técnica da observação participante, através da presença constante do pesquisador nas atividades onde se realiza a pesquisa, possibilita “*que ele possa ver as coisas de dentro*”. Esta postura metodológica, afirma Richardson (1999, p. 261) favorece que o pesquisador “[...] *tenha mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade do que o observador não participante*”. Segundo Lucke e Marli (1986) é essencial nesta abordagem, que se incluam dados e percepções pessoais, atitudes e ações, bem como reações e posturas dos observados.

A entrevista semidirigida segundo May (2004) é composta de uma série de perguntas abertas, permitindo que o pesquisador tenha a liberdade de acrescentar possíveis esclarecimentos para auxiliar na compreensão das questões a serem estudadas. Desta maneira, facilita o diálogo franco e uma flexibilização nas perguntas propostas, sendo a mais indicada ao perfil do trabalho comunitário que o Projeto desenvolve.

Aponta Richardson (1999, p.208) que a entrevista semidirigida favorece ao entrevistado maior liberdade em suas descrições de uma situação em estudo, procurando “*saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita*”, utilizada, por exemplo, na aplicação de um questionário com questões quantitativas.

O processo de coleta de dados teve como intenção inicial à caracterização geral da região onde o Projeto vem sendo desenvolvido, abordando: a demanda populacional

em geral e do segmento idoso, a análise dos índices de vulnerabilidade da região, incluindo a disponibilização de equipamentos públicos e a identificação da atenção aos direitos fundamentais dos idosos.

Os índices de vulnerabilidade pessoal e social foram identificados em consulta a documentos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo - SMADS e com base no Mapa da Vulnerabilidade Social criado por Koga (2003).

Foi utilizado também como procedimento metodológico à realização de entrevistas semidirigidas, com duas idosas, que são integrantes do Grupo de Convivência do Projeto e que aceitaram previamente participar da pesquisa, após assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido. (Anexo B).

Os critérios para escolha dos sujeitos foram: envolvimento nas atividades propostas no Grupo de Convivência de Mulheres do Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado, tempo de participação superior a dois anos e a forma de ingresso no Grupo, por indicação ou convite.

Foram marcados três encontros com cada sujeito, previstos para ocorrerem individualmente. O primeiro visando explicar sobre os objetivos da pesquisa, colher a assinatura do termo de consentimento de utilização das informações coletadas e a aplicação da primeira parte do roteiro de entrevista – Dados de Identificação. (Anexo A). No segundo encontro, foi realizada nova entrevista semidirigida (Anexo B - Depoimentos) e num terceiro momento será entregue uma cópia da dissertação para os sujeitos, em uma conversa informal sobre as conclusões e resultados da pesquisa e um pequeno lanche comunitário em comemoração a mais uma conquista para o Projeto.

Foi realizado um pré-teste do roteiro da entrevista, buscando verificar a eficácia das questões e as respostas dadas frente às possibilidades de análise em atendimento aos objetivos propostos.

Para a análise dos dados foi utilizada a estratégia de formulação de categorias a partir do conteúdo dos depoimentos, definidas em quatro grandes eixos de referência:

Relações Familiares (marido, filhos e netos), Relações Comunitárias (participação no Projeto e no Grupo de Convivência), Relações Pessoais (sentimentos, cidadania e condição sócio-econômica) e as Relações com o Envelhecimento (relação com a velhice, doenças e ações na área da saúde).

Gomes (1994) aponta que as categorias para análise dos dados estabelecem classificações, agrupam idéias e expressões em torno do tema pesquisado, apresentando representações sociais da realidade estudada.

Foram consideradas para a análise dos dados as referências apontadas por Minayo (1992) garantindo-se a sua correspondência com os objetivos da pesquisa e a articulação com o referencial teórico:

“[...] compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o com o contexto cultural da qual faz parte” (MINAYO (1992) apud GOMES (1994, p.69).

3.3 Resultados da Análise dos Dados

A identificação dos sujeitos da pesquisa conforme relato individualmente a seguir, permite caracterizar as duas idosas, quanto ao seu estado civil, moradia, escolaridade, religião, ocupação situação sócio-econômica, familiar, sua condição de cidadania, auto-imagem e percepções sobre o envelhecimento.

Alfa é aposentada, tem 68 anos, é casada há 37 anos, tem dois filhos, um que faleceu e outro que é divorciado e mora com ela e o marido. Tem dois netos que atualmente residem com ela devido à denúncia que ela fez junto com seu filho na Delegacia e no Conselho Tutelar, em relação aos maus-tratos praticados pela nora.

Reside em casa própria, num sobrado com saneamento básico, pintura externa e interna. É migrante do sul do país e em sua infância, frequentou de forma irregular a escola formal. Voltou a estudar já na fase de idosa, cursando até a quarta série do ensino fundamental.

Acredita em Deus, é Católica, mas frequenta a Igreja de forma esporádica. Sua documentação é irregular, esta com a data, mês e ano errados. A diferença entre o ano que nasceu e a data que foi registrada são de dez anos.

Em relação à condição sócio-econômica Alfa apresenta uma realidade mais elevada do que o bairro em que habita, talvez por ter apenas um filho e o marido também ser aposentado. Relata ser consumidora de revistas de pintura e tendo a atitude de socializá-las com as amigas do Grupo de Convivência de Mulheres. Tem acesso aos seguintes direitos humanos em sua vida: lazer, saúde, educação, cultura, expressão religiosa e cívica, profissionalização, convivência familiar e comunitária, respeito, dignidade, participação em Projeto social e a valorização pessoal, dos amigos e da família. Votou na última eleição e tem conhecimento em quem seus familiares apoiaram politicamente.

A auto-imagem de Alfa, aparenta ser bastante determinada no que pensa e corajosa em suas atitudes “*Eu fiz ela assinar o termo de responsabilidade!*”, se

referindo a denúncia realizada contra a nora. É sonhadora “*queria ser avó*” e com perspectivas de superação naquilo que faz “*Meu sonho é pintar como a professora*”.

O reconhecimento da velhice aparece no desejo de ser avó, na pressão alta que propiciou o término das atividades regulares profissionais, na aposentadoria e na consciência de estar envelhecendo “*a idade já chegou*”. Relata também, outros aspectos associados ao envelhecimento: a morte dos pais, do filho e do irmão, limitações físicas “*uso meia por causa das varizes*”, atendimentos na área da saúde “*ir no psicólogo, psiquiatra, mediar a pressão toda semana*” e a presença de várias doenças “*coração, pressão alta, varizes, depressão e síndrome do pânico*”.

Considerando as observações do contexto das entrevistas com Alfa, podem-se destacar alguns aspectos relevantes do ambiente e da relação da idosa com o pesquisador:

Estiveram presentes nos momentos das entrevistas com Alfa, o marido durante todo o período e o filho por alguns instantes, os dois contribuíram, expressando suas opiniões e fazendo comentários sobre os temas. Seu esposo ficou bem atento e por várias vezes sorriu, fez comentários e quando foi solicitado a trazer vários objetos de pintura artesanal, logo correspondeu ao pedido. Em um momento que aparentemente esteve disperso, a entrevistada o repreendeu de modo sutil e ele logo voltou a prestar atenção.

Os encontros foram realizados na residência do sujeito em sua cozinha, o que favoreceu que a entrevistada ficasse bem à vontade com a pesquisadora e podendo até em alguns momentos, se emocionar.

A primeira entrevista durou duas horas e a segunda, duas horas e quinze minutos, ambas não precisaram ser gravadas, pois as informações foram sendo redigidas durante os encontros, que ocorreram no período vespertino, pois Alfa é aposentada e atualmente não está trabalhando. Acrescentaram-se três questões, visando complementar o roteiro previamente estabelecido, sobre os temas da religiosidade, a morte e as características de uma pessoa velha.

Quanto ao entrevistador, destaca-se que foram muito agradáveis os encontros, onde se pode aprender a ouvir a história do outro que envelhece estando nesta fase, isso possibilitou uma reflexão e um confronto com mitos e pré-conceitos sobre o envelhecimento pessoal, dos avós, dos pais, da sociedade em geral e da articulação entre a velhice e a pobreza.

A segunda entrevistada Beta tem 59 anos, não é aposentada e seu ganho mensal é de R\$ 150,00 reais, ou seja, 1/3 do salário mínimo brasileiro²⁰, isso demonstra a vulnerabilidade pessoal e social em que ela e sua família vivem. Beta é casada, mora com o marido, três filhos e um neto adolescente que ela ajuda a criar. Residem numa casa própria, um sobrado pequeno, tendo a cozinha azulejada e o banheiro faltando acabamento em relação ao saneamento básico.

Seu Registro Civil e demais documentos apresentam várias irregularidades: data incorreta, letras faltando, nome que não lhe pertence e cidades trocadas. Esta situação lhe trás sentimentos de insegurança “*Eu não sei quem eu sou!*” e de indignação “*Sempre fui revoltada!*”, provocando-lhe uma crise existencial. Seu Título de Eleitor esta perdido há dez anos, o que contribui para que não tenha votado nas últimas eleições.

É avó de três netos e sua filha que reside na Bahia esta grávida do próximo. Nasceu na Bahia e relata em sua infância, ter passado muitas dificuldades econômicas e sociais, tendo que trabalhar na roça ainda criança, para ajudar a família se sustentar e devido a isso não pode freqüentar de forma regular a escola formal. Seus filhos também passaram por essa situação e como já morava em São Paulo, colocou-os para vender biscoitos, pamonhas e geladinho junto com ela. Voltou a estudar na fase adulta, cursando até a sétima série do ensino fundamental.

Descreve-se como sendo uma pessoa de muita fé, onde esta contribui na superação da depressão, no auxílio da sobrevivência do filho e no apoio em suas duas quedas. É Católica, freqüenta a Igreja Santa Terezinha e o Terço Bizantino.

²⁰ O salário mínimo no ano de referência de 2009 estabelecido pelo Ministério do Trabalho é de R\$ 450,00 reais mensais, acrescido de um aditivo de R\$ 15,00, totalizando R\$ 465,00 reais.

Ao longo de sua trajetória relata vários fatos onde teve que enfrentar dificuldades sociais, econômicas, ambientais, lutando pela sobrevivência: “*Puxava lata de água com barrigão e filho no colo!*”. Embora tenha passado por situações difíceis, Beta reage a elas de forma positiva, apresentando conceitos de valorização de suas habilidades pessoais, “*gosto muito de cozinhar, fazer bolo, pintar, bordar e estudar!*” e de sua auto-imagem baseada na auto-estima “*gosto de quase tudo o que eu faço!*”.

Em relação ao acesso aos direitos humanos de Beta, foi infringida em quase todos eles e atualmente tem pouca disposição pessoal para romper com o ciclo da violação, associado aos efeitos dessas violações: autoviolação por não se sentir merecedora “*gostava de ler e hoje não mais*” ou “*meus filhos me pagaram R\$ 50,00 reais para eu fazer hidroginástica e infelizmente desanimei*” ou a revolta, passando a ser também uma agente violadora, perpetuando o círculo da violação “*Pai obrigava a trabalhar [...] colocava meus filhos para vender*”.

O envelhecimento para Beta é associado às incapacidades, doenças e limitações físicas, que são perpassadas pelas dores que compõem a vida.

Quanto às observações do contexto das entrevistas com Beta, podem-se apontar alguns aspectos sobre o ambiente e da relação da entrevistada com o pesquisador:

As entrevistas com Beta foram realizadas em sua residência, no espaço da cozinha, no período noturno, já que durante o dia ela trabalha cuidando de uma criança que também reside no bairro. Estiveram presentes nos encontros, várias pessoas que circulavam pela casa e logo se retiravam: o pai de Pedrinho (pai da criança que ela toma conta), neto e filha.

A primeira entrevista durou uma hora e quarenta e cinco minutos e à segunda uma hora e trinta minutos e durante os encontros foram servido café, bolachas e biscoitos. O método utilizado para coleta de dados foi o registro das informações de forma manual, não havendo necessidade de gravar as entrevistas.

O modo como foram conduzidas as entrevistas permitiu que Beta pudesse expressar seus sentimentos, sua percepção em reconhecer as dores vividas no decorrer

de sua vida e suas emoções relacionadas à fé, o que propiciou uma reação favorecedora de sua sensibilidade para admitir violações de direitos e assumir os desafios na busca de transformações para a condição sócio-econômica em que vive.

A expressão de Beta “*agente aprende a dar mais valor às coisas, quando luta para conseguir*” reafirma a sua determinação em assumir a necessidade do desenvolvimento do espírito de coragem, luta, revisão de valores, determinação e empenho para rever sua trajetória e o momento presente, projetando o novo para o futuro.

Em relação ao entrevistador, pode-se relatar que a entrevista ocorreu de forma espontânea e acolhedora e como o sujeito discorria sobre os temas de forma ampla, não foi preciso acrescentar novas questões. Destaca-se que quando Beta descreveu que Nossa Senhora Aparecida a tinha salvado de uma queda na escada e começou a chorar de gratidão por apenas ter quebrado o braço, a entrevistadora também se emocionou e ambas se deram às mãos.

Constatou-se que os sujeitos dessa pesquisa são migrantes de outros estados brasileiros, Beta transferiu-se do nordeste e Alfa do sul, vieram morar na comunidade Nova Pantanal com seus maridos e filhos em busca de emprego e melhores condições de vida. Esta situação ilustra os efeitos da globalização, onde a tecnologia substitui muitos trabalhadores que se mudam para outras regiões em busca da inclusão no mercado de trabalho.

Ambas na infância não cursaram de forma regular a escola, evidenciando a exclusão na dimensão cultural. Beta para ajudar a família começou a trabalhar desde criança. Os dados do mapa da Vulnerabilidade Social apresentados pela Prefeitura de São Paulo (Koga, 2003), incluindo estudos do IBGE (2008) e PNAD (2007) vão de encontro a essas informações, quanto menor o grau de instrução, paralelamente se encontra os maiores índices de exclusão social e pessoal, o inverso também se confirma na realidade brasileira.

Outro aspecto interessante relacionado à vida escolar, é que Beta conheceu Alfa na escola fazendo o supletivo do ensino fundamental ambas se tornaram amigas e

passaram juntas a ir e vir da instituição. Esta convivência possibilitou, portanto, a motivação para a permanência na escola, intensificou a socialização, além de garantir o exercício físico necessário para o tratamento da artrose de Beta e varizes de Alfa.

As duas pararam de estudar por motivos de doença, Beta por ter Artrose e Alfa em função das varizes e pressão alta. Alfa parou na quarta série do ensino fundamental e relata ter dificuldades para ler livros com letras pequenas. Beta interrompeu seu estudo na sétima série do ensino fundamental e afirma que antigamente tinha vontade de ler livros, mas atualmente isso não ocorre. Essa situação revela que existem dois empecilhos impedindo o término dos estudos na vida adulta: as incapacidades físicas, marcadas por dores nas pernas e outra cultural, pela falta de motivação e estímulo para utilizar os conhecimentos apreendidos na escola.

A **família** ocupou lugar central no transcorrer das entrevistas, sendo classificados três temas principais: a relação com o marido, os filhos e os netos.

Em relação ao cônjuge, Alfa apresenta uma relação de parceria, companheirismo e amizade, demonstrados no apoio que tem nas vendas de panos de pratos para seus amigos, nos elogios que faz ao trabalho que ela executa e quando solicitado na entrevista a trazer a produção de Alfa, empolgou-se e trouxe vários objetos confeccionados por ela.

Já Beta, revela ter ressentimentos em relação ao marido, por sua negligência em demorar dez anos para registrar seus filhos, não incluir na documentação seu nome e adiar por mais de trinta anos seu casamento no cartório. Um fato curioso é que seu Título de Eleitor, um documento que depende somente dela solicitar a segunda via, também faz dez anos que não o regulariza. Isso demonstra uma atitude de ambas às partes, de displicência e descaso com a vida cívica e jurídica. Ela o acusa por não ter tirado a documentação, por outro lado, ao longo de sua história poderia ter tomado a iniciativa de resolver estas irregularidades documentais de seus filhos e do seu Título de Eleitor, mas não o realizou.

Isto vai de encontro ao que Goffman (1975) afirma que em decorrência da desigualdade social, a população relativiza as responsabilidades cívicas. O Estado por

permitir a violência social e econômica viola os direitos da nação e na mesma proporção a pessoa em situação de vulnerabilidade pessoal e social, pode violar a sociedade e o Estado, ou a si mesma. Isto ocorre com Beta, onde seus filhos pagaram um curso de hidroginástica para auxiliá-la na fisioterapia devido a artrose e ela nega-se a freqüentar, negligenciando seu tratamento.

Esta situação revela uma relação direta entre o processo de envelhecer e refletir sobre a dimensão jurídica envolvendo a regularização de documentos, posicionamentos frente à participação democrática e destaca-se no caso de Alfa, recorrer a Delegacia e ao Conselho Tutelar para executar duas denúncias de maus-tratos praticados pela nora em relação aos seus netos.

Dados do IBCCRIM (2004), relativos às denúncias na Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso, apontam que 60% das queixas estão relacionadas aos conflitos de posses de bens ou manutenção dos velhos pelos familiares. Mercadante et al (2005) relatam que é muito difícil fazer a denúncia por que o principal agente agressor é uma pessoa conhecida, de convivência direta e membro da família.

Quando Alfa observou marcas de chineladas pelo corpo do neto mais novo, orientou seu filho que deveria ir fazer a queixa de maus-tratos e ambos foram a Delegacia. Isso revela iniciativa de sua parte, coragem em se posicionar, conhecimento dos locais de encaminhamento e disposição interna a fazer valer os direitos de dignidade e integridade física de seus netos. Devido à reincidência de maus-tratos por parte da nora, houve nova denúncia e obtiveram a guarda provisória dos dois netos que passaram a residir com ela e seu esposo.

Beta também cria um neto, que não foi assumido pelo pai biológico e sua mãe permaneceu morando na Bahia. Nessa situação o idoso passou a ser o protagonista nos cuidados de mais uma geração e o provedor afetivo dos netos, confirmando os dados da Prefeitura de São Paulo (2006), 64% dos idosos são referências no amparo e condição de vida de seus membros, revelando que na dimensão econômica o idoso na Comunidade Nova Pantanal permanece ativo e auxiliando no sustento da família.

A experiência de ser avó, em ambas as sujeitas foi de grande significado. Para Beta, uma oportunidade de cuidar do neto, filho de Ezélia (sua filha), que foi criada por

sua irmã. Observa-se nesse sentido a repetição trans-geracional da história vivida no passado: não pode criar a filha e sua família em extensão a auxiliou, da mesma maneira ocorreu com sua filha, ela não pode criar seu filho e a avó (Beta) o pegou para educar, com apoio de seu irmão.

Alfa teve dois filhos, um morreu no hospital, o outro é divorciado e mora com ela e com os dois netos. Atualmente, seu filho trabalha e diante dos maus-tratos de sua ex-mulher aos seus filhos, teve coragem de recorrer à justiça para se posicionar frente a esta situação, contando com o apoio de Alfa que o acompanhou na Delegacia.

Beta tem cinco filhos, três residem na mesma casa, uma mora enfrente e a outra mora na Bahia. Apresenta grande envolvimento afetivo com eles e sua convivência é caracterizada pela luta em sobreviver, marcada na sua infância e na de seus filhos, pela exploração do trabalho infantil, evidenciando a exclusão social e econômica.

Em relação ao papel social que o homem exerce na família, os conhecimentos de Freud auxiliam nessa compreensão. Para Freud (1923) a instância que irá regular os desejos internos (id), frente às exigências do meio social (superego), é o ego. Na família de Beta em relação à figura masculina, pode-se observar que o pai teve dificuldade em assumir sua prole, igual ao genro que não conseguiu assumir o filho, se quer registrando-o. Fazendo uma análise dessa situação, o id, representante dos princípios do prazer se sobrepôs ao princípio do dever, da ética, da moral, enfim da responsabilidade em assumir a criação dos filhos, contidos no superego, fazendo com que a pessoa tenha uma conduta pautada nos seus desejos pessoais, compartilhando de forma precária seu processo civilizatório, pois não leva em consideração o bem estar comum, ou seja, os sentimentos e a sobrevivência material dos filhos.

Os pais de Alfa são falecidos a mais de 12 anos e o pai foi lembrado por seu poder absoluto na escolha dos nomes dos filhos e sua mãe não ter esse direito. Beta também comentou sobre essa temática “*A mãe não determinava nada, só o pai que mandava!*”. Esses relatos caracterizam a família onde o patriarcado predomina sob a submissão da mulher e a subordinação enquanto esposa.

Paterman (1993) ressalta que até a década de sessenta, o casamento era considerado um contrato social, onde o homem exercia a liberdade sobre o corpo da mulher, sobre seus bens e imóveis e a licença prévia do direito do acesso a profissão. Scavone (2004) acrescenta que as transformações do papel da mulher na sociedade ocorreram através de lutas e conquistas do espaço de cidadania, reivindicando seu lugar como sujeitos de direitos.

Em relação aos **aspectos pessoais** foram relacionadas quatro categorias: condição sócio-econômica, cidadania, religiosidade e sentimentos.

A condição sócio-econômica de Beta segundo os índices do Mapa de Vulnerabilidade Social da Prefeitura de São Paulo (2003) é incluída na categoria de altíssima vulnerabilidade, caracterizada por altos índices de exposição aos riscos sociais e econômicos. Sua renda mensal é de 1/3 do salário mínimo, seus filhos tiveram que vender pamonha e biscoitos caseiros para ajudar na subsistência da família e da casa. A comercialização dos panos de pratos, pela cooperativa e por encomendas apareceram como uma alternativa de ampliação de seus recursos.

Beta afirma que “*quando luta para conseguir dá mais valor!*”. Essa expressão descreve a forma que vem experienciando a exploração do sistema capitalista, a exclusão social e que contribui para a perpetuação da desigualdade social e econômica. Segundo Sennett (2005) o grau de exposição contínuo de um trabalhador ao modo de produção capitalista faz com que este interiorize no seu caráter os modelos de exploração, fazendo com que o trabalhador reproduza em seu discurso ou na sua vida essa referência.

Giddens (2005) aponta que a exclusão favorece um isolamento social, a falta de acesso à informação e as pessoas acabam por terem maiores dificuldades de superarem essa condição. Beta, em sua infância não pode brincar e teve de trabalhar, migrou para São Paulo na esperança de viver com o marido e ter uma condição social e econômica diferente, porém o ciclo se repetiu: seus filhos tiveram de trabalhar na infância para ajudar a sustentar a família e a casa.

Por outro lado, Alfa em função do menor número de membros residentes na casa e na família e ela e o marido serem aposentados, apresentam uma condição de vida mais elevada que o bairro que moram. Na entrevista descreveu-se como consumidora de revistas de modelos de pintura, destacando que as compra com a intenção de socializá-las com suas amigas do Grupo de Convivência. Embora não descreva ou aparente necessidades financeiras, vende os panos que pinta para os amigos do marido ou os presenteia para entes queridos. Neste sentido, suas ações de socializar a revista e dar de presente algo que pessoalmente confeccionou, vão de encontro à proposta do cidadão planetário que Boff (2003) idealiza.

Boff (2003) ressalta que a construção do cidadão planetário se faz a partir de uma humanidade que valorize as relações comunitárias, solidárias, participativas e espiritualizadas.

Para Alfa a condição de cidadania é ter acesso a seus direitos e vê-los efetivados em sua vida, indo à escola, Posto de Saúde, Delegacia, Conselho Tutelar, a Igreja e ao Projeto Social. Alfa reconhece que quando os direitos são violados, a pessoa que violou deve ser responsabilizada. Revela que tem opinião sobre os aspectos que compõe a vida cívica “*Gosto das coisas certas, não gosto de coisas erradas*”. Berger e Luckmann (1974) destacam que a realidade é uma representação social, assim as coisas certas e erradas descritas por Alfa, simbolizam sua experiência particular de interiorizar os valores, formando as tipificações do que é correto ou não. Essa descrição de si mesma aponta para uma dimensão psicológica de refletir sobre a ética da conduta pessoal, social e comunitária.

A cidadania de Beta, é vivida de forma negligente (seu Título de Eleitor esta perdido a mais de dez anos e sua Certidão de Casada contém um nome que não é o seu), com permissividade e submissão ao descaso do marido (o Registro de Nascimento de seus filhos não contém seu nome), caracterizando uma falta de iniciativa para regularizar todas as situações jurídicas que envolvem a sua vida (o pai de seu neto não o Registrou e não ajudou a criar e nenhuma ação foi providenciada).

Destaca-se neste aspecto, que Beta apresenta uma descrença do ponto de vista pessoal nos processos que compõe a cidadania, porém do ponto de vista social

reconhece que a organização comunitária do Grupo de Convivência, ajuda a produzir mudanças no bairro, através das reuniões na comunidade. “*As reuniões trazem melhorias para todos*”. Essa constatação de Beta confirma o pressuposto desta pesquisa e esta de acordo com Salgado (2007) que discorre sobre o trabalho com grupos de idosos, apontando que deve propiciar contatos interpessoais e a realização de projetos que sejam de interesse de todos, superando o paradigma de atividades voltadas para o entretenimento, mas as incluindo no campo da educação social.

As principais violações dos direitos humanos sofridos por Beta foram: em sua infância foi relatada a exploração do trabalho infantil, a convivência precária familiar e comunitária, o direito difuso de acesso à água doce foi cerceado, sua dignidade, pois não pode brincar, a falta de acesso à escolarização, equipamentos de lazer, cultura, esporte e a profissionalização na adolescência. Na fase adulta foram identificados, pequenos avanços em re-estabelecer seus direitos: voltar a estudar, tratamento médico regular, acesso ao lazer, ao esporte, a religiosidade, ao convívio comunitário e a ausência de profissionalização. Permanecem em sua fase de idosa, as violações de direitos nos seguintes eixos: sobrevivência com dignidade, precariedade no saneamento básico da região, alta exposição à criminalidade, negligências familiares e cívicas.

Em relação a Alfa, a situação que mais se destacou foi seu posicionamento firme em efetivar seus direitos em sua fase de envelhecimento: voltou a estudar, aceitou passear e conhecer o museu, saber fazer uma denúncia, tem documentação regularizada, exceto o Registro de Nascimento, participa do convívio familiar e comunitário, tem acesso econômico e as violações estão presentes por residir numa região de risco pessoal e social, com alto índice de criminalidade, falta de saneamento básico e ter poucos equipamento de lazer, cultura e esporte.

Estes aspectos compõem algumas possibilidades de se posicionar frente à dimensão jurídica, econômica e política do idoso.

Alfa reconhece a importância da participação na dimensão política, votou nas últimas eleições e tem conhecimento sobre os candidatos escolhidos por seus familiares. Essa atitude de se posicionar frente a realidade social e pessoal contribuiu para que volta-se a estudar as primeiras séries do ensino fundamental, na fase de idosa,

demonstrando interesse em aprender novos conhecimentos. Varella (2003) afirma que quando o idoso se permite criar um sentido para o envelhecimento, se abrem novas possibilidades de aprendizagens.

Pode-se observar sobre a dimensão psicológica de Beta, a presença de alguns sentimentos: a valorização de suas habilidades, ressentimento do marido, revolta em relação a sua documentação, solidariedade expressa pela filha e pela comunidade, vontade de ajudar e o amor que tem pelas pessoas.

A partir de conceitos criados por Freud (1923), pode-se observar que Beta no plano da consciência revela-se valorizando as coisas que faz, embora acuse seu marido por não regularizar as documentações do casório e dos filhos. Beta, em relação ao esposo se comporta como sendo sua ‘filha’, que precisa do seu consentimento para tomar decisões, por exemplo, na regulamentação dos documentos de seus filhos, ou seu próprio Título de Eleitor. Beta na entrevista se refere ao marido como PAI, o que reforça a suposição exposta acima, caracterizada por um emparelhamento da função marital (erótica) com a função parental (filiação, pai-filha). Isso ocorre segundo a psicanálise pela dificuldade das pessoas em assumirem suas responsabilidades pessoais, ao invés de delegá-las a outrem. Guardini (1987) aponta sobre o processo de autonomia frente aos desafios da vida, afirmando que o ponto de partida é refletir, assumir e aceitar suas limitações para poder transformá-las.

Beta relata que sofreu durante dezoito anos de depressão, doença essa que apresenta como sintoma o desânimo em cuidar de si, do outro e das relações, porém com o tratamento religioso e a integração no Grupo de Convivência conseguiu curar-se. Descreve que antes “*cortava a voz das pessoas*” e que atualmente “*melhorou muito, fez amizade, converso normal hoje*”, desta maneira a participação num Projeto social pode contribuir nas transformações de suas relações pessoais e sociais.

Devido às irregularidades nos seus documentos Beta, definiu-se como “*Eu não sei quem eu sou, vou escrever para a rádio para saber quem eu sou*”. A dimensão psicológica nessa perspectiva é delimitada por uma crise de identidade podendo conter vários significados: desconhecimento em saber quem ela é, uma crise por estar

iniciando a velhice, uma reflexão sobre sua passividade em esperar seu marido regularizar seus documentos ou rever as escolhas que fez ao longo de sua vida.

É interessante a quem se dirige o pedido de ajuda para descobrir-se, o rádio, um meio de comunicação antigo, popular, com programação específica de auxílio para pessoas que se perderam ou pessoas que estão à procura de outras. Na primeira possibilidade ela é ativa e na segunda passiva. Para Freud (1915) estes dois momentos fazem parte da elaboração do processo de autonomia e independência afetiva, por permitirem a alternância entre tomar as decisões e deixar que o outro dirija sua vida e suas escolhas.

Carter e McGoldrick (1995) afirmam que a autonomia e a independência são dois indicadores, essenciais que se referem à manutenção salutar do ponto de vista pessoal, social e do planejamento de políticas públicas. A Política Nacional do Idoso – PNI (Lei 8.842/94) também instituiu que os direitos sociais efetivados criam condições para o exercício da autonomia, integração e participação na sociedade.

Beta, exemplifica a condição humana que é perpassada ao longo de todas as fases de desenvolvimento, pela construção e apreensão da autonomia e a independência, constata-se nesse relato que esse desafio em aprender a lidar com estes aspectos permanecem atuantes na velhice.

Alfa descreve-se do ponto de vista psicológico como alguém composto por defeitos e qualidades, isso aponta a tentativa de equibração do ego e uma pessoa que reconhece a presença de duas instâncias dentro de si. (Freud, 1923) Também aparecem em seu relato à insegurança em aprender habilidades novas, medo de lugares fechados e de ser cuidada por outrem, raiva da nora, solidariedade com os netos, saudades dos primeiros momentos vividos com o marido, ansiedade por se tornar avó e sonhos em pintar como a professora do Grupo de Convivência de Mulheres do Projeto.

Nos depoimentos de Alfa são abordadas várias relações afetivas ao expressar seus sentimentos: a nora, o marido, o neto, ela mesma, sua irmã, a comadre, as amigas do Grupo de Convivência e a professora de pintura. Isso confirma a caracterização que faz do seu dia-a-dia, “*ter muitos amigos, ter família, netos, marido e filho*”, ilustrando que para ela as pessoas que convive, tem muito valor e estão interiorizadas na sua

subjetividade. Tótorá (2008) descreve que a experiência de compartilhar é perpassada por dobras que se realiza em si próprio e nas que vai constituindo a partir das dobras das relações com os outros. Alfa nesse sentido está disponível para viver as suas dobras e socializá-las.

Em relação à dimensão religiosa destaca-se que ambas são Católicas, frequentam de forma irregular a Igreja, o único museu que conhecem são o de Nossa Senhora Aparecida, revelam-se pessoas de fé. A fé, para ambas possibilitou a inclusão na dimensão cultural do idoso na comunidade Nova Pantanal, favoreceu conhecer um museu, uma cidade, fazer uma viagem e conviver com outras pessoas, rompendo com o isolamento social.

Alfa comenta sobre Deus como sendo o regulador da chegada da morte para as pessoas e relata ter preocupação de morrer sem dar trabalho aos outros, desejo este que foi realizado pelo seu irmão. Aponta também ser muito interessante, que seu irmão mais velho vem enterrando vários parentes, o que demonstra que a tendência a morrer primeiro os idosos é uma crença. Valoriza o poder de Deus a partir da funcionalidade das funções corporais: “*Tô viva, tô respirando, tô andando, Graças a Deus!*” e do agradecimento em estar nessa fase de sua vida com essa idade.

Novamente, esta presente em Alfa à presença da dualidade de um mesmo fenômeno, essa característica em lidar com a vida apareceu quando se reconhece como tendo qualidades e defeitos e em considerar Deus como regulador das relações entre vida e morte.

A espiritualidade para Beta cumpre um papel muito importante em sua vida, relata já ter alcançado várias graças, sobretudo pelo poder de Nossa Senhora Aparecida. A dimensão religiosa para ela, possibilita o exercício da crença, da entrega, da confiança e da fé.

Beta apresenta filosofia particular na maneira de compreender a fé: “*Pedir a Deus é fazer por Deus*” e ela indica como colocar esse pressuposto na prática: “*Tudo o que eu posso eu sempre ajudo*”. Relata também que os panos que pinta, mais ela dá do que os vende, seu argumento é gostar de ajudar as pessoas.

A visão pessoal que Beta tem sobre a religião, simboliza uma representação social compartilhada pelos frequentadores dessa forma de espiritualidade. Berger e Luckmann (1974) destacam que a realidade é compartilhada com os outros e que nesse processo são internalizados valores e vão se criando as tipificações, que podem acabar por gerar os estigmas sociais ou os preconceitos.

Desta maneira, dar os panos de pratos pode ser interpretado de várias maneiras: agradar as pessoas que tem apreço, solidariedade ou por outro lado, como algo contraditório, se Beta tem condições economicamente precárias, por que não vender os panos e melhorar sua qualidade de vida? Será uma forma de autoboicote? Neste sentido, Beta apresenta traços de baixa estima, teve dificuldades em aceitar que seus filhos lhe pagassem a aula de hidroginástica e vender os panos que pinta, embora admita que as vendas “*já me ajudou muito quando eu precisava*”.

Em **relação ao envelhecimento** foram inclusas as categorias: condição da velhice, doenças e ações na área da saúde.

A velhice para Beta esta relacionada a doenças, a presença da dor, as incapacidades e a pessoa não poder fazer mais nada. Estas representações estão associadas a uma degradação progressiva das funções vitais e do físico, apontando uma imagem muito depreciativa e negativa do idoso. Mercadante (1998) destaca que é muito importante romper com essa idéia homogênea e pejorativa do envelhecimento, valorizando a heterogeneidade do processo de envelhecer.

Beta tem 59 anos, não se considera idosa e seu argumento é uma afirmativa de que “*Velho é quando você não pode mais fazer as coisas*”, paralelamente não pode continuar a estudar e a vender biscoito, pamonha e geladinho devido a Artrose. Neste aspecto, o envelhecimento pode ser abordado por uma dimensão biológica representada por incapacidades e embora ela já apresente uma limitação corporal não a reconhece como o início dos traços do envelhecimento.

Olievenstein (2001) afirma que nascer para a velhice é uma tarefa que leva alguns anos e para Beta ela nem se quer se apercebeu desse processo. Medeiros (1998) descreve que existe uma imagem reforçada socialmente sobre o envelhecimento e

visões depreciativas dessa fase, criando uma dimensão social que todo idoso irá ter que enfrentar, até criar a sua própria visão de velhice.

Beta também relata “*que é difícil envelhecer*”, Froma (1995) identifica em relação a isto que uma das causas é por que o envelhecimento de outrem promove reações em quem os assiste, gerando uma reflexão pessoal sobre o seu próprio processo de envelhecer e pensar na morte.

Alfa tem 68 anos, embora no seu registro tenha dez anos a menos. Sua percepção sobre o processo de envelhecimento abrangeu os seguintes seguimentos: no aspecto biológico: “*aparece muitas doenças que a gente não tem quando nova, mortes, mudança no cabelo e no andar*”; no aspecto mental: “*às vezes falha a mente da gente, dá brancos*”; no aspecto social: “*antes eu caminhava muito[...] conheço pessoas com 65 anos que não envelheceram tanto*” e no aspecto emocional: “*ficar nervosa, ter menos paciência, aparecimento de doença, ficar mais Cri- Cri*”.

Desta maneira Alfa aponta que o processo de envelhecer é composto por desafios nos setores biológico, mental, social e emocional, sobretudo, na forma de lidar com essas transformações, associadas às perdas de funções vitais nesses setores.

Morin (2002) ressalta que para compreender um fenômeno são necessários observar sobre sua complexidade e sua abrangência e as categorias apontadas por Alfa demonstram o caráter multidisciplinar que envolve a compreensão do envelhecimento. Embora relatando sobre várias áreas, o fator comum consiste na degradação das funções vitais. Mercadante et al (2005) afirmam que para o idoso conseguir resignificar sua experiência nessa fase, faz-se necessário superar as representações sociais associadas à decadência corporal.

Por outro lado, Alfa descreve o envelhecimento como sendo algo natural e esperado “*essa é a lei da vida, todo mundo vai envelhecer*”, onde valoriza cada ato que consegue executar “*tô viva, tô respirando, tô andando*”. Erikson (1968) compartilha dessa visão sobre o envelhecimento, como mais uma fase de desenvolvimento, sucessiva e esperada e destaca que constantemente se está envelhecendo.

O marido de Alfa percebe o envelhecimento como “*idade vem chegando*”, para ela “*já chegou*”, ambos tem a mesma idade cronológica, mas sentem a experiência interna de envelhecer de forma diferenciada. Alfa relata que ao olhar no espelho, vê sua idade, sua aparência e logo se compara com outras pessoas próximas a sua idade que não envelheceram tanto. A construção da identidade de um ser humano se faz pelo auto-reconhecimento e pela aprovação dos outros. Para Lopes (2006), o conhecimento de si próprio se faz na relação com outro. O idoso a partir de sua existência revela-se, impondo-se na sua condição ao social e a si próprio.

Alfa descreve-se também num comparativo com outras idosas e ilustrando que conheci “*pessoas da mesma idade que não envelheceram tanto*”, a esse respeito, afirma Liberato (1993, p.106) que para cidadãos que vivem em situação de exclusão social e econômica ocorre um processo de velhice precoce “[...] *expressa no aspecto físico e marcas no rosto das pessoas cuja idade não é compatível à imagem mais desgastada que aparentam, envelhecidas antes do tempo*”.

Em relação ao filho de Alfa, o envelhecimento está associado totalmente ao mundo interno, sendo um estado interior de existir “*Eu nunca vou ser velho! Velho é quem quer!*”. Ele nega o processo biológico do envelhecimento ou/e se opõe a um pré-modelo concebido internamente que não gostaria de se tornar.

Goffman (1975) relata que as representações sociais depreciativas do idoso acabam por tornar essa fase do desenvolvimento humano como um estigma social, ou seja, uma expressão de uma relação internalizada pela pressão social criada e que muitas vezes não corresponde aos atributos verdadeiros da situação.

O filho de Alfa externaliza sua repulsa a uma idéia socialmente partilhada sobre envelhecimento, composta de associações pejorativas e depreciativas em relação ao velho e que nesse sentido, o levam a ter essa reação.

As ações na área da saúde foram analisadas em três vertentes, a preventiva, o tratamento de doenças e a promoção da saúde. Alfa faz tratamento semanal no Posto de Saúde, com clínico geral, psicólogo e psiquiatra para tratar das seguintes doenças: Labirintite, Pressão Alta, Depressão, Síndrome do Pânico, Varizes e problemas de

Coluna. A prevenção à saúde ocorre nas caminhadas até a escola, freqüentando a escola com Beta e pintando os panos de pratos para se acalmar e não ficar tão nervosa. E quanto à promoção da saúde a venda dos panos de pratos aos amigos do marido e o recurso adquirido, contribuem para a o desenvolvimento das dimensões da sociabilidade, vivência comunitária e aquisição de melhorias econômicas.

A área da saúde, através do cumprimento da penalidade Prestação de Serviços a Comunidade – PSC, em relação à nora de Alfa, que violou a dignidade e a integridade física de seus netos, pode contribuir com ações educativas visando o refazimento de sua conduta.

Beta relatou três doenças físicas, a Artrose e desmaios, que a incapacitou de continuar a estudar e uma de fundo emocional, a depressão que tratou por dezoito anos e apresentava como sintomas o nervosismo e dificuldades nas relações sociais “*eu cortava a voz das pessoas*”. Atualmente curou-se da depressão através da prática da fé, ouvindo o programa do Padre Marcelo e participando do Grupo de Convivência, onde pode interagir com outras pessoas e capacitar-se internamente para lidar de uma forma diferente consigo e com os outros. “*a amizade faz você ter mais paciência dentro de casa, abre a mente*”. A prática popular vivenciada no acolhimento das pessoas através do Grupo de Convivência, segundo Graciani (2001) se fortalece quando se dá atenção à condição de existência dos participantes, para posteriormente promover a transformação da sociedade, a partir de novas atitudes.

A partir da convivência no grupo Beta pode ter mais paciência em casa e novas amigas no bairro, mudando assim, sua condição de existência. Neste sentido, a amizade também pode ser considerada como promotora de saúde, pois a auxiliou a andar a pé, voltar e permanecer estudando e a motivou a entrar e frequentar regularmente um Projeto social.

A oportunidade de ingressar no Grupo de Convivência para Beta possibilitou a ampliação de sua socialização, a aprendizagem de novas habilidades, a expressão da afetividade e a aquisição de uma nova profissão. Esses aspectos puderam favorecer no tratamento e na promoção da sua saúde, a partir do novo conceito de saúde promulgado pela Organização Mundial de Saúde (1996), onde se estimula que as nações incorporem

a noção de saúde incluindo os vários setores que compõem o bem-estar: físico, mental, social, cultural e psicológico; permitindo com que as pessoas possam realizar suas aspirações e satisfazer suas necessidades e não apenas evitar as doenças.

Alfa defende que a velhice de hoje é bem melhor por ter mais acesso à assistência médica e comenta que não acompanhou a velhice dos seus pais “*nunca fui num asilo ou hospital de velhinho*”. Nesta afirmação Alfa revela sua visão histórica sobre o dinamismo da construção e reinvenção da velhice (Debert, 2004), relacionada às representações dos tipos de intervenção médica. No passado o tratamento utilizado era a internação, isolamento asilar ou hospitalar e atualmente é atendida na comunidade mais próxima de sua residência, pelo atendimento comunitário e preventivo, realizado no Posto de Saúde.

Paz (2004) aponta que o envelhecimento está relacionado à efetivação dos direitos humanos dos idosos e a participação social para contribuir para que isso ocorra. Neste contexto, Alfa destaca que o idoso contemporâneo tem mais acesso aos direitos fundamentais, que são historicamente alterados. Antigamente o eixo central consistia numa abordagem de acolhimento em Casas de Longa Permanência ou a hospitalização, atualmente a dimensão comunitária tem sido a mais utilizada na gestão de políticas públicas, valorizando o idoso no convívio da sociedade, como um membro ativo e com grandes possibilidades vitais.

Gohn (2003) ressalta sobre a importância dos movimentos sociais e os avanços conquistados na área do idoso, relacionando-os aos espaços de participação para elaboração, controle de execução, fiscalização, defesa e garantia dos seus direitos: Conselho Nacional, Estadual, Municipal, Centro de Referência, Delegacias Especiais de Proteção ao Idoso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Fóruns, Grupos de Convivência, audiências públicas e as legislações: o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso.

Em relação à dimensão comunitária foi realizada a análise dos dados com dois enfoques, a participação no Grupo de Convivência, compreendida segundo Meister (1999) como um espaço de ação voluntário para a organização de atividades comuns – micro participação e a categoria integração no Projeto, entendida como uma macro-

participação, que modificam as relações societárias englobando transformações sociais, econômicas ou culturais, dentro do Grupo de Convivência.

A macro-participação em relação aos depoimentos de Beta pode ser observada no seu relato quando aponta “*se não tivéssemos ido até a Sub-Prefeitura aposto que iria demorar mais um pouco*”, isso se refere à participação nas reuniões na comunidade e as realizadas na Sub-Prefeitura para reivindicações referentes à coleta de lixo, asfalto nas ruas, maior segurança, construção de uma praça pública e o aumento de unidades de saúde e lazer.

Beta, apresenta a consciência de que a participação nas reuniões traz transformações na realidade que ela vive. Paz (2004) afirma que a verdadeira participação ocorre quando o idoso começa a desenvolver a consciência do seu protagonismo na luta pelos seus direitos e o de todos.

Podemos observar também nos relatos de Beta, que as transformações sociais e de gestão de políticas públicas ocorrem num processo muito lento. “*Aposto que iria demorar mais um pouco*”, esta reflexão nos remete a compreensão de que a realidade é uma representação social do que se vive e é interpretada de acordo com suas vivências pessoais. (Berger e Luckmann, 1974).

Complementando a afirmação acima, Bauman (2003, p.133) evidencia que os fenômenos sociais ocorrem num contexto maior planetário na era da globalização, a comunidade Nova Pantanal nesse sentido é representada pelo poder local e a Sub-Prefeitura como sendo o poder global, gerenciador das diretrizes e prioridades do município metropolitano que é São Paulo. A cidade sofre impactos da gestão do Estado, que influenciado pelos desafios nacionais, que são pressionados pelas determinações internacionais e globais. “*Somos todos interdependentes, e devido a essa interdependência nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo*”.

Outro aspecto indicado por Beta foi à relevância das reuniões temáticas, que possibilitaram um espaço de reflexão sobre as contradições entre os diversos setores da vida pessoal, social, política, cultural, familiar, da comunidade Nova Pantanal e do próprio Grupo de Convivência. “*a amizade com outras mulheres faz você ter mais*

paciência dentro de casa, abre a mente [...] com as discussões dos temas aprendemos sobre a vida”.

Neste sentido a participação no Grupo de Convivência permitiu uma socialização, que segundo Boff (2003) possibilita conexões entre dar, receber e compartilhar, viabilizando uma reflexão pessoal sobre os valores da existência “*aprendemos sobre a vida*” e de como vivenciá-los do ponto de vista pessoal “*mais paciência dentro de casa*” e social “*a amizade com outras mulheres faz você ter...*”.

Freire (2001) destaca que a prática educativa é permeada por uma prática política, intencional, onde ninguém se educa sozinho, os seres humanos se educam em comunhão. Beta afirma que na frequência ao Grupo de Convivência estabeleceu relações de amizade com as mulheres e que este convívio promove transformações tanto externas como internas, fazendo com que exerça seu papel social com outras pessoas de novas maneiras.

O Projeto também se propõe a uma intervenção profissionalizante que capacite os participantes ao desenvolvimento de novas habilidades, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades econômicas e a exclusão social. Bezerra (1984) ressalta que a participação social é um processo no qual, o cidadão se apropria da produção, gestão e usufruto de bens da sociedade.

Beta aprendeu a pintar no Grupo de Convivência e pode vender sua produção na cooperativa organizada pelas próprias mulheres, podendo aumentar sua renda, auxiliando seus familiares na subsistência e ao mesmo tempo relata dá-los de presentes a entes queridos. Desta maneira conquista uma nova função social e uma nova abordagem no seu processo de envelhecimento.

A cooperativa de artesanato Grupo de Mulheres do Pantanal – GMP funciona como uma rede de solidariedade entre os participantes, possibilitando o exercício da cooperação, da aprendizagem de novas funções, da apropriação das regras de compra e venda, isso contribui para valorizar e referendar a produção individual e coletiva, o sentimento de pertencimento e a ética do bem comum. Em relação a isso Minayo (2004,

p. 40) destaca que “[...] o maior antídoto da violência é a ampliação da cidadania”, como a participação num Projeto social.

A convivência em grupo, com pessoas que tenham o mesmo objetivo favorecem a amizade, a expressão da afetividade e a criação de novas perspectivas, como convidar Alfa, uma amiga da escola, para participar de um Projeto social e por conhecer novos moradores e estabelecer uma relação mais próxima com eles.

Nesta perspectiva, Salgado (2007) aponta que a frequência a um grupo de convivência favorece o relacionamento interpessoal descrito por Beta, a educação social desenvolvida pelos temas no Projeto e a realização de objetivos do interesse comum, como a cooperativa, aprender a pintar coletivamente e ir as reuniões na Sub-Prefeitura para melhorias no bairro.

O Grupo de Convivência para Alfa contribui na superação da síndrome do pânico, pela coragem de sair de casa, pelo convívio social e pelo treinamento em expressar seus sentimentos e opiniões no grupo e para Beta auxiliou na forma de lidar com a depressão, através do processo de ouvir e falar. Relatam terem adquirido melhoras nos seguintes aspectos: no saber ouvir, falar, ficar calma, superar o nervosismo, o medo de aprender coisas novas e em lidar com a insegurança.

Alfa ingressou no Projeto a convite de Beta, teve insegurança se iria conseguir aprender novas habilidades e esta lhe convenceu “*é bom para distrair a mente da gente*”. Esta insegurança pode ser advinda, segundo Goffman (1975) da representação social de que o idoso é incapacitado, funcionando como um estigma social internalizado por imagens externas sociais que reforçam essa visão, que coincidem ao motivo de ter sido aposentada e mandada embora de seu trabalho, no caso a doença de pressão alta.

A participação no Grupo de Convivência possibilitou a Alfa desenvolver a autoestima, a valorização em família “*fui visitar minha irmã e levei um monte de panos de pratos, ela adorou!*”, o prazer de estar entre as pessoas “*gosto de todas as amigas*” e o pertencimento a um grupo “*se damos muito bem*”.

As amizades que Alfa fez no Grupo de Convivência se expandiram para sua vida particular, onde ocorrem visitas esporádicas das amigas a sua residência e vice-versa. O público e o privado se entrelaçaram e possibilitaram novos rearranjos na vida pessoal da pesquisada. Também é relatado que Alfa compra revistas de modelos de pintura e as empresta para suas amigas do grupo. Isso demonstra um vínculo consolidado entre os participantes e uma ação solidária de Alfa, já que apresenta melhores condições econômicas por ter apenas um filho que está trabalhando e ela e seu esposo serem aposentados. Essa ação fortalece a rede solidária no enfrentamento da desigualdade sócio-econômica da população brasileira.

Hesselbein e Drucker (1998) distinguem três características que em relação ao Projeto estão presentes na rede solidária que perpassa todas as ações do Grupo de Convivência: Cuidar bem de si mesmo, uma meta em todas as atividades que são desenvolvidas, visando despertar à emancipação do sujeito de direitos, do ponto de vista pessoal. Cuidar bem de todos, da família, do Grupo de Convivência, do Projeto e de suas metas, a partir do ponto de vista sócio-interacional. Cuidar bem desse lugar, das Casas onde ocorrem às atividades, de suas moradias, do bairro, da cidade, do país e do planeta Terra. Estes pressupostos vão sendo discutidos nas reuniões temáticas e colocados em práticas nos cursos que as Casas oferecem, nas reuniões na comunidade e nos eventos que são realizados.

Alfa não comenta sobre a cooperativa, mas relata que vende sua produção aos amigos do marido, revelando um casamento onde existe uma parceria entre ambos e uma relação que permite tanto ela, como o marido terem amigos.

O maior sonho de Alfa é pintar como a professora, ou seja, ela passou a ser um modelo de referência a ser imitado. Varella (2003) afirma que quando um idoso encontra um sentido para envelhecer, a velhice passa a ser compreendida como um campo de oportunidades de novos aprendizados e novas habilidades. Alfa em função de sua trajetória no Grupo de Convivência confirmou essa proposição, de início teve medo de não conseguir pintar, posteriormente aprendeu a pintar e a ter essa nova profissão e por ter gostado tanto pretende pintar tão bem como a professora.

Bordenave (1983) caracteriza três formas distintas de participação: ter parte, fazer parte e tomar parte, que estão relacionadas ao Grupo de Convivência e ao Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado.

O Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado tem como objetivos transformar a realidade de exclusão social para a inclusão na efetivação dos direitos humanos, nesse sentido auxilia o Poder Público em operacionalizar as diretrizes políticas brasileiras, através de reuniões na Sub-Prefeitura e na Sede dos Moradores. Desta maneira, segundo Bordenave (1983) o Projeto passa a ter uma participação TENDO parte nas decisões sobre o planejamento, monitoramento das melhorias na região.

Os integrantes do Grupo de Convivência que somente participam das reuniões temáticas e do curso de pintura, se ausentando de reuniões na comunidade ou na Sub-Prefeitura, são caracterizados por um tipo de participação ativa nas atividades do grupo e não em ações relacionadas aos convívios sociais, econômicos, culturais e político da região, dessa forma TOMAM parte das ações do Projeto, mas não decidem sobre as regras, diretrizes, eventos e ações que ele se propõe.

As pessoas que compram os panos de pratos auxiliando na manutenção da cooperativa e os moradores que assistem as apresentações artísticas e culturais FAZEM parte do Projeto de maneira indireta, passiva e transitória.

Por fim, pode-se destacar em relação as quatro grandes categorias de referências para análise dos dados, que em relação à família esta ocupa o lugar central na vida das duas entrevistadas, onde o marido recebe destaque, no caso de Alfa como acolhedor e de Beta aparece como negligente. A violência doméstica apareceu em relação aos maus-tratos dos netos de Alfa. Residem com as idosas seus filhos adultos e alguns netos. A cidadania, em relação à documentação em ambas são irregulares e aparecem auxiliando economicamente o sustento da família.

Em relação ao envelhecimento, é entendido pelas entrevistadas como uma fase natural do desenvolvimento humano, principalmente associada a doenças e incapacidades físicas. Ambas são avós, seus netos moram com elas, devido a negligências de seus provedores, num caso pelo abandono do pai e a ausência da mãe e

no outro, pelos maus-tratos maternos. Foi feita uma comparação por Alfa sobre o envelhecimento contemporâneo em relação ao antigo, destacando que atualmente é vivido sob melhores condições, com acesso a assistência médica e na comunidade e antigamente o tratamento ser prioritariamente asilar ou hospitalar. O impacto de perceber-se envelhecendo apareceu como um processo pessoal e social, pautado em comparações com outros idosos. Em relação a Alfa é descrito o envelhecimento precoce e quanto a Beta apresenta dificuldades, em aceitar-se como ser que envelhece, devido a sua visão de envelhecimento estar associada às limitações e incapacidades.

Às ações comunitárias, foram descritas a partir da participação no Projeto, valorizando as reuniões na Sub-Prefeitura como conquistas sociais da articulação entre os moradores e a possibilidade de melhorias na condição sócio-econômica, pela renda dos panos de pratos pintados no curso. A participação no Grupo de Convivência apareceu como um espaço pessoal e social de superação do medo em aprender novas habilidades, do acesso à socialização, da prática da solidariedade, apreensão de uma nova profissão e da organização das vendas na cooperativa.

As vivências pessoais, no Projeto e no Grupo de Convivência são valorizados por ambas, por serem um espaço onde as pessoas se encontram para aprender a pintar e a refletir sobre os aspectos que compõe as vidas pessoal, sociais, culturais e os desafios do bairro. A participação no Grupo de Convivência foi retratada como favorecendo ao compartilhar de novas experiências, a construção de novos valores, a expressão da confiança, da auto-estima, da autovalorização, geração de renda para contribuir no gerenciamento da família e do ponto de vista social auxilia na construção de mudanças no bairro e na transformação da exclusão pessoal, social e econômica em inclusão de cidadãos, em especial para os idosos. Conforme afirma Doll (2007) as atividades voltadas para o segmento idoso devem promover suas competências e ir de encontro as suas necessidades.

O contexto da globalização e seus impactos numa região de altíssima vulnerabilidade, segundo classificação da Prefeitura (Koga, 2003), pode ser percebida na pesquisa, em ambas os sujeitos, através da constatação dos vários direitos humanos que foram e ainda são violados: exploração do trabalho infantil, frequência irregular a

escola, pobreza, pouco acesso ao lazer, esporte e cultura, irregularidades cívicas, maus-tratos e abuso de poder pela figura masculina.

O Plano Internacional para o Envelhecimento (2003) ressalta que para superar a exclusão social, política e econômica faz-se necessário promover políticas que formetem uma rede de proteção integral ao idoso, englobando ações que envolvam o Poder Público, a sociedade civil, os voluntários, os idosos e demais setores da sociedade.

O Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado tem buscado contribuir com estas diretrizes em suas ações pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral refletir sobre o processo de envelhecimento e a participação de idosas no Grupo de Convivência de Mulheres do Projeto Ônibus Ludicidade - Baú Encantado, na Comunidade Nova Pantanal.

Foram selecionadas duas participantes do Grupo de Convivência, o critério para escolha foi o envolvimento nas atividades, tempo de participação superior a dois anos e forma de ingresso, no caso convite e indicação.

Para a coleta de dados foram utilizadas duas entrevistas semidirigidas e para a análise dos dados utilizou-se as referências propostas por Minayo (1992) apud Gomes (1994), agrupando os temas que foram surgindo no decorrer dos depoimentos.

Partiu-se do pressuposto que a participação em trabalhos comunitários pode favorecer a qualidade de vida das idosas, gerando melhorias no bairro, assim como, na luta pelos direitos humanos dos idosos e demais segmentos.

A partir dos dados obtidos, a primeira constatação que se faz sobre o envelhecimento é que existe uma articulação entre uma representação pessoal construída ou imposta socialmente e se manifesta em múltiplas dimensões: psicológica, biológica, cultural, social, jurídica, familiar, política, comunitária, econômica e religiosa.

A multiplicidade, a mobilidade, as contradições, os medos, os sonhos, as expectativas, as decepções e as limitações, estão permeando cada dimensão dessa citada de forma plural e simultânea.

Olievenstein (2001) informa que nascer para a velhice é um longo caminho, perpassado pelos efeitos da globalização, pela reinvenção da velhice (Debert, 2004), pelo confronto segundo Mercadante (2004), das idéias que nos são impostas por um modelo hegemônico de envelhecer.

A velhice situada na Comunidade Nova Pantanal, também não pode ser engessada e generalizada em números, sobre a exclusão social do idoso. Isso fica evidenciado quando se perguntou aos sujeitos: “Em que fase da vida você se considera?”. Alfa responde “*Já me considero mais velha do que minha idade!*” e por outro lado, Beta “*Tô inteira ao lado do meu marido e de minha filha*”.

Ambas as respostas traduzem uma experiência singular do processo de percepção do ser que envelhece, marcada por sua subjetividade. Por outro lado, o envelhecimento é uma construção de representações sociais, marcadas pela temporalidade. Alfa relata sobre as diretrizes das políticas públicas e os impactos que elas geram nas famílias e em seus costumes. “*hoje é bem melhor tem assistência médica, não acompanhei a velhice de meus pais, nunca fui num asilo, num hospital de velhinho!*”.

A imagem que Alfa descreve sobre o processo de envelhecer de seus pais, esta associada à dependência, grau extremo de debilidades e apenas com duas opções: residir no asilo ou por estar tão acamado, limitado ir para um hospital. Essa imagem é muito negativa e pejorativa em relação ao idoso.

Berger e Luckmann (1974) ressaltam que as representações sociais são internalizadas, compartilhadas com os outros e produzem valores, interferindo na maneira particular de lidar com a realidade, por exemplo, na auto-aceitação ou não do envelhecimento. Dessa maneira a participação num Grupo de Convivência, permite a elaboração e o compartilhar do processo de envelhecer individualmente, no grupo e no coletivo das representações sociais impostas externamente ou internamente, permitindo a construção de novos paradigmas do envelhecimento e uma nova visão da velhice compartilhada num Projeto social.

Neste sentido, constata-se a necessidade de políticas públicas que divulguem representações sociais dos idosos, associadas a outras possibilidades, nos diversos segmentos da sociedade.

A Organização Mundial de Saúde (1996) a partir de novos paradigmas da compreensão do que compõe a saúde, vem superando a noção de ausência de doença e no lugar vêm se contemplando as áreas biológicas, sociais, culturais e psicológicas,

como referências para a satisfação de suas necessidades e realizações de suas aspirações.

As necessidades e as aspirações de uma pessoa idosa fazem parte do seu projeto de vida pessoal e social, proporcionando-lhe uma concepção de vida, de envelhecimento e inserção numa nação.

A vida de uma pessoa é pautada no seu Projeto Político Pedagógico. O Projeto são os caminhos escolhidos para trilhar as metas e sonhos idealizados. A perspectiva política é demarcada pelos grupos sociais que atuam em uma existência, articulado com o quanto à pessoa permite democraticamente que se interiorize dessas vivências em sua trajetória, fazendo com que atue mais ou menos na sociedade. O caráter pedagógico é delimitado pelo grau de disposição interior que se tem, de aprender consigo, com o outro, com os grupos sociais e com o coletivo. (Graciani, 2001).

A maneira como o idoso se integra às possibilidades de convivência, aponta o grau de envolvimento que tem perante suas escolhas, destacando o ser passivo, ativo, inovador, resistente, protagonista, indiferente, etc. (Bordenave, 1983).

A Lei 8.842/94 no seu primeiro artigo institui “*A Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade*”, nesse aspecto participar da cidadania, é um direito e um dever do idoso, sendo que para sua verdadeira efetivação ocorra é necessário que o idoso primeiro se sinta sujeito de sua própria vida e seja estimulado para tal objetivo.

Os parâmetros estabelecidos pela ONU, a respeito da política de saúde pública denominada Envelhecimento Ativo, prioriza ações nos seguintes setores: direitos humanos, capacidade de independência, participação, auto-realização e assistência, nessa abordagem a participação passa ter uma conotação articulada com a saúde, sendo destacado o caráter preventivo, de promoção e de tratamento aos idosos que integram ações, grupos sociais ou ações comunitárias. (Veras, 2006).

Pode-se notar que a participação no Grupo de Convivência do Projeto Ônibus Ludicidade – Baú Encantado para os sujeitos pesquisados contribuiu para mudanças em vários setores de suas vidas.

A dimensão familiar ocupa o lugar central na vida dos sujeitos, englobando as vivências com o marido, que no caso de Alfa se comporta de forma acolhedora e no de Beta, de forma negligente com os filhos e com a esposa. As entrevistadas são referência no amparo dos filhos adultos e netos que residem com elas e no sustento familiar, demonstrando que o idoso na comunidade Nova Pantanal é protagonista nos cuidados trans-geracionais e que permanece ativo economicamente. A violência familiar esteve presente não contra o idoso, mas perpassada no convívio com os netos, indicando que quem vive na exclusão social, política e econômica (Giddens, 2005), esta mais sujeito a esta violação.

Em relação à dimensão biológica, pode-se destacar: o exercício da promoção da saúde através das vendas dos panos de pratos, a profilaxia de doenças evitando o isolamento social e o tratamento de doenças, diante do convívio. Beta pode aprender a conversar e superar a depressão e Alfa transformou o medo de não conseguir aprender a pintar, em sonho de pintar como a professora.

Foram apontados os seguintes aspectos contidos na dimensão social: articulação da Rede Solidária entre os participantes do Grupo de Convivência, como empréstimo de revistas ou pela venda coletiva dos panos na Cooperativa, da Rede de Proteção Social, garantindo e defendendo os direitos dos idosos, através do curso de profissionalização em pintura, estímulo ao estudo, ao lazer e cultura e a Rede de Inclusão Social, favorecendo a subsistência econômica e viabilizando oportunidades no exercício da cidadania.

A dimensão cultural revelou-se pelo sentimento de amor pelas amigas do grupo, por pertencer ao grupo, por realizar objetivos comuns e pela aprendizagem de regras e sonhos. As reuniões temáticas foram descritas como espaços para aprendizagem sobre a vida e as realizadas na Sub-Prefeitura para melhorias no bairro, neste sentido ficou internalizado para os sujeitos da pesquisa que a democracia participativa se faz participando e não teorizando sobre ela. A violação de direitos foi relatada em função do acesso irregular ao lazer, ao esporte, a educação e a cultura.

A dimensão psicológica esteve presente no Grupo de Convivência, que pode contribuir na vida dos sujeitos pesquisados, na superação de medos pessoais, na cura de doenças, na demonstração de afeto individual, no grupo e no coletivo, na liberdade de expressão de idéias, tendo como conseqüências o aumento da paciência, da calma, da aprendizagem em lidar melhor com os conflitos e quando necessário fazendo denúncias, demarcando a influência da dimensão jurídica.

Sobre a dimensão comunitária, ressalta-se que foi através das reuniões temáticas sobre conceitos diversos envolvendo a cidadania, que se puderam realizar encontros na Sub-Prefeitura visando fortalecer a gestão articulada das políticas públicas entre o Poder Público e a Comunidade Nova Pantanal, tendo como objetivos a reivindicação de melhorias para o bairro, contribuindo desta maneira para a criação de um posicionamento político. Outro aspecto que foi relatado nas entrevistas, é que pela participação no Projeto, foi possível ampliar o conhecimento de moradores, vizinhos, número de amigos e aprender a conviver em grupo.

A dimensão econômica apareceu nas violações de direitos que Beta sofreu ao longo de sua vida (exploração do trabalho infantil, negligências cívicas e escolarização irregular) e para o seu enfrentamento desenvolveu várias habilidades, entre elas e na atualidade, a confecção em pano de prato para vendas ou doações. Também esteve presente na socialização dos sujeitos e no reconhecimento do valor social e familiar de suas pinturas, por parentes, amigos do marido e pelas amigas do Grupo de Convivência. Os sujeitos pesquisados contribuem ativamente no sustento material e afetivo de seus familiares.

A dimensão religiosa foi caracterizada como um espaço de reflexão sobre a morte, salvar vidas, gratidão, medo de ser cuidado e o auxílio em quedas domésticas, no trato com filhos e netos.

Pode-se observar que a participação no Projeto Social na velhice, a partir do Grupo de Convivência, contribuiu para o estabelecimento de novas relações consigo, com seu processo de envelhecer, no grupo e na comunidade, criando um novo papel e função social para o idoso, caracterizado por ser ativo, atuante, interessado em

compreender os conflitos individuais, sociais e os gerados pelos impactos da globalização e propositivo em apontar possíveis transformações.

É importante destacar que o envelhecimento pode ser compreendido como um processo de desenvolvimento humano, uma fase que faz parte da condição humana, com uma maneira singular de lidar com essa situação (Erikson, 1968) e ao mesmo tempo é um fenômeno social (Motta, 2006), criação do humano, sendo determinado por perspectivas culturais, políticas, econômicas, se fazendo num plural e num coletivo de possibilidades. Freud (1923) explicita que o Ego é um componente constitucional regulador entre as pressões sociais (fenômenos) e os desejos da própria pessoa (processo), e que o caráter singular de uma pessoa é a maneira peculiar de lidar com essa situação, a partir das influências do inconsciente.

Compreender o envelhecimento é ter coragem de dizer a si próprio aquilo que estava recalcado, escondido, obscuro sobre o que se pensa sobre envelhecer, deixando o inconsciente vir à consciência, para que novas representações sociais possam ser formuladas e o indivíduo singularizar sua experiência com a velhice.

Refletir sobre o envelhecimento é um grande desafio, por ser uma temática abrangente e que envolve múltiplas dimensões, exigindo do profissional ou pesquisador uma visão ampla, sobre esta realidade. Foi preciso para a elaboração dessa pesquisa uma postura de abertura para várias ciências e um espaço de interligação e conexão entre vários conhecimentos, possibilitando algo novo inter/trans/multi-disciplinar.

A Gerontologia vem construindo conhecimentos que demonstram avanços na produção acadêmica científica ao desenvolver estudos interdisciplinares sobre o processo de envelhecimento, a velhice e a pessoa idosa. A abordagem do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia pela PUC/SP, no estudo do envelhecimento é perpassada pelos conhecimentos dos campos biológico, psicológico e social, exigindo, assim um olhar sócio-histórico e político do pesquisador. Essa realidade é reconhecida por vários autores como Netto (2006).

O Grupo de Convivência, que inicialmente era concebido apenas como Grupo de Mulheres, pode ser resignificado com as contribuições de estudos feitos na área da Gerontologia, o que permitiu a sua reorganização e a ampliação da proposta originária.

Esta adaptação também teve que ser feita nas entrevistas com os sujeitos, pois foram planejadas para serem respondidas de maneira individualizada, porém, a realidade local de um bairro considerado segundo o Mapa da Vulnerabilidade Social (Koga, 2003), como uma região de altíssimo risco pessoal e social, nas moradias residem muitas pessoas, o que se revelou ser impossível de ser realizado sem a presença de outras pessoas. Porém, esse planejamento era do entrevistador, pois a participação popular ocorreu de forma espontânea e com grande interesse.

Segundo Boff (2003) a comunidade de idosos é uma COMUN-IDADE. Na existência humana, temos todos, uma idade comum, aquela que nos liga à civilização Planetária, que nos une a um elo comum, as representações de todas as idades internalizadas em nós mesmos. Somos as representações sociais que nossa idade promove, independente do que pensamos sobre ela e ao mesmo tempo construímos nossa representação singular de nossa idade.

O envelhecimento é um processo particular de se vivenciar a condição humana, um fenômeno plural, representado socialmente por múltiplas facetas, inserido e compartilhado numa política pública local, integrado nos desafios de um mundo globalizado, exigindo de todos os atores sociais uma reflexão sobre a sua forma de inserção na sociedade, na realidade em que se vive e em seu compromisso com as causas sociais.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 12º Ed., 2007, p.49.

BAUMAN, Z. *Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 89 e 133.

BEAUVOIR, S. de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970, A, p.12 e 265.

---- *A Velhice: Realidade Incômoda*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, B.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis- RJ: Vozes, 1974, p. 11, 46, 52.

BEZERRA, S. B. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1984.

BOFF, L. *Civilização Planetária: Desafios à Sociedade e ao Cristianismo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 25, 72, 92 e 93.

BORDENAVE, J. D. *O que é Participação?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Redução Morbimortalidade por Acidentes e Violências*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Violência Intrafamiliar: Orientações para Prática em Serviço/Secretaria de Políticas de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002, Cadernos de Atenção Básica, n.8, série A, Normas e Manuais Técnicos, n. 131, p. 23, 25 e 78.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, Organização das Nações Unidas (2002)*. Tradução: Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, 2003, p. 20, 22, 29 e 54.

BRASIL, Lei Nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a Situação Jurídica da Mulher Casada (*Estatuto Civil da Mulher Casada*). Brasília: Presidência da República – João Goulart, 27 de agosto de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Subchefia de Assuntos Jurídicos, 05 de outubro de 1988, art. 226.

BRASIL, Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá Outras Providências. Brasília, Presidência da República – Itamar Franco, 07 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República, art.20.

BRASIL, Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá Outras Providências. Brasília, Presidência da República – Luiz Inácio da Silva, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 04 de janeiro de 1994, art.1.

BRASIL, DECRETO Nº 1948, de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá Outras Providências. Brasília, Presidência da República – Fernando Henrique Cardoso, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 3 de julho de 1996, 175º da Independência e 108º da República, art.3, subitem I e art.4, subitem I.

BRASIL, Lei Nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá Outras Providências. Brasília, Presidência da República – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1º de outubro de 2003, 182º da Independência e 115º da República, art.1, art.3, pg. Único, art.4 inciso I, art. 43, art.46 e art.98.

BUBER, M. *Sobre Comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987, p.33.

CALDAS, C. P. *Educação para a Saúde: A Importância do Autocuidado*. In: VERAS, R. *Envelhecimento Humano: Ações de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças*. In:

FREITAS, E. V. et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2006, cap. 13, p.142.

CAMARANO, A., PASINATO, M. E MACHADO, L. *Idosos Vítimas de Maus-Tratos Domésticos: Estudo Exploratório das Informações Levantadas nos Serviços de Denúncias*. Rio de Janeiro: IPEA e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2006, p.10.

CARTER, B. e MCGOLDRICK, M. et al. *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA CIDADANIA DO IDOSO – CRECI@. São Paulo: Secretaria Municipal da Assistência Social, 2004, p.18.

CHAVES, P. G. e COSTA, P. L. *O Idoso como Vítima na Cidade de Belo Horizonte: As Denúncias na Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso – Depi/MG*. Revista Kairós. NEPE - Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento, Gerontologia, PUC-SP, São Paulo: EDUC, Ano 7, n. 2, p. 113 -126, 2004.

COORDENADORIA DO IDOSO. *Envelhecer com Dignidade, Saúde e Qualidade de Vida*. São Paulo: Secretaria de Participação e Parceria, 2005, p.18.

DEBERT, G. G. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2004, p.11.

DOLL, J. *Educação, Cultura e Lazer: Perspectivas de Velhice Bem Sucedida*. In: NERI, A. et al. *Idosos no Brasil – Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Edições Serviço Social do Comércio – SESC, 2007, p. 118.

ENDO, P. *Debate sobre as Contribuições da Psicanálise ao Envelhecimento*. Revista Kairós, NEPE - Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento, Gerontologia, PUC/SP, São Paulo: EDUC, Caderno 2, p. 58-61, 2002.

ERIKSON, E. *Identidade, Juventude e Crise*. Nova York: Norton, 1968.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 68.

---- *Política e Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p.13.

---- *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREUD, S. *O Inconsciente*. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, 1915.

---- *Linhas de Progresso na Terapia Psicanalítica*. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 1919, p.174.

---- *O Ego e o Id*. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 1923.

FROMA, W. *A Família no Estágio Tardio da Vida*. In: CARTER, B. e MCGOLDRICK, M. et al. *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 285.

GADOTTI, M. *Pedagogia dos Direitos e Pedagogia Social de Rua*. In: GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia Social de Rua: Análise e Sistematização de uma Experiência Vivida*. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001, p. 13.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 61, 69, 265 e 268.

GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1975, p. 112 e 224.

GOHN, M. G. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p.11.

---- *Movimentos Sociais no Início do Século XXI – Antigos e Novos Atores Sociais*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003, p.15.

GOMES, R. *A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa*. In: MINAYO, M. S. *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia Social de Rua: Análise e Sistematização de uma Experiência Viva*. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001, p. 34.

GUARDINI, R. *A Aceitação de Si Mesmo – As Idades da Vida*. São Paulo: Palas Athena, 1987, p. 69, 82 e 99.

HAGUETTE, T. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. São Paulo: Vozes, 1987.

----- *A Observação Participante*. In: *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, São Paulo: Vozes, 1987, A.

----- *Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante*. In: *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. São Paulo: Vozes, 1987, B.

HESSELBEIN, DRUCKER et al. *A Comunidade do Futuro*. São Paulo; Futura, 1998, p. 23 e 26.

IANNI, O. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1996, p.4, 14 e 18.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, *Famílias Esquecem Idosos em Hospital*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 30 abr., 2006, Caderno Cotidiano, C1.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, *Greve Faz Justiça Soltar Acusadas de Tortura*. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 18 out., 2008, Caderno Cotidiano, C 9.

KOGA, D. *Medidas de Cidades – Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

LAZARSELD, P. *O Objeto das Metodologias Qualitativas*. In: HAGUETTE, T. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. São Paulo: Vozes, 1987, p.72.

LIBERATO, E. M. *Longevidade, Para Quê?* Revista UniVap. Especial sobre Gerontologia. Educação, UNIVAP, Ano 1 n.1 São José dos Campos: UNIVAP, 1993, p. 106 e 110.

LINDEMAN, E. *A Observação Participante*. In: HAGUETTE, T. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. São Paulo: Vozes, 1987, p.72.

LOPES, R. G. *Diversidades na Velhice: Reflexões*. In: *Velhices: Reflexões Contemporâneas*. São Paulo: SESC/PUC, 2006, p. 88.

LUDKE, M. e MARLI E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCÍLIO, M. L. (org.) *A Declaração Universal dos Direitos Humanos: Sessenta Anos*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 19 e 21.

MARTINS, J. *A Pesquisa Qualitativa*. In: FAZENDA, I. (Org.), *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K e ENGELS, F. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Edições Sociais, 1977, p.44.

MAY, T. *Pesquisa Social: Questões, Métodos e Processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, S. A. R. *Editorial*. Revista Kairós. NEPE - Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento, Gerontologia, PUC-SP, Ano 1 n. 1 São Paulo: EDUC, 1998, p. 7.

MEISTER, J. *Educação Corporativa*, São Paulo: Makron Books, 1999.

MERCADANTE, E. F. *A Identidade e a Subjetividade do Idoso*. Revista Káiros, Gerontologia, PUC-SP, Ano 1 n.1. São Paulo: EDUC, 1998, p. 67.

---- *A Contrageneralização*. Revista Káiros, Gerontologia, PUC-SP, Ano 7 n.1. São Paulo: EDUC, 2004, p. 197 e 198.

---- *Velhice: Uma Questão Complexa*. In: MERCADANTE, E. F. et al (Orgs.) *Velhice, Envelhecimento, Complexi(idade): Psicologia, Subjetividade, Fenomenologia e Desenvolvimento Humano*. São Paulo: Vetor, 2005, p. 22, 25, 32 e 33.

MENDONÇA, R. *Balço Social do IBGE Mostra Avanços em Várias Áreas, Exceto na Distribuição de Renda*. Revista Veja On-Line, São Paulo: Editora Abril S.A., Notícias Diárias, Edição 1695, 11/04/2001. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110401/p_048.html>. Acesso em: 31 out. 2008.

MICHAELIS (1998) *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos LTDA.

MINAYO, M. C. *Violência contra Idosos: o Avesso do Respeito à Experiência e à Sabedoria*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004, p. 12, 15, 29 e 40.

MORIN, E. *O Problema Epistemológico da Complexidade*. Portugal: Men Martins, 2002.

MOTTA, A. B. *Visão Antropológica do Envelhecimento*. In: FREITAS, E. V. et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2006, p. 78.

MUCIDA, A. *O Sujeito Não Envelhece – Psicanálise e Velhice*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.46.

NERI, A. *Palavras-Chaves em Gerontologia*, Campinas: Alínea, 2005.

---- et al. *Idosos no Brasil – Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Edições Serviço Social do Comércio – SESC, 2007, A, p. 50.

---- *Renda, Consumo e Aposentadoria: Evidências, Atitudes e Percepções*. In: NERI, A. et al. *Idosos no Brasil – Vivências, Desafios e Expectativas Na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Edições Serviço Social do Comércio – SESC, 2007, B, p.106.

NETTO, M. P. *O Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos*. In: FREITAS, E. V. et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2006, p.7.

OLIEVENSTEIN, C. *O Nascimento da Velhice*. Bauru: EDUSC, 2001, p.14 e 16.

OLIVEIRA, J. C. A. et al. *Consenso Brasileiro de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica*. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, Brasília – DF, Abr. 2000, vol.26, (supl.1),p.32.Disponívelem:

<<http://www.jornaldepneumologia.com.br/portugues/suplementos.asp>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. *Datos y Estadísticas*. Genebra: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.who.int/es.html>>. Acesso em: 23 nov. 2008.

PARAMÊTROS CURRICULARES NACIONAIS + ENSINO MÉDIO. Brasília: UNESCO, Ciências Humanas e Tecnologias, 2000, p.20. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2008.

PACHECO, R. *Contribuições da Psicanálise para o Envelhecimento*. *Revista Kairós*. NEPE - Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento Gerontologia, PUC-SP, Ano 4 n. 2 São Paulo: EDUC, 2005.

PATERMAN, C. *O Contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 16-17 e 169-170.

PAZ, S. F. *Momentos Sociais: Participação dos Idosos*. In: PY, L. et al (Org.) *Tempo de Envelhecer: Percursos e Dimensões Psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU, 2004, p. 229, 239, 246, 249 e 250.

PREFEITURA da CIDADE de SÃO PAULO *Cartilha Quarta Revisão Benefício de Prestação Continuada*: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, 2005, p. 9-24.

PREFEITURA da CIDADE de SÃO PAULO *Cartilha do Idoso – Mitos e Verdades/ Guia de Serviços*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, 2006, p. 18-22 e 23-26.

PREFEITURA MUNICIPAL de LORENA-SP *Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SADS*. Lorena: Prefeitura Municipal de Lorena-SP, 2005. Seção XVI Especificidade das Ações e XVI. VI Oficinas. Disponível em: <http://www.lorena.sp.gov.br/sads/cras/xvi_especificidadesdasacoes_vi.php>. Acesso em: 20 nov. 2008.

RIBEIRO, E. (2005) *Movimentos Sociais em Tempos de Democratização e Globalização em Santa Catarina: os Anos 90*. Florianópolis: BOITEUX, 2005, p. 45 e 47.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999, p. 90, 208 e 261.

ROCHA, L. M. *Casas-Abrigo: No Enfrentamento da Violência de Gênero*. São Paulo: Veras Editora, 2007, Série Temas, n. 6, p. 61.

SALGADO, M. A. *Os Grupos e a Ação Pedagógica do trabalho Social com Idosos*. Terceira Idade, São Paulo: SESC, 2007, v.18, n. 39, p.70,71e 76.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 23, 24, 25, 46, 55 e 78.

SCAVONE, L. *Dar a Vida e Cuidar da Vida – Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 15.

SCHWARTZ, M. e SCHWARTZ, G. *A Observação Participante*. In: HAGUETTE, T. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. São Paulo: Vozes, 1987.

SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.10.

SHARP, A. *A Vida Tende a Dar Certo (Nós é que Atrapalhamos)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

SILVA, D. M. G. et al. *Qualidade de Vida na Perspectiva de Pessoas com Problemas Respiratórios Crônicos: A Contribuição de um Grupo de Convivência*. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo – USP, Jan./Fev. 2005, v.13, doi: 10.159/s0104- 116920050001000002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s014-11692005000100002>. Acesso em: 21 nov. 2008.

SOUSA, H. J. *Como se Faz Análise de Conjuntura?* 22 ed. São Paulo: Vozes, 1986.

TÓTORA, S. *A Vida nas Dobras... as Dobras na Velhice*. In: A TERCEIRA IDADE. *Estudos sobre Envelhecimento*. V. 19, n. 43, outubro, p.29, 31, 33 e 36. São Paulo: SESC, 2008.

VARELLA, A. M. S. **A Resiliência e Desenvolvimento Pessoal: Mais uma Possibilidade de se Envelhecer?** São Paulo, 2003, p.3. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Núcleo de Pesquisa do Envelhecimento, PUC/SP.

VERAS, R. *Envelhecimento Humano: Ações de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças*. In: FREITAS, E. V. et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2006, cap. 13, p.141 e 142.

VIEIRA, L. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 71.

WORLD HEALTH ORGANIZATION/ GONTIJO, S. (Trad.) *Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.

ZYGMUNT, B. *Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Sites pesquisados:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>, consultado em 01/11/2008 e 15/03/2009.

http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/indice5_1.pdf, consultado em 01/11/2008.

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assitencia_social/pesquisasemapas/0001/0002, consultado em 01/11/2008.

<http://portalcorreio.com.br/noticias>, consultado em 15/03/2009.

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, disponível em: WWW.ibccrim.org.br/, consultado em 07/03/2009, referente a pesquisa na Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso de São Paulo (2004).

Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, disponível em: WWW.presidencia.gov.br/sedh/, consultado em 07/03/2009.

LISTA DE ABREVIATURAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEM - Centro de Estudos da Metrópole

CÉU - Centro Educacional Unificado

CF - Constituição Federal

CNDI - Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRECI@ - Centro de Referência da Cidadania e do Idoso

DPOC - Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica

GCM - Guarda Civil Municipal

GMP - Grupo de Mulheres do Pantanal

IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

NEPE - Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento

NUCRON - Núcleo de Convivência em Situações Crônicas de Saúde

NTC - Núcleo de Trabalhos Comunitários

ONU - Organização das Nações Unidas

OMS - Organização Mundial de Saúde

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNI - Política Nacional do Idoso

PUC - Pontifícia Universidade Católica

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

SADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SESC - Serviço Social do Comércio

SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP - Universidade de São Paulo

UFSC - Universidade de Santa Catarina

ANEXOS

Anexo A - Roteiro de Entrevista

Dados de Identificação – Parte I

- 1.Nome:
- 2.Documentos:
- 3.Endereço residencial e telefone:
- 4.Tipo de domicílio:
- 5.Com quem mora:
- 6.Filhos e netos:
- 7.Data de nascimento e comemoração de aniversário:
- 8.Etnia:
- 9.Origem familiar:
10. Estado civil:
11. Escolaridade:
12. Profissão:
13. Ocupação atual:
14. Religião:
15. O que mais gosta de fazer:
16. Tem acesso a: teatro, cinema, museu, livros, jornal, revistas, TV, hospital, Posto de Saúde, aposentadoria, Previdência Social?
17. Votou na última eleição? Lembra em quem?

Anexo B
Roteiro de Entrevista
Depoimentos – Parte II

1. Quem é você?
2. Em que fase de sua vida você se considera?
3. Como você vê o processo de envelhecimento na sua vida?
4. Você se considera uma pessoa idosa?
5. Como era sua rotina antes de participar do Projeto e quais os fatores que a motivaram a integrar nele?
6. Como é sua vida, seu dia-a-dia?
7. Ocorreram mudanças na sua vida após a participação no Projeto? Quais?
8. E na família e no convívio na comunidade mudou alguma coisa desde que participa do Projeto?
9. Participa do Projeto desde quando?
10. Quais atividades ou cursos que já participou e ainda participa?
11. Como é sua convivência no Curso de Pintura?
12. Gostaria de acrescentar algo importante a seu respeito, ao tema do envelhecimento e a nossa conversa?
13. Como foi para você participar dessa pesquisa?

Anexo C
Registro da Entrevista
I Dados de Identificação - Sujeito “Alfa”

1. Nome:

Alfa.

2. Documentos:

Tem Carteira de Trabalho com registro, Título de Eleitor e Certidão de Nascimento com irregularidades, dez anos a menos do que te fato tem e data e mês errados. Em sua casa guarda duas certidões originais dos netos.

3. Endereço, residencial e telefone:

Comunidade Nova Pantanal.

4. Tipo de domicílio:

Casa própria, sobrado com boa aparência, com saneamento básico, pintura interna em bom estado, com cozinha e banheiro azulejado. O casal mantém cuidados com plantas e vários passarinhos.

5. Com quem mora?

Mora com o marido, um filho adulto divorciado e dois netos meninos.

6. Filhos e netos:

Contou que teve dois filhos, o Silvio que é separado e mora com ela e o outro, que nasceu e morreu com dois meses no hospital e não pode retornar para casa.

“Eu queria que o nome dele fosse Marcos, Marquinho, nome da parada de ônibus, era um pau, chamado Marquinho. A família não quis e eu acatei. COMO A VIDA É INTERESSANTE! (Exclamou). Quando meu pai casou com minha mãe, ele era viúvo e tinha um filho que minha mãe criou e OLHA COMO É A VIDA, ele vem enterrando todos os outros! Ele é o filho mais velho do meu pai. Atualmente...” Contou algumas mortes de familiares:

Pai faleceu há 29 anos de doença do coração.

Mãe faleceu há 12 anos de derrame cerebral.

Irmão faleceu num acidente de caminhão vindo do serviço, *“o clarão do sol ofuscou o motorista do ônibus que o pegou”*.

Relatou que é casada e tem dois netos que moram com ela: um é o Johnny L. S. S. (perguntei como escrevia, ela trouxe o registro) de 12 anos e o outro é o Ygor S. S. de 10 anos. Contou que o Johnny recebeu esse nome por ser homenagem ao cantor Ramones.

“Eu morava em Atalaia e meu marido em Mandaguari, depois ele foi morar por cinco anos em Teixeira de Freitas na Bahia e quando voltou me pediu em casamento. Ele trabalhava como caminhoneiro junto com meus irmãos e sempre me mandou vários recados”.

“Um dia meu filho chegou em casa e falou:

- Mãe você vai ser avó!

- Como? Eu nem conheço a sua namorada!

Ela tinha 15 anos. No dia que ele (neto) nasceu conheci sua família. O meu marido não queria que casasse. Eu já estava ansiosa para ser avó porque minha irmã já era avó. EU TINHA O SONHO DE SER AVÓ!”

Neste momento da entrevista o esposo que estava ouvindo nossa conversa nos interrompe e diz:

- *“Ela (nora) era muito fechada, de nariz em pé. Ele (Silvio) que fazia comida, ISSO NÃO É CERTO!”*.

Alfa relatou o que estava acontecendo:

“Ela não é amorosa, espancou nossos netos. Denunciamos duas vezes na Delegacia. Ele (Ygor) veio todo sujinho, com três anos, tirei a roupa e vi as marcas nas costas do chinelo que apanhou. Nessa época meu filho já era separado dela.

Fomos na Delegacia, eu, meu marido e o Ygor. O delegado perguntou:

- O que aconteceu?

- Eu derrubei o prato de feijão no chão! - disse Ygor.

O delegado mandou chamar a mãe e o Conselho Tutelar, nós ficamos com ele e depois de 17 dias, na audiência o juiz devolveu para ela.

Eu fiz ela assinar o termo de responsabilidade no Conselho Tutelar e o juiz estipulou durante um ano que ela tinha que prestar conta, não brigar na rua e fazer serviço comunitário num hospital em Santo Amaro na pediatria.

Bem depois, o Ygor foi espancado de novo e o pai (Silvio) tomou providências. O juiz deu como penalidade pagar R\$ 250,00 reais para o Hospital do Câncer. A Mãe no juiz mentiu, alegou que o irmão mais velho bateu no mais novo. “Ela estava esperta dessa vez!” e é por isso que eles moram comigo”.

7. Data de nascimento e comemoração de aniversário:

Seu registro é de 02/04/1951, mas nasceu em 21 de agosto de 1941.

Comentou que com seu marido ocorreu o mesmo, nasceu numa data e foi

registrado em outro dia. Ele nasceu em 21 de maio de 1941. Considera para comemorar seu aniversário a data que nasceu, mas conta para seus amigos que tem dez anos a mais que seu registro. Atualmente está com 68 anos.

8. Etnia:

Branca.

9. Origem familiar:

Nasceu em Dois Córregos – SP e com seis meses foi morar com a avó no Paraná, juntamente com seu pai, mãe e mais sete irmãos.

10. Estado civil:

É casada na igreja e no civil (25/11/1972) há 37 anos, casou-se no Paraná, na cidade de Mandaguari.

11. Escolaridade:

“O ano passado parei no EMEF, estudei até a quarta série, parei por causa das varizes. Quando der eu vou voltar. Passei para quinta série incompleta. Uso meia por causa das varizes tenho muitos hematomas. Mostrou a perna”. (Tinha hematomas).

12. Profissão:

“Trabalhei de faxineira numa empresa por dois anos. Trabalhei na produção, operadora de produção por três anos e meio, no engate de

mangueira. Faz doze anos que parei me mandaram embora pela pressão alta”.

Marido falou:

- *“A idade vem chegando!”.*

Alfa:

- *“Já chegou!”.*

“Uma amiga deles (patrão) trabalhava na cozinha, ela pegou meus exames e contou para o patrão que eu era cardíaca aí eles, me mandaram embora”.

13. Ocupação atual:

“Sou aposentada, fico em casa, vou aos médicos e pinto algumas coisinhas, os panos de pratos”.

14. Religião:

“Sou Católica, mas não vou sempre. Começo ir vou sempre, aí paro, desando. Continuo sendo católica. Sei rezar o Pai Nosso e Ave Maria, acredito muito em Deus, acredito em tudo!”.

15. O que mais gosta de fazer?

“Gosto muito de pintar, me acalma, me relaxa, me deixa tranqüila. MEU SONHO É PINTAR COMO A PROFESSORA, MAIS É COMPLICADO! Meu marido, quando estou nervosa diz: Vai pintar que te acalma!”.

15.1 Você se considera uma pessoa de fé? (**Pergunta acrescida**)

“Sim, sem dúvida. Porque eu acredito. Tem gente que fala ‘Só acredito vendo!’ Eu acredito em Deus, na imagem, porque Deus agente não vê. TÔ VIVA, TÔ RESPIRANDO, TÔ ANDANDO GRAÇAS A DEUS! Não cai uma folha da árvore, sem que Deus não queira”.

16. Tem acesso ao:

Teatro: *“Já fui várias vezes, mas não gosto muito”.*

Cinema: *“Já fui várias vezes e gosto”.*

Museu: *“Só conheço o de Nossa Senhora Aparecida e gostei”.*

Livro: *“Leio mal, por causa da vista, mesmo com o óculo não enxergo muito bem, a letra tem de ser grande para eu ler”.*

TV: *“Só gosto de algumas novelas, não tenho paciência para assistir, não ligo durante o dia. Assisto Globo Repórter e o Fantástico. Não assisto filme”.*

Posto de Saúde: *“Vou ao Posto de Saúde toda semana para medir a pressão, toda quinta no psicólogo, de três em três meses no psiquiatra, às vezes marcam de cinco meses a consulta”.*

17. Votou na última eleição? Lembra em quem?

“Votei no Lula, na Luiza Erundina e meu filho votou no Eli Correia e no Suplicy”.

Anexo D
Registro da Entrevista
I I Depoimentos - Sujeito “Alfa”

1. Quem é você?

“Vou responder se estiver errado! Quem eu acho que sou? Não. Eu sou assim... Me dou com todo mundo, de dia e de noite. Me considero uma pessoa legal pra todo mundo. Tenho meus defeitos (ficou um pouco nervosa) e minhas qualidades. Sou um pouco explosiva dentro de casa e fora me controlo mais. Gosto das coisas certas, não gosto de coisas erradas. Se me pedir minha opinião de algo errado, digo no seu lugar não faria”.

2. Em que fase de sua vida você se encontra?

“Tô numa idade, como se fala? Já me considero mais velha do que minha idade. Envelheci mais do que deveria na aparência, a pele branquinha, o cabelo branco. Conheço pessoas da minha idade que não envelheceram tanto. Eu conheço pessoas com 65 anos, que parecem bem mais jovens. Eu tenho o nome de minha avó e não o de minha mãe. Antigamente respeitava-se muito os pais. Meu pai é que dava os nomes para os filhos, minha mãe não podia”.

3. Como você vê o processo de envelhecimento na sua vida?

“Eu acho que essa é a lei da vida, todo mundo vai envelhecer. Agente fica com a pele diferente, já não ando como andava antigamente, aparecem muitas doenças que a gente não tem quando é nova. Quando a gente fica

com mais idade agente fica CRI-CRI, fica com menos paciência. Eu agradeço a Deus por ter a idade que eu tenho, pretendo viver muito ainda. Deus é quem sabe!”.

3.1 Você pensa na morte? (Pergunta Acrescida)

“Não gosto de pensar na morte, prefiro pensar na vida. Antigamente eu tinha pavor de pensar na morte, depois que eu vi muita gente morrer, isso passou. Meu marido sempre diz: Eu não quero ficar doente, dar trabalho para os outros. Se isso acontecer, é Deus quem sabe! Meu irmão da Serraria dizia: Eu não quero dar trabalho para ninguém! Teve derrame cerebral, ficou uma noite no hospital, depois morreu, não deu trabalho para ninguém”.

4. Você se considera uma pessoa idosa?

“Sim me considero uma pessoa idosa”. Por que? “Danou-se, porque me olho no espelho, minha idade. Oh!”. O filho, nessa hora exclama:

- *“Velho é quem quer! Eu nunca vou ser velho! Velho é quem se senti velho!”.*

Alfa vira para o filho que esta saindo e diz:

- *“Você tem 34 anos, tá ficando velho!”.*

Ele não diz mais nada e saí para trabalhar.

4.1 O que é uma pessoa velha? (Pergunta Acrescida)

“Uma pessoa como eu, uma Alfa da vida, porque já tô velha! Eu não acompanhei a velhice dos meus pais, não sei bem como é. Nunca fui num asilo, num hospital de velhinho. Hoje as coisas são, um pouco mais

tranqüila...” (manteve-se em silêncio, acho que “um branco”, que ela afirma ter). “O que eu estava falando? Eu tô assim agora! Danou-se!” (Retoma a fala de onde parou, sem intervenção do pesquisador). “Porque hoje em dia tem mais assistência médica. Envelhecer mexe em todos os aspectos, na fisionomia, nas pernas. Antes eu caminhava muito, hoje sinto muitas dores nas pernas. Eu tenho, Labirintite, Pressão Alta, problema na coluna, vou ao psicólogo e ao psiquiatra, prá tratar da síndrome do pânico e da depressão. Sou uma pessoa muito nervosa e explosiva. Tenho síndrome do pânico, eu não posso ficar em lugar fechado que de a impressão que eu não posso sair, como a parada de metrô ou na igreja do Padre Marcelo. Foi no banheiro da Aparecida do Norte que percebi que deveria me tratar”.

5. Como era sua rotina antes de participar do Projeto e quais os fatores que a motivaram a integrar nele?

“A Beta na escola me convidou para participar, eu dizia que não tinha paciência, ela insistiu:

-“Vamos você vai conseguir, é bom para distrair a mente da gente!”

“Um dia agente vai conseguir pintar! Um dia agente não consegue pintar, às vezes falha a mente da gente, dá um branco. Aceitei e gostei muito, continuei, não aprendi tanto como eu queria. Uma das coisas que eu adoro é pintar, EU QUERIA PINTAR COMO A PROFESSORA”.

6. Como é sua vida, seu dia-a-dia?

“Ter muitos amigos, ter família, netos, adoro meus netos, comer razoavelmente bem, andar e passear, eu adoro de paixão, (risos da entrevistada e do pesquisador), meu marido, meu filho, meus vizinhos!”.

7. Ocorreram mudanças na sua vida após a participação no Projeto? Quais?

“Não sabia nem pintar, nem pegar no pincel e agora eu pinto, eu vendo minhas pinturas para os amigos do meu marido (Né Riva), dou também de presente”. (O marido se distrai um pouco nessa hora e ela lhe chama a atenção pedindo sua aprovação). “Fui visitar minha irmã e levei um monte de panos de pratos pintados, ela adorou, achou lindo, achou o máximo! O Projeto contribuiu pra mim, na minha vida, porque gosto muito de pintar, sempre que tenho uma folguinha corro para pintar”.

8. E na família e no convívio na comunidade mudou alguma coisa deste que participa no Projeto?

“Em casa meu marido me diz:

-Vai pintar! Você anda muito nervosa!

Quando eu pinto, relaxo, fico tranqüila, não penso em nada, só em pintar, é uma beleza!

Gosto muito das novas amigas que fiz no curso, a Beta nós estudamos juntas e às vezes elas vêm aqui em casa e eu também vou a casa delas”.

9. Participa do Projeto desde quando?

“Entrei em 2005, faz quatro anos que estou no Projeto no curso de pintura”.

10. Quais atividades ou cursos que já participou e ainda participa?

“Só o de Pintura, vou fazer o de tricot com a F”. (A líder local é quem ministra este curso).

11. Como é sua convivência no Curso de Pintura?

“Eu gosto de todas as amigas, se damos muito bem, trocamos os desenhos, as revistas umas com as outras. Eu compro as revistas e empresto. Se damos muito bem. Peço opinião da pintura que estou fazendo:

- Será que tá ficando bom?

Mesmo que a gente não acredite que esta ficando bonito, agente concorda. Eu acho o trabalho de minhas amigas lindo.

Minha Comadre diz: - Acho tudo o que você faz lindo!

Quer comprar meus panos. Às vezes eu não acho tudo lindo! QUASE NUNCA EU ACHO LINDO, meu marido fala:

- Nossa Alfa ficou lindo! Mas, eu não consigo, penso que tem que melhorar mais! As Flores da Z. são mais lindas e eu não consigo fazer. Sei fazer: menininhas, frutas e formigas semanais”.

Nessa hora pedi para o marido ir buscar uma pintura de menina e uma outra de urso, ambas são capas de almofadas grandes, lindas e muito bem pintadas, com contorno, perspectivas e fundo.

“E na família? Penso que quem tem família e amigos nunca está sozinho!”.

12. Gostaria de acrescentar a seu respeito, ao tema do envelhecimento e a nossa conversa?

“Não, não tenho mais nada a acrescentar”.

13. Como foi para você participar dessa pesquisa?

“Danou-se! E agora? Não foi fácil falar, se eu soubesse que era tanto teria fugido!”.

Anexo E
Registro da Entrevista
I Dados de Identificação - Sujeito “Beta”

1. Nome:

“Beta”.

2. Documentos:

“Todos os meus documentos são enrolados, tenho Registro de Casamento com nome que não é o meu, filho registrado atrasado e em cidade que não nasceu. É tudo enrolado!”.

3. Endereço residencial e telefone:

Comunidade Pantanal.

4. Tipo de domicílio:

Casa própria, um sobrado pequeno, construído sem planejamento prévio devido à chegada dos filhos. A cozinha é azulejada e o banheiro precisa de acabamento.

5. Com quem mora:

Ela reside com o marido, três filhos e um neto. Tem uma filha que mora enfrente a E. e uma que mora na Bahia C., com o marido, depois que casou ele não quis ficar no Nova Pantanal e se mudaram para lá.

“Total cinco filhos, todos de parto normal. Quatro feitos em casa e um no hospital”.

“Quando casei o PAI (MARIDO) não importava de registrar os filhos. Quando ele fez isso, eu já tinha filha de 10 anos. Registrou na cidade de Santa Maria da Vitória de Coribe- BA, na verdade nasceram em Taquari. No nosso registro de casamento esta que ele nasceu em Bom Jesus da Lapa, mas não sabe onde nasceu. Meu marido registrou errado os nomes dos filhos, trocou os nomes, SEMPRE FUI REVOLTADA! Em 2007, em 02 de fevereiro casei no civil, para normalizar os nomes dos meus filhos. NO FIM EU NÃO SEI QUEM EU SOU! UMA LOUCURA! A Certidão de Casamento de Taquari, meu nome veio trocado: ROSA e não Beta. Minha Ezélia ia chamar Zélia, o escrivão errou no registro de nascimento, foi o pai que foi registrar e só com a assinatura dele. (não colocaram o nome da mãe). Quando for feita nova documentação vão colocar minha assinatura também. Isso ocorrerá depois de dois anos para o emprego dele (neto), por que assinou contrato de dois anos”.

6. Filhos e netos:

“Tenho três netos e um para nascer. O primeiro foi o W. que mora comigo, filho de Zélia. O segundo é a Ce. e o terceiro Ca., ambos moram na Bahia e são filhos da C. minha outra filha. Zélia é mãe solteira, ficou grávida com 17 anos. Namorava e o pai assumiu”. Nessa época Beta morava na Bahia e descobriu que a filha estava grávida, 15 dias antes da criança nascer. Sua irmã, que morava em Santa Maria da Vitória ficou sabendo primeiro e Zélia foi para sua casa para fazer o pré-natal. “Ninguém sabia de nada por que ela era fortinha e gordinha”.

Não tive estudo, sou revoltada por não ter estudado. Eu ficava na Roçinha e eles ficavam na Aldeinha para estudar.

O pai era “liberal”, deixava namorar, eu não fiquei contra, mas eu sou mais rígida.

Voltei para Aldeinha para conversar com os pais do rapaz para fazer o casamento. Ele não tava, tinha ido para Barreiras. Ele disse que o Capitão informou:

-Para servir o exército tinha que ser solteiro!

A família dele e a nossa também aceitaram a criança.

O namorado não queria ir para a Roçinha e três meses já tinha se passado. Ele propôs que poderia viver na família dele.

Sou um pouco grossa, não aceitei:

- Ela poderia continuar morando com ele, comendo do meu sal!

Ele pedia para Zélia ir até Santa Maria da Vitória-BA para registrar, chegando lá não registrou, deixou-a na casa da tia (irmã da mãe). Não telefonava, não mandava carta. Eu achava isso uma humilhação, com um ano e oito meses ela veio junto para São Paulo e eu criei ele, junto com meu irmão. Quando ele tinha quatro anos vim para São Paulo por causa de desmaios e quando tinha seis anos vim de vez.

Sua mãe mesmo de longe foi mãe, mandava dinheiro para ajudar”.

7. Data de nascimento e comemoração de aniversário:

Nasceu em 26/06/1953, à data de registro é a mesma que comemora seu aniversário, tendo assim, 59 anos e 9 meses na data da coleta de dados da pesquisa.

8. Etnia:

Branca.

9. Origem familiar:

“Nasci na Bahia, faz dez anos que estou no Nova Pantanal. Todos são de lá, a C. nasceu em Goiás. Mudamos para cá por causa das dificuldades da roça. Meu marido vinha e voltava para São Paulo e depois voltava novamente. Falei para ele que iria esperar até dezembro e se ele não voltasse, eu iria. Ele mandou o dinheiro e eu vim. Tinha que esperar a água minar até as onze horas da noite. A gente casou para viver junto e não separado. Não temos motivo para viver separado. Os filhos já são criados. Pretendo viver até o dia que Deus consentir junto”.

10. Estado civil:

“Sou casada, em julho irei fazer 39 anos de casada. Casei com 18 anos na Igreja, ele com 25 anos em Taquari. Depois de 37 anos nos casamos no civil, os filhos cobravam a minha assinatura no documento deles que não tinha e ele dizia que um dia iria casar. Ai depois de tantos anos eu é que não queria, mais casei”.

11. Escolaridade:

“Estudei até a sétima série, mas não considero por que não entrou nada na minha mente. Em julho de 2006 estava estudando na mesma escola que a Dona Alfa. Ia junto com ela e voltávamos juntas. Encontrávamos no Clube. Estudamos mais de dois anos juntas”.

12. Profissão:

“De roça, plantar, colher, limpar capim. Matei cobra, vi minhoca. Puxava água de poço na corda, no balde, lata de água na cabeça com barrigão, filho no colo. O pai obrigava a trabalhar na roça, depois que casei o marido nunca me forçou, ia por que precisava trabalhar para ajudar a criar os meus filhos”.

“Sempre vendi biscoitos, pamonha, geladinho, pastel, pão de queijo, colocava meus filhos para vender. Eu entregava todo dia cinco horas da manhã, 50 rodas de biscoito de “Peta”, de polvilho para vender.

Hoje não faço mais, tenho artrose, quando você voltar posso fazer para você”.

13. Ocupação atual:

“Atualmente, cuido dessa criança em casa e recebo R\$ 150,00 e quando faço os paninhos de prato eu vendo. Dou mais do que vendo, gosto de agradar as pessoas. Nesse momento, Neto faz um comentário:

- ‘Vó é boa demais, tem coração bom! Minha mãe fala que Vó é boa demais, dá de graça!’

Também cuido dos filhos e do marido”.

14. Religião:

“Sou Católica, freqüento a Igreja Santa Terezinha e o terço Bizantino. Sempre peço a Deus e quando não sou ouvida, eu sei que é por que não mereci. Eu só recebo aquilo que eu mereço. TENHO MUITA FÉ! (Neto: – ‘Eu confirmo’). Tenho muita fé em Nossa Senhora Aparecida! (Chorou). Contou sobre uma queda da escada e

pediu na hora a Nossa Senhora Aparecida e não quebrou nada²¹. Contou outra queda que escorregou da escada e estava com o nenê que cuida com seis meses e ela só quebrou o braço e com ele não aconteceu nada. *“Agradeço a Deus!”*.

Nessa hora o pai de Pedrinho chegou e falou:

- *“A senhora agradece muito a Deus!”*.

“Agradeço a Deus por seu filho estar perfeito e por ser eu apenas que me machuquei. Eu me via na cadeira de rodas, mas eu desci a escada apoiada NELE (em Deus)”.

“Todas as vezes que peço a Deus, eu sou ouvida. Pedir a Deus é fazer a Deus! C. ele era um menino forte, você acredita em quebrante?”. (Balançei a cabeça, estimulando-a a continuar a contar sua história).

“Ele começou a ficar com uma diarreia e vomito que não passava, o médico aplicou uma injeção e disse que era melhor interná-lo caso não melhorasse. Sai da cidade de lancha para ir procurar outro médico e ele disse:

- *Seu filho tem cólicas nas tripas! É melhor ir benzer!*

Ele ficou seis meses com diarreia e com pernas finas. Levei para benzer a água, o sal e ele. Era quebrante, tinha de ser retirado!

Ele ficou mais cinco meses doente, os médicos disseram que era melhor ir para São Paulo, Brasília ou Goiânia.

Resolvi fazer promessa para Nossa Senhora Aparecida e levei numa outra benzedeira. Ela disse que se o torrão quebra-se meu filho seria meu, caso contrário, Deus iria levá-lo. Fiz o purgante indicado e ele foi salvo. Com 20 anos o levei para conhecer Nossa Senhora Aparecida.

²¹ A entrevistadora também se emocionou e ambas se olharam e deram as mãos. Depois de uns dois minutos a entrevistada se refez e a entrevista pode ser retomada normalmente.

Quando fez dois anos, uma cachorra de rua com raiva o atacou na vista, quase arrancou o seu olho, mas novamente Deus o salvou”.

15. O que mais gosta de fazer?

*“Gosto muito de cozinhar, fazer bolo, pintar, ponto bordado, estudar. **Quase tudo o que eu faço eu gosto!** Gosto de criança, Pedrinho me deixa nervosa, falo que vou entregar, mais não tenho coragem!*

O que eu fiz e não gostava era trabalhar na roça, por que é pesado. É com dificuldade que agente aprende a dar mais valor às coisas. Quando luta para conseguir, dá mais valor, com seus esforços”.

16. Tem acesso ao:

Teatro: *“Duas vezes, no CÉU”.*

Cinema: *“Duas vezes, não tenho vocação, não tenho costume”.*

Museu: *“Fui conhecer o museu em Nossa Senhora Aparecida”.*

Livro: *“Gostava muito, fiz catecismo, li a Bíblia, hoje não mais”.*

TV: *“Muito difícil”.*

Hospital: *“Já fiz tratamento no Hospital Franco da Rocha para Artrose, atualmente não vou, trato no Posto de Saúde, fazendo fisioterapia. Meus filhos me pagaram R\$ 50,00 reais para eu fazer hidroginástica e infelizmente desanimei”.*

Aposentadoria: *“Não tenho, mas se eu conseguir vou querer”*.

17. Votou na última eleição? Lembra em quem?

“Não faz 10 anos que não voto, perdi o Título, quero fazer esse ano”.

Anexo F
Registro da Entrevista
I I Depoimentos - Sujeito “Beta”

1. Quem é você?

(Riu) *“Eu não sei quem eu sou. Vou escrever para a rádio para saber quem eu sou! Não é uma bagunça que me fizeram? Eu fico revoltada! A mãe não determinava nada, só o pai é que mandava! A primeira obrigação dos pais é dar nome e registrar. Meus irmãos quando chegava à idade de vir para São Paulo trabalhar meu pai ia lá e tirava o documento”.*

2. Em que fase de sua vida você se considera?

“Me considero numa fase boa, já criei meus filhos. Tive uma infância difícil e hoje tô aqui inteira ao lado do meu marido e de minha família”.

3. Como você o processo de envelhecimento na sua vida?

“Acho difícil envelhecer, vêm as doenças, os “ais” daqui e os “ais” de lá, mas com Deus podemos superar tudo!”.

4. Você se considera uma pessoa idosa?

“Não, velho é quando você não pode mais fazer as coisas. Não consegue!”.

5. Como era a sua rotina antes de participar do Projeto e quais os fatores que a motivaram a integrar nele?

“Entrei no Projeto para aprender a pintar e acabei fazendo muitas amigas. Sabe conversar faz bem, me fez sair da depressão. Minha vida era igual, só que pintando ficou bem melhor, fiquei menos nervosa”.

6. Como é sua vida, seu dia-a-dia ?

“É uma luta, trabalhar, fazer comida, por filho para dormir, por para acordar (se refere ao menino que cuida). Levanto a cabeça e tenho que vencer sempre!”.

7. Ocorreram mudanças na sua vida após a participação no Projeto?

Quais?

“Melhorou o nervosismo que eu tinha demais, eu cortava a voz das pessoas, melhorou muito, fiz amizade, converso normal hoje em dia. Graças a Deus! Aprendi a pintar e a venda dos panos já me ajudou muito quando eu precisava. Antes eu passava com psiquiatra e psicólogo, tomei calmantes por dezoito anos, faz oito anos que eu não tomo mais. Depois que eu vim para São Paulo, tomei oito meses de antidepressivo e por causa de minha fé não tomo mais. Foi com água benzida, ouvindo o Padre Marcelo, ouvindo o momento de fé, parando e concentrando na oração que me curei. Abandonei o calmante e espero em Cristo nunca mais voltar”.

8. E na família e no convívio na comunidade mudou alguma coisa desde que participa no Projeto?

“A amizade com outras mulheres faz você ter mais paciência dentro de casa, abre a mente. As reuniões na Comunidade trazem as melhorias para todos. Veja o bairro hoje tem asfalto, luz, esgoto, lixo que desce as

ladeiras, mercado... Se nós não tivéssemos ido até a Sub-Prefeitura e mais a ajuda da Zezé (Assessora de Vereador) aposto que iria demorar ainda mais um pouco, para isso chegar aqui. As reuniões são muito importantes, com as discussões dos temas aprendemos sobre a vida”.

9. Participa do Projeto desde quando?

“Entrei em 2003. A Aline do bar lá de cima que me falou, conversei com a líder local e ela me deu a maior força, para entrar no Projeto no curso de pintura”.

10. Quais atividades ou cursos que já participou e ainda participa?

“Só o de Pintura”.

11. Como é a sua convivência no Curso de Pintura?

“Eu acho boa, por que me dou bem com todo mundo. Não tenho diferença com nenhuma colega. ME SINTO BEM! Tenho amizade com todas. Gosto de ir às reuniões e conversar com elas”.

12. Gostaria de acrescentar algo importante a seu respeito, ao tema do envelhecimento e a nossa conversa?

“Agora, não”.

13. Como foi para você participar dessa pesquisa?

“Achei interessante, tudo que eu posso eu sempre ajudo. Poder ajudar é sempre bom”.

Anexo G
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, RG n° _____, residente à _____, n° _____ autorizo a utilização dos dados coletados para a pesquisa Envelhecimento Compartilhado: Participação de Idosas no Grupo de Convivência da Comunidade Nova Pantanal – uma Intervenção do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP por Juliana Santos Graciani para fins de ensino e pesquisa.

Declaro estar ciente de que:

- Qualquer publicação deste material excluirá toda informação que permita minha identificação por parte de terceiros;
- Estou autorizado a encerrar minha participação no trabalho a qualquer momento que julgue necessário.

Assinatura: _____

Data: _____

São Paulo, _____

ANEXO H

Relatório Descritivo das Entrevistas – “Sujeito Alfa”

RELAÇÕES FAMILIARES

Família:

A família de Alfa tem uma importância muito grande em todas as fases de sua vida.

Relata que antigamente a cultura estava permeada pelo excesso de poder concebido aos homens “*o pai que dava o nome*” e a submissão às mulheres “*a mãe não podia*” e afirma também, que antigamente se respeitava muito mais os pais.

Descreve que sua irmã a valoriza dizendo que suas pinturas são lindas.

A reflexão sobre o envelhecimento familiar aparece na constatação pessoal que não acompanhou a velhice dos pais e na complexidade do irmão mais velho estar enterrando pessoas mais novas, nesse sentido observa-se que essa temática faz parte do seu cotidiano.

Marido:

O marido aparece descrito como alguém carinhoso “*me mandava recados*”, atencioso, solícito, parceiro “*vende panos pintados para seus*

amigos”, prestativo “*foi buscar as pinturas*” e reconhece o talento da esposa “*Nossa Alfa, ficou lindo!*”.

Esponaneamente participou da entrevista, podendo contribuir quando solicitado por Alfa ou quando o tema lhe chamou atenção, fez breves comentários.

A relação estabelecida entre o casal permite o diálogo e a expressão da sinceridade de Alfa em reconhecer suas qualidades e defeitos.

Ele comenta sobre a nora que é errado mulher não cozinhar para o marido, isso demonstra a fixação do papel feminino associado aos serviços domésticos, cuidados com a alimentação e com o esposo.

O cônjuge de Alfa associa o envelhecimento à consciência do tempo que esta passando e de um processo que se instá-la de forma gradual. “*a idade vem chegando*”.

Filhos:

Alfa teve dois filhos, um que faleceu no hospital e Silvio que ela queria que fosse chamado de Marcos e sua família não deixou. Refere-se à imposição do marido na escolha do nome do filho, mas não o ataca diretamente, demonstrando querer evitar um conflito. Esta situação também foi apontada em relação aos seus pais, onde o pai mandava e a mãe acatava.

O filho é divorciado e sua ex-esposa em função dos maus-tratos com os filhos foi denunciada, cumpriu pena alternativa e atualmente os netos são criados na casa de Alfa. Alfa não foi omissa em relação à situação e

acompanhou o filho na Delegacia e no Conselho Tutelar, demonstrando coragem e determinação em defender os netos e ajudar o filho.

O filho relata sua opinião sobre a pessoa envelhecer, afirmando que isso não irá acontecer com ele, pois a velhice ocorre somente no plano emocional. “*Eu nunca vou ser velho! Velho é quem se senti velho!*”. Associa a condição de velho a uma opção de escolha pessoal. “*Velho é quem quer!*”.

Neste sentido, existe uma negação da velhice biológica e uma representação de envelhecer associada a um estado interior de existir.

Alfa relembra o filho que o envelhecimento ocorre em todas as fases da vida e todos os dias e não só quando se tem mais idade. “*Você tem trinta e quatro anos, tá ficando velho!*”.

Neste instante o filho se retira calado da residência, pois já estava saindo para trabalhar.

Netos:

Alfa sempre sonhou em ser avó, principalmente por sua irmã já ter neto. Ficou surpresa quando seu filho que namorava uma moça que ela não conhecia estar grávida. Essa situação aponta que seu filho estava começando o romance e que a gravidez ocorreu de forma inesperada.

No dia do nascimento do primeiro neto foi quando ela e o esposo conheceram a família da nora. Seu marido relata que ela era “*muito*

fechada, de nariz em pé". Os dados apontam que a nora se apresenta como uma pessoa retraída e que não conquistou a empatia dos sogros.

Os dois netos após a separação ficaram morando com a mãe, porém esta os deixava sujos e com marcas de chineladas pelo corpo. Alfa, o marido e o filho fizeram denúncias por maus-tratos por duas vezes e atualmente moram na residência de Alfa.

Neste sentido, a experiência de ser avó, tem sido bastante desafiadora para Alfa: orientar o filho, recorrer à justiça para regularizar a guarda dos netos, dirigir-se a Delegacia e ao Conselho Tutelar para fazer denúncias, enfrentar o juiz, administrar os cuidados básicos com os netos, todos esses aspectos contribuíram para que Alfa fortalece-se sua capacidade de reação, de posicionamento frente à realidade e demarcar em sua vida pessoal a ética e a moral. "*Gosto das coisas certas, não gosto de coisas erradas. Se me pedir opinião de algo errado, digo no seu lugar não faria!*".

RELAÇÕES PESSOAIS

Sentimentos:

Alfa durante a entrevista expressou muitos sentimentos, envolvendo sua auto-imagem “*sou um pouco explosiva em casa e fora me controlo mais*”, seus desejos “*querer ser avó e pintar como a professora*”, medos “*de ficar em local fechado*”, percepção pessoal “*tenho qualidades e defeitos*” e uma certa dificuldade em se valorizar “*quase nunca eu acho lindo*”, se referindo a sua pintura nos panos de prato.

Teve muita coragem em denunciar a nora na Delegacia por duas vezes devido aos maus-tratos envolvendo os netos e se sentiu satisfeita por não ter sido omissa. “*Eu fiz ela assinar o termo de responsabilidade no Conselho Tutelar*”.

Relata ter maior facilidade com ações manuais do que com componentes da cultura erudita “*leio mal, a letra tem de ser grande para eu ler*”, este aspecto está relacionado à sua história pessoal, teve pouco acesso a escola formal na infância e voltou a estudar cumprindo até a quarta série fundamental já idosa. Outro fator associado é ter trabalhado durante muitos anos no setor de produção de engate de mangueira ou serviços domésticos, ambos são atividades que envolvem prioritariamente recursos manuais.

Do ponto de vista pessoal à morte foi associada ao medo de dar trabalho para os outros cuidarem ou pelo pavor que tinha em pensar nesse assunto, mas que conseguiu superar, devido a presenciar muitos falecimentos.

A morte também apareceu relacionada à dor de perda de familiares queridos e na reflexão de que seu irmão mais velho, (somente por parte de pai) esta enterrando os parentes mais novos, ilustrando que o mito “*morre antes quem tem mais idade*” é uma crendice, já que nem sempre é isso que acontece.

Em relação ao marido, lembra do início do relacionamento “*me mandava recados*” e solicita sua confirmação de que vende suas pinturas para seus amigos, demonstrando que existe uma relação de afeto, parceria e apoio por parte dele, em estimular a esposa em continuar pintando.

Condição Sócio- Econômica:

Alfa reside num sobrado bem conservado, cuida de plantas e passarinhos. Ela e seu marido sempre trabalharam, ambos são aposentados, tiveram dois filhos, um morreu e outro foi criado sozinho, estes aspectos contribuíram para que a condição sócio-econômica do casal fosse mais elevada que as vulnerabilidades sociais apresentadas no bairro e na região onde habitam.

Em seu relato descreve-se como consumidora, tendo condições de adquirir as revistas, sobre os modelos de pintura para fazer os desenhos nos panos de prato.

Alfa não comenta sobre dificuldades financeiras, porém vende os panos de prato com muito orgulho e determinação.

Relata ter freqüentado sessões de cinema e teatro por diversas vezes, o que indica que teve recursos financeiros para seu consumo e disposição interna para execução dessas atividades.

Cidadania:

Em relação à cidadania e a efetivação dos direitos humanos em sua vida, Alfa já reconhece que quando seus direitos ou de outrem, são violados é necessário se posicionar e recorrer aos órgãos necessários para o seu re-estabelecimento.

Em sua entrevista cita os seguintes órgãos/instituições que estão presentes em no seu cotidiano: Igreja, Posto de Saúde, Conselho Tutelar, Delegacia, Hospitais, Escola e o Projeto Social. Isto aponta que tem esclarecimento sobre a competência que cada órgão tem de executar na sociedade e o cidadão o dever de utilizá-los quando necessário.

Alfa votou na última eleição, tem conhecimentos sobre seus candidatos e os de seu filho, isso aponta que a eleição e o conceito de democracia participativa estão presentes na sua forma e de sua família em lidar com a cidadania.

Como não pode estudar na infância de forma regular, teve coragem na fase idosa de ir aprender novos conhecimentos, voltando à prática do ensino formal junto com Beta, moradora da região e também freqüentadora do Projeto.

Em relação à documentação tem Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e RG regularizados, porém sua Certidão de Nascimento consta

dez anos a menos do que de fato tem, como segundo ela “*envelheci mais do que deveria na aparência*”, na comemoração de seu aniversário, relata para seus amigos que tem dez anos a mais.

Religiosidade:

A religiosidade é um tema importante em sua vida. Ela acredita que Deus é quem regula a chegada da morte entre as pessoas. Seu marido deseja morrer sem ficar doente ou dar trabalho para as outras pessoas cuidarem, descreve que esse desejo foi realizado em relação ao seu irmão.

Alfa é Católica, faz orações e frequenta de forma esporádica a Igreja, demonstrando que sua crença esta pautada numa fé interna e não na aparência ou na obrigação social de ir à Missa.

A religião também pode contribuir no acesso ao direito à cultura, já que conhece o museu de Nossa Senhora Aparecida, situado em Aparecida do Norte - SP.

Valoriza o poder de Deus a partir da funcionalidade das funções corporais: “*tô viva, tô respirando, tô andando, Graças a Deus!*” e do agradecimento em estar nessa fase de sua vida com essa idade.

RELAÇÕES COM O ENVELHECIMENTO

Relação com a Velhice:

Alfa descreve o processo de envelhecer envolvendo muitas mudanças em vários setores:

aspecto biológico: “*aparece muitas doenças que a gente não tem quando nova, mortes e mudanças no cabelo e no andar*”,

aspecto do pensamento: “*às vezes falha a mente da gente, dá brancos*”,

aspecto social: “*antes eu caminhava muito[...] conheço pessoas com 65 anos que não envelheceram tanto*” e no

aspecto emocional: “*ficar nervosa, ter menos paciência, aparecimento de doença, ficar mais Cri- Cri*”.

Neste sentido Alfa caracteriza que o processo de envelhecer é composto por desafios nos setores biológicos, emocionais, sociais e na forma de lidar com os pensamentos, onde estas transformações estão mais associadas às perdas de funções vitais nestes setores.

Por outro lado, Alfa descreve o envelhecimento como sendo algo natural e esperado “*essa é a lei da vida, todo mundo vai envelhecer*”, onde valoriza cada ato que consegue executar “*tô viva, tô respirando, tô andando*”.

Para seu marido a “*idade vem chegando*”, para ela “*já chegou*”, ambos tem a mesma idade cronológica, mas sentem a experiência interna de envelhecer de forma diferenciada.

Em relação ao seu filho, o envelhecimento está associado ao mundo interno, sendo um estado interior de existir “*Eu nunca vou ser velho! Velho é quem quer!*”. Ele nega o processo biológico do envelhecimento ou se opõe a um pré-modelo concebido internalizado que não gostaria de se tornar.

Alfa não acompanhou a velhice dos pais e por isso não sabe bem o que é envelhecer. Destaca também, que envelhecer na atualidade é mais tranqüilo, em função da ampliação da assistência médica. Ela faz tratamento semanalmente no Posto de Saúde, próximo a sua residência.

Relata que ao olhar no espelho, vê sua idade, sua aparência e logo se compara com outras pessoas da mesma idade que não envelheceram tanto. A construção da identidade de um ser humano se faz pelo auto-reconhecimento e pela aprovação dos outros.

Neste relato, o espelho funciona como um outro que lhe revela quem ela é, sua idade e sua aparência e quando vai buscar um reconhecimento social em outras pessoas se auto-observa na categoria dos que envelheceram mais, mesmo com a semelhança na faixa etária.

Ser avó foi um desejo realizado, pois ela se comparava com a irmã que já era e mantinha esse sonho dentro de si.

Alfa representa sua maneira particular de expressar o seu envelhecimento, contendo muitas formas para sua expressão.

Doenças e Ações na Área da Saúde:

Alfa faz um comparativo entre o tratamento dado para os idosos atuais e os antigos e destaca que a maior diferença consiste no acesso à assistência médica priorizando as ações de intervenção na comunidade. Como aponta não conhecer nenhum asilo ou “*hospital para velhinho*”, e como destaca a melhoria no acesso à assistência médica, esta se referindo ao atendimento comunitário, primário e preventivo oferecido no Posto de Saúde.

O envelhecimento de Alfa é marcado pela presença de muitas doenças: Labirintite, Pressão Alta, Depressão, Síndrome do Pânico, Varizes e problema na coluna.

Em relação ao tratamento vai ao Posto de Saúde semanalmente para medir a pressão e se tratar no psicólogo e a cada três meses tem consulta com o psiquiatra.

O curso de pintura, também pode ser considerado como parte integrante de seu tratamento, pois, viabiliza o convívio social, a expressão de afetos, a aprendizagem de novas habilidades e a reflexão sobre temas da cidadania e do enfrentamento das dificuldades pessoais, sociais e econômicas.

A prevenção à saúde ocorre nas caminhadas que faz indo para a escola, freqüentando esta com uma amiga e pintando os panos de prato para se acalmar e não ficar tão nervosa.

A valorização a promoção à saúde é descrita quando ocorre a venda de seus panos de pratos para os amigos do marido, presenteia sua irmã com produtos confeccionados por ela, tendo amigas que visita e procurando vivenciar seus direitos ao lazer, esporte, cultura e educação.

A área da saúde no relato também pode contribuir para o refazimento das atitudes de um agente violador dos direitos humanos, relacionados à integridade física e a dignidade de duas crianças. A nora cumpriu pena alternativa de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, em dois hospitais públicos na área da pediatria.

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Participação no Projeto:

Alfa entrou no Projeto a convite de Beta, ambas estudavam juntas e faziam o trajeto a pé de ida e de volta.

O Grupo de Convivência favorece o convívio regular de moradores, o que facilita a criação de vínculos e a amizade entre as pessoas. Alfa ressalta este aspecto e o amplia com a solidariedade e a confiança nas amigas *“eu compro as revistas e as empresto”*.

A expressão do afeto possibilita a auto-estima, o aprender a gostar de outras pessoas *“eu gosto de todas as amigas”* e do grupo *“se damos muito bem”*, seja dos atributos pessoais ou das habilidades *“eu acho o trabalho de minhas amigas lindo”*.

Os sintomas da depressão e da síndrome de pânico foram sendo superados pela coragem de sair de casa, pelo convívio social, pelo treinamento em expressar os sentimentos e pedir opinião sobre as ações executadas no Grupo de Convivência *“Será que tá ficando bom?”*.

Participação no Grupo de Convivência:

A participação no Grupo de Convivência fez com que ela supera-se o medo de aprender novas habilidades e o receio de não conseguir executar o que se propôs a fazer, isto possibilitou desenvolver e promover a auto-estima e a autoconfiança, já que obteve êxito nessas experiências.

A aprendizagem da pintura possibilitou a Alfa deixar sua casa mais bonita, dar presentes que ela mesma confeccionou e aumentar, sua renda vendendo os panos de pratos para os amigos de seu marido.

Em sua família, especificamente por sua irmã e esposo, é valorizada pelo talento que tem em fazer pinturas.

A professora é tida como modelo a ser seguido de aspiração, devido ao seu talento *“Meu sonho é pintar como a professora!”*.

O convívio no grupo despertou em Alfa o gosto por estar entre pessoas, fazer amizade e compartilhar sua vida com elas de forma solidária. *“eu compro as revistas e empresto”*.

Saber pintar a possibilitou controlar seu nervosismo: já que ela se sente calma e relaxada quando pode expressar sua criatividade pintando.

ANEXO – I

Relatório Descritivo das Entrevistas – “Sujeito Beta”

RELAÇÕES FAMILIARES

Família:

Durante a maior parte das entrevistas, cita a presença dos familiares, do marido, dos filhos e do neto que reside com ela.

Descreve um padrão familiar da presença da família expandida, onde sua irmã cria sua filha e ela o filho desta (neto), apontando uma solidariedade e ao mesmo tempo uma repetição de abandono, caracterizada por ela não assumir a filha e esta repetir o comportamento não assumindo seu filho, que Beta pegou para criar.

Seus dois irmãos a ajudaram na educação de seus filhos e netos.

O pai é retratado como tendo dificuldades em assumir seu casamento e filhos na justiça, chegando a registrar os filhos somente com o seu nome.

Destaca também a submissão de sua mãe ao autoritarismo de seu pai.

Relata que o marido é muito liberal e ela mais rígida, caracterizando o oposto do vivido em sua infância.

Marido:

O marido é apontado como uma pessoa pouco preocupada em assumir suas responsabilidades cívicas, jurídicas, familiares e maritais.

Contraditoriamente Beta afirma que quem casou é para viver junto e que não tem motivos para viver separada dele, por que o ama, embora demonstre ser revoltada por suas omissões ou atitudes negligentes.

Filhos:

A relação entre mãe e filhos é de grande envolvimento e luta por sobrevivência, já que mesmo na infância precisaram trabalhar para sustentar a família.

A diarreia que é considerada uma doença infantil de fácil solução trouxe grande sofrimento para a família, sendo superada com auxílio da espiritualidade, pois a ciência se mostrou ineficiente. Isto ilustra o papel das crenças nas superações das dificuldades.

A força atrativa de repetição do inconsciente pode ser evidenciada na dificuldade do pai em assumir sua prole, igual ao genro que não conseguiu assumir seu neto ou se quer registrá-lo.

A filha quando foi ser Registrada, o escrivão escreveu errado seu nome e nos demais filhos o nome da mãe não consta na documentação, devido o pai não ter colocado, isso aponta para a falta de diálogo entre o casal e descuido do poder público.

Netos:

Comenta principalmente sobre o neto que reside com ela e que ela o criou. Sua filha foi criada pela sua irmã e ela criou o neto, constata-se nesses fatos uma repetição de outros familiares assumirem a responsabilização materna dos filhos e uma ausência paterna.

O neto no período da entrevista que esteve presente, no ínterim fez uma exclamação de gratidão e reconhecimento ao jeito de ser da avó e proceder na comunidade, se referindo a ela dar os panos que pinta para agradar as pessoas, ao invés de só vendê-los. *“Vó é boa demais, tem coração bom!”*.

O pai do neto alegou não poder registrá-lo, por que na época queria fazer carreira militar e o Capitão disse-lhe que deveria ser solteiro.

RELAÇÕES PESSOAIS

Sentimentos:

Beta reconhece seu potencial em ajudar as pessoas e ao mesmo tempo valoriza suas características e suas habilidades pessoais.

Admite ter sentimentos de revolta e ressentimento principalmente quanto à conduta externa envolvendo a criação de filhos e netos.

Relata que melhorou do nervosismo, da maneira de tratar as pessoas, fazer amizade e não precisar mais tomar remédios, após seu ingresso no Grupo de Convivência e em ouvir o programa do Padre Marcelo. *“Eu cortava a voz das pessoas, melhorou muito, fiz amizade, converso normal hoje”*.

Condição Sócio- Econômica:

A exploração do trabalho infantil esteve presente na sua infância como agente violada *“o pai obrigava a trabalhar na roça”* e na infância de seus filhos como agente violadora *“colocava meus filhos para vender”*, ilustrando o funcionamento do ciclo da violação de direitos humanos, quem foi violado tem tendência a se tornar violador.

Em sua trajetória aparecem, a migração da Bahia da zona rural e do trabalho da roça para novas perspectivas na área urbana, com possibilidades de novos campos profissionais, como a venda dos panos de pratos, produtos alimentícios e o cuidados de crianças.

O fato de receber 1/3 do salário mínimo como renda mensal, aponta para a exploração sócio-econômica que esteve presente em toda a sua vida e que ainda permanece.

A aprendizagem dos panos de prato e sua comercialização apareceram como uma alternativa na ampliação de seus rendimentos. *“a venda dos panos já me ajudou muito quando eu precisava”*.

Cidadania:

Beta em relação aos documentos é muito displicente, deixando toda a regularização nas mãos de seu marido, ocupa dessa forma uma visão passiva frente a esta situação envolvendo seus filhos, sua Certidão de Casamento, seu Título de Eleitor e Registro de Nascimento de seus filhos.

O direito conquistado ao voto vem sendo negligenciado por Beta, durante dez anos de sua vida, coincidentemente a mesma frequência de anos que seu esposo levou para registrar cada filho.

O direito a aposentadoria é desejado, mas no relato aparece tendo dúvida se irá consegui-lo ou não *“se eu conseguir”*.

Existe uma grande complacência e omissão em relação ao papel da justiça, por exemplo, no caso do neto, onde nem a avó, nem a mãe biológica recorreram a ela, para teste de paternidade, regularização de visitas ou pensão alimentícia, mesmo numa condição de miserabilidade.

Diante das dificuldades financeiras desenvolveu várias habilidades para sua sobrevivência e de sua família. “*gosto muito de cozinhar, fazer bolo, pintar, bordar, estudar*”.

Beta apresenta pouca disposição interna para entretenimentos em geral, talvez por ter tido pouca acessibilidade, costume ou recursos quando sentiu vontade.

Sua filosofia pessoal de vida “*quando luta para conseguir, dá mais valor*”, vai de encontro às experiências que vêm passando diante da exploração do sistema capitalista, da exclusão social e que perpetua a desigualdade social e econômica.

A expressão “*Poder ajudar é sempre bom!*”, revela uma prática interna de solidariedade e pode revelar um desejo latente de que as políticas públicas se efetivem para toda a nação.

Religiosidade:

A fé na vida de Beta cumpriu um papel muito importante, regula sua esperança “*Com Deus podemos superar tudo!*”, molda sua conduta em agir com seus semelhantes, “*Pedir a Deus é fazer por Deus, gosto de agradar as pessoas*”, possibilita apoio nos momentos difíceis “*curou o filho com apoio da benzedeira*” e expande sua gratidão em estar viva “*Agradei a Deus por ter sido salva em duas quedas*”.

Beta relata ter pedido ajuda ao Padre Marcelo para se curar da depressão e a Benzedeira para salvar seu filho da diarreia incurável pela medicina, ambos os pedidos foram realizados com sucesso.

Fez promessa a Nossa Senhora Aparecida pela vida de seu filho e como ele foi salvo guarda grande gratidão que também se transformou em aumento do seu poder na Santa.

Relata que Nossa Senhora Aparecida a protegeu de duas quedas domésticas.

RELAÇÕES COM O ENVELHECIMENTO

Relação com a Velhice:

O envelhecimento é associado às incapacidades, limitações e doenças percebidas no físico. Embora ela tenha artrose o que a levou a não poder mais exercer uma de suas profissões, não correlaciona essa situação com estar envelhecendo. “*Sempre vendi biscoitos, hoje não faço mais, tenho artrose*”.

Descreve o processo de envelhecer sendo composto por algumas dores nos aspectos que compõem a vida. “*os ‘ais’ daqui e os ‘ais’ de lá*”.

O Grupo de Convivência das Mulheres do Pantanal pode contribuir para o empoderamento ativo através da amizade com Alfa e do relacionamento com outras integrantes do grupo, favorecendo a troca de experiência e vivências solidárias no processo de envelhecimento compartilhado das participantes.

Portanto, relata Beta que na sua convivência comunitária não se apercebeu como um ser que envelhece.

Doenças e Ações na Área da Saúde:

As categorias apontadas na área da saúde englobam a parte preventiva, o tratamento de doenças e a promoção da saúde.

Em relação às doenças foram descritas duas: uma relacionada ao físico, a artrose e que a incapacitou ao retorno a vida profissional e uma

emocional, a depressão, a qual, os principais sintomas eram nervosismo e dificuldade nas relações sociais “*eu cortava a voz das pessoas*”.

Tratou a depressão tomando calmantes por dezoito anos, foi ao psiquiatra e psicólogo, mas foi com a prática da fé e ouvindo melhor as pessoas, a si própria e a vida, que pode se curar, “*a amizade faz você ter mais paciência dentro de casa, abre a mente*”, ou seja, interagindo com outras pessoas pode se capacitar internamente para lidar de uma forma diferente consigo e com os outros.

Neste sentido a amizade também pode ser considerada como promotora de saúde, a auxiliou a andar a pé, voltar e permanecer estudando e a motivou a entrar e freqüentar regularmente um Projeto social.

Aprender coisas novas de maneira coletiva e freqüentar regularmente um Grupo de Convivência pode ser considerado como uma ação preventiva contra o isolamento social e a depressão, já que favorecem o encontro entre as pessoas, a demonstração de afetos e a qualificação de novas habilidades e uma nova profissão.

A prática de hidroginástica para Beta embora ela não a freqüente mais, pode ser considerada como preventiva, contribuindo para evitar o atrofiamento dos membros, um outro espaço de convivência e um local aonde iria e viria sozinha, distante da comunidade e com o intuito de cuidar de si mesma.

Neste sentido, embora os filhos aceitassem pagar o curso de hidroginástica, ela não teve disposição interna, nem motivação para

continuar freqüentando as aulas, demonstrando alguma resistência em cuidar de si mesma.

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Participação no Projeto:

Beta relata vários aspectos sobre a importância em participar de um Projeto social no bairro em que se habita, destacando que “*se não tivéssemos ido até a Sub-Prefeitura aposto que iria demorar mais um pouco*”, isso vai de encontro às conquistas sociais envolvendo os moradores da região, no que se refere ao saneamento básico, entrada do lixeiro nas vilas e a chegada do asfalto, que no ano de 2009 ainda vem sendo regularizado.

Outro aspecto abordado foram às reuniões temáticas, que possibilitam um espaço de reflexão sobre as contradições entre os diversos setores da vida pessoal, social, política, cultural, familiar, da comunidade Nova Pantanal e do próprio Grupo de Convivência de Mulheres.

Como o Projeto também se propõe a uma intervenção profissionalizante, o fato de aprender novas habilidades possibilita uma melhora na subsistência econômica dos moradores, aspecto este que Beta se senti incluída.

A convivência com pessoas que tenham o mesmo objetivo favorece a amizade, o estreitamento dos laços afetivos e novas perspectivas, como convidar uma amiga da escola também moradora do bairro Nova Pantanal, para freqüentar um Projeto social da região. Fato esse que ocorreu com Beta em relação à Alfa.

Beta relata que juntas (Alfa) fazem o trajeto da escola, freqüentam as aulas e participam do Projeto.

Todos esses processos e procedimentos favoreceram a aprendizagem da mobilização social da Comunidade, a articulação entre os moradores, a participação comprometida no Projeto, de forma organizada e orgânica.

Participação no Grupo de Convivência:

A frequência a um Grupo de Convivência dentro de um Projeto Social foi retratada como sendo um espaço de construção de novas relações interpessoais, com seus vizinhos, possibilitando fazer novas amizades e conhecer outras pessoas.

A profissionalização aparece como um fator importante, pois contribui para a geração de renda solidária.

Outro aspecto abordado na participação do Grupo de Convivência é a expansão do vínculo afetivo “*senti-se bem, gosta de participar*”.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)